



**Universidade de  
Aveiro  
2017**

Departamento de Ciências Sociais, Políticas e  
do Território

**DIOGO RAFAEL  
SIMÕES ANTUNES**

**A CAPACIDADE INSTITUCIONAL DAS ENTIDADES  
INTERMUNICIPAIS EM PORTUGAL:  
UM CASO COMPARATIVO NA ZONA CENTRO**



**Universidade de  
Aveiro  
2017**

Departamento de Ciências Sociais, Políticas e  
do Território

**DIOGO RAFAEL  
SIMÕES ANTUNES**

**A CAPACIDADE INSTITUCIONAL DAS ENTIDADES  
INTERMUNICIPAIS EM PORTUGAL:  
UM CASO COMPARATIVO NA ZONA CENTRO**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Administração e Gestão Pública, realizada sob a orientação científica do Doutor Luís Filipe de Oliveira Mota, Professor Auxiliar Convidado do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro

## **agradecimentos**

Um sincero obrigado a todas as pessoas que me permitiram realizar esta dissertação.

Particularmente, ao meu orientador, Doutor Luís Mota, por ter acompanhado e apoiado com atenção todas as fases da realização deste trabalho e com que tive muito gosto em trabalhar.

Aos Secretários Executivos das Comunidades Intermunicipais da Região de Leiria, Dra. Alcina Maria Soares da Costa, e da Região de Aveiro, Dr. José Eduardo de Matos, pelas entrevistas que me foram concedidas e com as quais foi possível realizar a análise da minha dissertação. Agradecer também pelo conhecimento que me foi transmitido por estes.

Ao Professor João Marques, pelas dicas e conselhos oferecidos.

Aos meu colegas Ana Rita Loureiro e Gil Reis pelo apoio e companhia constante.

Por fim, aos meus familiares e amigos pelo apoio constante.

**palavras-chave**

Cooperação intermunicipal; governação local; reformas territoriais; região de Aveiro; região de Leiria

**resumo**

O poder local em Portugal tem sido uma sólida base de apoio à democracia que resultou da revolução de abril de 1974.

A grave crise económico-financeira que Portugal atravessa desde há alguns anos levou o Estado Central a realizar uma descentralização dos seus poderes para os municípios. Com os municípios com poucos recursos e competências para lidar com estas novas responsabilidades, começaram a efetivar-se cooperações entre municípios para se ajudarem mutuamente.

Estes processos de cooperação foram, entretanto, formalizados através da Lei nº 75/2013, que vem aprovar o estatuto das entidades intermunicipais, cujo funcionamento parecia ir revolucionar a governação local em Portugal, mas sobre o qual ainda se sabe pouco.

A pouca investigação sobre o tema dificulta o aparecimento de soluções capazes de colmatar os desafios a que estas entidades estão sujeitas, o que fundamenta o nosso estudo, que incide sobre duas Comunidades Intermunicipais (CIMs) da Região Centro: a CIM da Região de Leiria e a CIM da Região de Aveiro.

O trabalho de investigação começou com uma análise bibliográfica sobre as reformas e desafios da governação local, em geral, e da cooperação intermunicipal, em específico, ao nível internacional e nacional. A análise documental e as entrevistas a agentes que trabalham nas duas CIMs em estudo, como por exemplo aos Secretários Executivos, permitiu conhecer as vantagens e os desafios da gestão das CIMs.

Este estudo permitiu-nos concluir, em primeiro lugar, que estas comunidades estão sujeitas a uma substancial fragilidade financeira, o que leva a uma dependência perante as fontes externas de obtenção de fundos, sejam elas nacionais ou europeias. De igual modo, a falta de conhecimento do trabalho por elas desenvolvido por parte dos cidadãos cria um problema de défice democrático e de reconhecimento.

Por fim, foi possível concluir que sem a existência destas comunidades, os municípios não teriam capacidade de sobreviver à descentralização. Contudo, existe a necessidade de criar independência financeira através de fundos próprios.

**keywords**

Intermunicipal cooperation, local governance, territorial reforms, Region of Aveiro, Region of Leiria

**Abstract**

Local power in Portugal has been a solid base of support for democracy that resulted from the April 1974 revolution.

The serious economic and financial crisis that Portugal is undergoing has led the Central State to decentralize its powers to municipalities. Given municipalities lack resources and competences to deal with these new responsibilities, cooperations between municipalities began to take place so that they could help each other.

These processes of cooperation were in the meantime formalised by Law nr. 75/2013, which approves the statute of intermunicipal entities whose functioning appeared to revolutionise local governance in Portugal, but about what little is known.

Little research on the topic makes it difficult for communities to find solutions capable of coping with their challenges, which underlies our study that is focused on two Intermunicipal Communities (IMC) from the Centro region: IMC of Leiria and IMC of Aveiro.

The research study started with a literature review on local governance reforms and challenges both on a broader perspective and related with intermunicipal cooperation, at the international and national levels. Document analysis and interviews with agents who work in the studied communities, such as the Executive Secretaries, allowed us to know the advantages and challenges within those IMCs.

This study enabled us to conclude, first of all, that these communities are subject to a substantial financial fragility, which leads to a dependence on external sources of funds, whether national or European. Likewise, the lack of knowledge about their work by citizens also creates a problem of democratic and recognition deficits.

Finally, it was possible to conclude that without the existence of these communities, municipalities would not be able to survive to decentralization. However, there is a need to create financial independence through own funds.

## ÍNDICE

ÍNDICE DE FIGURAS.....	III
LISTA DE ABREVIATURAS.....	IV
<b>I. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
1.1. Pertinência do Tema .....	1
1.2. Breves Notas Metodológicas .....	3
1.3. Estrutura da Tese .....	4
<b>II. REVISÃO DA LITERATURA .....</b>	<b>5</b>
2.1. Dinâmicas de reforma da Governação Local: benefícios, problemas e desafios. .	5
2.2. Cooperação Intermunicipal como reforma territorial: o que é e os seus desafios de capacitação.....	7
2.3. Governação Local em Portugal .....	13
2.4. A constituição das Estruturas Intermunicipais em Portugal .....	20
<b>III. METODOLOGIA .....</b>	<b>29</b>
<b>IV. ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS.....</b>	<b>33</b>
4.1. Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria.....	33
a) <i>História da CIM</i> .....	34
b) <i>Principais Áreas de Intervenção</i> .....	35
c) <i>Órgãos</i> .....	35
d) <i>Reuniões e processo de tomada de decisão</i> .....	36
e) <i>Recursos Humanos e Logísticos</i> .....	37
f) <i>Recursos financeiros e obtenção de fundos</i> .....	38
g) <i>Importância da União Europeia</i> .....	40
h) <i>Interação com os municípios</i> .....	41
i) <i>Efeitos da CIM</i> .....	41
j) <i>Futuro da CIM</i> .....	41
4.2. Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro .....	43
a) <i>História da CIM</i> .....	44
b) <i>Principais áreas de Intervenção</i> .....	45
c) <i>Órgãos da CIM</i> .....	46
d) <i>Reuniões da CIM e Processo de Tomada de Decisão</i> .....	46
e) <i>Recursos Humanos e Logísticos</i> .....	47
f) <i>Recursos Financeiros / Obtenção de Fundos</i> .....	48

g) <i>Importância da União Europeia</i> .....	51
h) <i>Participação dos Municípios</i> .....	51
i) <i>Efeitos da CIM</i> .....	51
j) <i>Futuro da CIM</i> .....	52
4.3. Discussão de Resultados.....	52
<b>V. CONSIDERAÇÕES FINAIS E PISTAS PARA INVESTIGAÇÃO FUTURA.....</b>	<b>61</b>
<b>VI. BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>63</b>
<b>VII. ANEXOS: .....</b>	<b>67</b>
Anexo 1. Guião de Entrevistas .....	67
Anexo 2. Plano de Atividades da CIMRL – Orçamento 2017 .....	70
Anexo 3. Estrutura Geral do Orçamento da CIMRL .....	71
Anexo 4. Recebimentos CIRA – Ano 2016 .....	72
Anexo 5. Pagamentos CIRA – Ano 2016.....	73
Anexo 6. Estatutos da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria.....	75
Anexo 7. Estatutos da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro .....	82

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Tipos de Reforma na Administração.....	5
Figura 2 Funções centralizadas e funções descentralizadas .....	19
Figura 3 Mapa das Entidades Intermunicipais em Portugal .....	25
Figura 4. Mapa da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria .....	33
Figura 5. Estrutura das Receitas Totais da CIMRL, em 2017 .....	38
Figura 6. Estrutura das Despesas Totais da CIMRL, em 2017.....	39
Figura 7 Plano de Atividades da CIMRL – Orçamento 2017 .....	40
Figura 8. Mapa da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro .....	44
Figura 9 Recebimentos da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro .....	49
Figura 10 Pagamentos da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro.....	49
Figura 11 Investimentos da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro.....	50
Figura 12 Quadro Resumo da Análise de Variáveis .....	58



## **LISTA DE ABREVIATURAS**

ADAE – Associação de Desenvolvimento da Alta Estremadura

AIDA – Associação Industrial do Distrito de Aveiro

AM – Área Metropolitana

AML – Área Metropolitana de Lisboa

AMLei – Associação de Municípios de Leiria

AMP – Área Metropolitana do Porto

ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses

CCRDC – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

CEE – Comunidade Económica Europeia

CIM – Comunidade Intermunicipal

CIMRL – Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria

CIRA – Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro

DGAL – Direção Geral de Autarquias Locais

EUA – Estados Unidos da América

GAT – Gabinete de Apoio Técnico

GOP – Grandes Opções do Plano

IMI – Imposto Municipal sobre imoveis

NUTs – Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

PIB – Produto Interno Bruto

PINTRA – Plano Integrado nos Transportes da Região de Aveiro

PME – Pequenas e Medias empresas

POSEUR – Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos

QREN – Quadro de Referência Estratégica Nacional

SEL – Sector Empresarial Local

## **I. INTRODUÇÃO**

### ***1.1. Pertinência do Tema***

A governação pública de muitos países ocidentais das últimas décadas tem procurado aproximar a tomada de decisão da população, o que tem conduzido à descentralização de poderes do Governo nacional para órgãos de decisão subnacionais, de entre os quais se destacam os municípios (Loughlin, Hendriks e Lidstrom; 2010; John, 2001).

Este processo de crescente descentralização de competências para os municípios comporta, contudo, diversos desafios, sobretudo no atual contexto de crise financeira, nomeadamente a dificuldade que os municípios têm em garantir a sua subsistência e em atuarem sozinhos em alguns domínios (Tavares, 2015).

Face a estes desafios, os governos locais de diferentes países têm adotado estratégias distintas para lidar com estes problemas. Uma dessas estratégias tem sido a fusões de municípios, que ocorreu em países como a Dinamarca ou o Reino Unido (Tavares, 2015). A vantagem mais frequentemente apontada para a fusão dos municípios está associada ao crescimento da eficiência económica referente ao aumento da dimensão territorial e populacional, muito embora Tavares (2015, citando Boyne (1992; 1996)) refira que este argumento é inválido, por três razões fundamentais: primeiro, porque nem todas as economias de escala são uniformes em todos os serviços; segundo, porque os custos de gestão também iriam aumentar, o que poderá levar a um ponto em que existe uma “deseconomia de escala”; e, por fim, porque o custo de produção não está apenas relacionado com o aumento da população, existindo outros fatores que podem ser determinantes, tal como o clima ou flutuações sazonais.

Uma outra solução que tem sido adotada em vários países é a cooperação entre municípios, solução que tem sido muito utilizada no sul da Europa (Tavares, 2015). De acordo com Hulst e Monfort (2007, 17), a Cooperação Intermunicipal permite criar um sistema onde é possível obter “o melhor de dois mundos”: por um lado, melhora a governança e as redes entre os municípios, o que permite uma maior capacidade de resposta às pressões exercidas sobre os governos locais e à constante necessidade de se adaptarem às novas circunstâncias; e, por outro lado, melhora a qualidade do “próprio governo local”, nomeadamente ao nível da prestação de serviços públicos e, por

consequente, da qualidade de vida dos munícipes. Gerry Stoker (2006, 42) utiliza o conceito de Gestão de Valor Público para explicar como o trabalho em redes criadas pelos diversos agentes se tornam fundamental para a boa governação local, já que os agentes se tornam parceiros na criação de estratégias para a obtenção de sucesso.

Não obstante os benefícios já identificados, importa frisar que a cooperação entre municípios sempre foi uma solução complexa e que nem sempre obteve os resultados previstos, como por exemplo a falta de estabilidade dos diferentes agentes das redes (Teles, 2016). A este propósito, alguma literatura recente tem vindo a apontar a importância da capacidade institucional das estruturas de coordenação da cooperação intermunicipal (Nelles, 2013; Hulst e Monfort, 2007; Teles, 2016).

A cooperação intermunicipal tem sido a solução mais acarinhada em Portugal, tal como aconteceu em outros países da Europa do Sul, como Espanha ou França (Tavares, 2015, 131). A última fusão de municípios ocorrida em Portugal teve lugar no longínquo ano de 1836, com a Reforma de Passos Manuel (Tavares, 2015). Mais recentemente operacionalizou-se em Portugal uma fusão de freguesias, cujos resultados ficam, para já, aquém dos objetivos, sobretudo ao nível da perspectivada melhoria da qualidade e eficácia na prestação de serviços públicos, na perspetiva dos cidadãos (Duarte, 2016).

A necessidade de aposta das CIM como solução em Portugal decorre, em grande medida, do facto de nas últimas décadas, as reformas da governação pública também terem originado uma forte descentralização de competências para os municípios, processo que tem originado diversos desafios (Tavares, 2015). Um desses desafios decorre da enorme diversidade entre municípios, tanto em população, como em dimensão. O facto de os municípios portugueses em 2011 serem, em média, maiores do que a média Europeia, tanto em população (36.000 habitantes), como em dimensão (300 quilómetros quadrados), esconde o facto de existem demasiados municípios de pequena dimensão e de poucos recursos. Para este mesmo autor, estes municípios são ainda mais suscetíveis de sentirem dificuldades com a descentralização de poderes, sobretudo no âmbito do atual contexto de crise (Tavares, 2015). Assim, a Cooperação Intermunicipal surge como uma solução para que estes municípios possuam mais recursos, consigam disponibilizar melhores bens e serviços e tenham mais hipóteses de sucesso nas candidaturas a fundos europeus (Tavares, 2015).

Os processos de cooperação intermunicipal passaram a obter, entretanto, uma maior valorização aquando da criação de estruturas supramunicipais de coordenação (no caso de Portugal, as Comunidades Intermunicipais) através da Lei nº 75/2013, que têm o objetivo de facilitar a cooperação e de regular as diferentes cooperações.

Assim, importa estudar a cooperação intermunicipal em Portugal para perceber o caminho que se tem percorrido até à passagem dos poderes para o governo local, tal como já vem sendo feito em diversos estudos de outros países europeus, bem como analisar se as estruturas intermunicipais de coordenação conseguem cumprir os objetivos estabelecidos.

O nível de capacitação institucional das Comunidades Intermunicipais é, no entanto, uma temática pouco estudada e que, de acordo com Teles (2016) e Nelles (2013), merecia uma maior importância, na medida em que permite explicar eventuais diferenças entre os objetivos formulados pelas experiências de cooperação intermunicipal e os seus resultados. Esta necessidade de análise assume particular destaque em Portugal, uma vez que as Comunidades Intermunicipais portuguesas são estruturas bastante recentes e foram, na sua maioria, impostas pelo Governo Central.

## ***1.2. Breves Notas Metodológicas***

Face ao contexto descrito, a pergunta de investigação a que se pretende responder neste trabalho é:

*Quais os principais desafios ao nível de capacidade institucional das estruturas intermunicipais de coordenação em Portugal?*

Para responder a esta pergunta, irei realizar um estudo de comparação entre os processos de capacitação institucional entre duas Comunidades Intermunicipais da zona Centro. As Comunidades Intermunicipais estudadas serão a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA), uma das CIMs utilizadas no estudo-piloto realizado pela Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), e a Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (CIMRL), pelas suas semelhanças com a outra região estudada, já que

ambas as regiões estão situadas na zona centro litoral e ambas têm o setor industrial como ponto forte.

As técnicas de recolha de informação a utilizar serão a análise documental de documentos disponíveis nos websites das Comunidades Intermunicipais em análise, como por exemplo acordos de cooperação, ou relatórios disponíveis, como relatórios de contas ou relatórios com o pessoal, bem como entrevistas com representantes de órgãos das duas Comunidades Intermunicipais.

### ***1.3. Estrutura da Tese***

A estrutura desta dissertação vai estar dividida em cinco capítulos.

No primeiro capítulo, o capítulo de Introdução, apresentei a Pertinência do Estudo, os Objetivos de Estudo e a Estrutura da Dissertação.

No segundo capítulo, dedicado ao Enquadramento Teórico, será analisada a diversa literatura existente sobre o tema da dissertação, dividida em X subcapítulos: Dinâmicas de reforma da Governação Local: benefícios, problemas e desafios; Cooperação Intermunicipal como reforma territorial: o que é e seus desafios de capacitação; Governação Local em Portugal; A constituição das Estruturas Intermunicipais em Portugal.

No terceiro capítulo será explicitada a estratégia metodológica utilizada.

No quarto capítulo apresentarei os dados recolhidos sobre os dois estudos de caso e discutirei esses resultados à luz da teoria.

Por fim, no capítulo quinto são apresentadas as conclusões e serão levantadas pistas para investigação futura.

## II. REVISÃO DA LITERATURA

### *2.1. Dinâmicas de reforma da Governação Local: benefícios, problemas e desafios.*

Tal como referido no capítulo introdutório, os municípios têm assumido uma importância crescente na governação pública de muitos países do designado ‘mundo ocidental’, assumindo um conjunto crescente de funções. Apesar dessas reformas, Caufield e Larsen (2002) consideram que a governação local é ainda extremamente subordinada, uma vez que as suas relações com o governo central são a base das reformas da governação dos países, ao mesmo tempo que as agendas de reformas são maioritariamente impostas ao governo local pelo governo central. Contudo, os autores afirmam que o papel do governo local como um simples complemento do Governo Central tem sido o foco nos debates das relações intergovernamentais e esta relação tem sido alterada, fazendo com que ultimamente os diferentes níveis de governação sejam vistos como parceiros que negociam (Caufield e Larsen, 2002).

Por forma a lidarem com um crescente número de funções, os Governos locais têm sido alvo de diferentes tipologias de reforma. Caufield e Larsen (2002) defendem que existem dois tipos de reformas na Administração, sendo elas de Processo e de Estrutura, e que incidem sobre o nível político ou administrativo - ver Figura abaixo. As reformas de processo incluem, por um lado, as reformas administrativas e de gestão e, por outro lado, reformas políticas, relacionadas com mudanças eleitorais e de liderança. Já as reformas de estruturas debruçam-se sobre questões jurisdicionais, quer seja ao nível das funções que diferentes níveis organizativos ou setores desempenham, quer seja ao nível espacial, podendo incluir reformas territoriais como fusões de municípios ou a criação de entidades supramunicipais.

Figura 1. Tipos de Reforma na Administração

	<b>Processo</b>	<b>Estruturas</b>
<b>Administrativas</b>	Gestão (NGP)	Funções (reorganização)
<b>Políticas</b>	Política (eleitoral/governação)	Divisão (fusão)

Fonte: Caufield e Larsen, 2002

Considerando as dificuldades e os desafios inerentes à fusão de municípios, a Cooperação Intermunicipal surge como uma ferramenta que pode melhor adaptar-se a cada situação, na medida em que permite que surjam em diversas formas “dependendo do número de municípios envolvidos, do grau de formalização e do alcance da cooperação” (Tavares, 2015): pode abranger um simples acordo entre municípios vizinhos para determinar certo termo; pode surgir voluntariamente e abranger diversos municípios, ou pode surgir por obrigação de níveis superiores de Governo com o intuito de crescimento.

Teles (2016) também defende o uso da estratégia da Cooperação Intermunicipal, já que é também da opinião que o objetivo do aumento da eficiência que se pretende com a fusão de municípios não é frequentemente concretizado. Segundo o autor, o fenômeno dos municípios trabalharem em conjunto é algo normal, na medida em que cada vez mais os municípios operam numa lógica de governança em rede onde a política e as estruturas administrativas estão cada vez mais a caminhar para uma rede horizontal e menos para uma estrutura hierárquica (Teles, 2016).

Gerry Stoker (2006, 42) explica que este fenômeno surge devido ao uso da Nova Governança Pública, onde as preferências individuais e coletivas produzem em conjunto para criarem melhores resultados. Assim, pretende-se que os municípios criem políticas coordenadas para criarem melhores serviços e políticas comunitárias. Segundo o autor, o objetivo da governança deve ser a criação de valor público, onde é definido como “a obtenção de resultados pela forma mais eficaz de usar os recursos públicos” (Stoker, 2011, citando Moore (1995) e Goss (2001)).

Existem diversas formas para descrever como a Governança em rede surgiu. Proeller (2007) começa por defender que o crescimento deste termo é atribuído ao crescimento da consciencialização de que os governos, sejam eles centrais ou locais, não conseguem corresponder às necessidades sozinhos, precisando de interações com a sociedade para enfrentar os desafios emergentes.

Uma das formas de criar redes de governança no governo local é a cooperação intermunicipal, que se baseia em redes entre municípios com vantagens e desafios idênticos, a qual será analisada no ponto seguinte.

## ***2.2. Cooperação Intermunicipal como reforma territorial: o que é e os seus desafios de capacitação***

Como já referido a Cooperação Intermunicipal surge como uma estratégia de utilização privilegiada para lidar com os desafios na governação local por ser uma estratégia que se pode ajustar a cada caso específico.

Numa perspetiva mais sociológica da cooperação, Ana Balão (2014) afirma que os atores cooperam ou estão disponíveis a cooperar porque desejam uma determinada mudança.

Em relação aos valores das relações de cooperação, Ana Balão (2014) afirma que estas interações podem ter objetivos relacionados com a prestação de serviços, bem como com a coordenação de políticas nos territórios como forma de responder a riscos e desafios. Para a autora, a cooperação envolve a troca de conhecimentos e a comparação entre políticas desenvolvidas, daí que se os parceiros combinarem as suas políticas, aumentam o seu volume de conhecimentos e atingem um patamar de capacidade de negociação e de influência substancialmente mais significativo relativamente ao ambiente externo.

A cooperação poderá também ser importante para aceder a determinados recursos, tendo em atenção as consciências das limitações individuais e a consequente necessidade de criação de relações de complementaridade (Balão, 2014). A autora afirma ainda que numa relação de cooperação existem valores comuns aos diferentes atores que condicionam e moldam a sua ação, tais como “identidade coletiva, pertença/partilha de uma cultura, autonomia, responsabilidade, confiança, respeito e aprendizagem, equidade, solidariedade, negociação, troca e poder” (Balão, 2014).

Balão (2014) cita Lanneau (1967) para afirmar que na passagem do individualismo à cooperação distinguem-se dois estados: um estado embrionário e um estado de institucionalização da cooperação.

Para Balão (2014) “os territórios têm vindo a assumir um papel cada vez mais importante no desenvolvimento de políticas públicas. Os municípios têm vindo a aumentar as suas responsabilidades de cariz supramunicipal, o que confere ao



desenvolvimento de políticas de articulação/parceria/cooperação um novo papel na administração dos territórios.” (Balão, 2014). Assim é importante compreender a realidade da cooperação intermunicipal; os municípios não podem viver isolados, na medida em que existem interdependências e interações com os problemas comuns que exigem a cooperação entre eles (Balão, 2014). Para a autora, o estudo e a compreensão das interações, das normas e dos processos no seio das relações entre atores municipais será um contributo para o conhecimento da realidade, mas pode constituir-se também como fonte de antecipação e construção do futuro.

Em alguns países a cooperação entre municípios é tão antiga como os próprios municípios, mas noutros é um fenómeno relativamente recente (Balão, 2014). Os desafios que se colocam aos territórios, em especial aos territórios de baixa densidade, fazem com que exista uma necessidade das organizações municipais se estruturarem, estrategicamente, e responderem às necessidades da sua população de alguma forma.

De país para país há diferentes fatores para explicar o porquê das entidades municipais cooperarem. De acordo com Ana Balão (2014), existem três principais motivos para os municípios cooperarem na Europa: “a legislação proveniente das autoridades governamentais de nível superior (governos nacionais e regionais); as preferências dos próprios governos locais; e, fatores externos (como por exemplo: a globalização ou a União Europeia)”.

Mas os fatores que explicam a cooperação incluem também diversas influências, desde os vários extratos de governação (local, supramunicipal, central e supranacional), como o contexto histórico ou as relações de interação e dependência entre entidades de governo. Outro dos fatores passa pelo “entendimento que a administração central possui sobre a descentralização e autonomia local, sobre formas de operacionalização da cooperação intermunicipal ou acerca do âmbito e das questões que a esta cooperação envolve “(Balão, 2014). Por fim, quando se analisam as relações de cooperação entre entidades no contexto europeu, um fator sempre relevante é o papel das políticas da União Europeia.

A propósito da diversidade de formas de cooperação intermunicipal, Teles (2016) estabelece tipologias de intervenção de acordo com três fatores, sendo eles: diversidade na natureza, atores envolvidos na cooperação e formas de cooperação. Em relação à

diversidade na natureza, o autor refere que o principal fator de diferenciação é o motivo pelo qual surgiram estes acordos entre os municípios e o caminho que percorreram para decidirem cooperar para obter eficiência. Por um lado, os municípios podem cooperar de forma Voluntária, como resposta a problemas em comum a que o Estado Central não consegue responder, o que faz com que os municípios unam as suas competências e tentem criar uma resposta a estes desafios. Por outro lado, surgem como resposta a incentivos, na medida em que os municípios são incentivados a criarem novas oportunidades para obterem recursos. Por outro lado ainda, as CIM podem surgir de imposições, em que o Estado Central obriga os municípios a aliarem-se para resolverem os desafios da Governação Local.

Relativamente aos atores envolvidos na cooperação, Teles (2016) refere que a Cooperação difere conforme os diversos agentes que interagem nela (políticos locais, burocracia local, outras organizações intermunicipais, organizações de sociedade civil, companhias privadas, outras autoridades locais não públicas e cidadão).

Nas formas de cooperação, Teles (2016) refere que as cooperações intermunicipais diferem conforme o nível da cooperação seja mais suave ou duro, e com o nível de institucionalismo, que pode ser baixo mais ou mais alto. Se o nível de cooperação for mais suave, existe maior facilidade de novos *stakeholders* serem envolvidos na parceria, uma vez que esta se encontra mais fragmentada. Se a cooperação for mais dura, a parceria encontra-se mais estruturada, seja em relação à tomada de decisões, seja na análise de custos e benefícios. Assim o autor refere existirem 4 formas, sendo elas: cooperações suaves institucionalizadas, cooperações duras institucionalizadas, cooperações suaves não institucionalizadas e cooperações duras não institucionalizadas (Teles, 2016).

Após a apresentação das diferentes tipologias, Teles (2016) refere ainda que a Cooperação Intermunicipal pretende mais do que procurar eficiência nos municípios envolvidos, sendo uma ação continua de acordos e negociações na procura do sucesso para todos os agentes envolvidos, a qual se depara com vários desafios. Contudo, refere que existem vários desafios futuros para a Cooperação, entre os quais a vontade dos próprios agentes em cooperar, existindo sempre a dúvida se uma das partes irá cumprir a sua função no acordo (Teles, 2016). Para Teles, isto irá sempre depender da força e do peso que a cooperação terá para os seus agentes.

Por outro lado, existe um outro desafio à implementação relacionado com o facto da Cooperação Intermunicipal ser uma das partes da Governação Multinível, estando sempre dependente dos restantes níveis de Governação, seja o Governo Central ou mesmo, no nosso caso, a União Europeia. Outra questão a colocar no futuro é a representação dos cidadãos e como é que a Democracia está representada na Cooperação. Por fim, o ultimo desafio apontado por Filipe Teles (2016) é a estabilidade, na medida em que existem diversos agentes a intervir nas negociações pode levar a um corte de relações entre umas das partes, daí que a rede esteja sempre dependente de todas as partes e poder romper com a destabilização de um parceiro.

Bel e Warner (2015) dividem a literatura empírica da cooperação intermunicipal em dois enfoques: custos e fatores fiscais; e Governança. Para os autores, uns dos objetivos da cooperação é melhorar a economia de escala cidade-regional, referindo a existência de uma necessidade de corrigir o problema dos “pequenos municípios”, abordando um “tamanho” ideal, sendo a Cooperação Intermunicipal uma alternativa para melhorar os tamanhos dos municípios.

Os fatores fiscais têm sido um importante motor da reforma do governo local nas últimas décadas, principalmente a partir do ano 2000 (Bel e Warner, 2015). A privatização foi sempre a principal reação a essas restrições. A cooperação é também uma ferramenta para criar uma economia de custos. Segundo os autores, desde a Grande Recessão nos Estados Unidos da América, a cooperação aumentou, tornando-se mais comum do que a privatização (Homsy e Warner, 2014). Assim, segundo os autores, as comunidades podem enriquecer mais depressa, sendo também, as comunidades fortes, mais desejadas para cooperar, devido à sua capacidade para financiar.

Nos Estados Unidos da América, quando a governança regional é voluntária e carece de autoridade sancionadora ou poder tributário, a capacidade para promover a cooperação é prejudicada (Bel e Warner, 2015, pp. 5)

Bel e Warner (2015) apontam ainda para diferenças entre os Estados Unidos da América e a Europa a nível fiscal. Os governos locais dos EUA caracterizam-se por um maior nível de autonomia fiscal e responsabilidades a níveis mais baixos de ajuda intergovernamental, enquanto que na Europa os serviços, como os resíduos ou a água, são obrigatórios para todos os municípios, sendo mais homogêneos. Segundo os

autores, estas características facilitam a cooperação na Europa e explica o porquê da maioria dos estudos europeus se focar na redução de custos, enquanto que, os estudos norte-americanos abordam principalmente os desafios institucionais à cooperação. (Bel e Warner; 2015; pp. 5).

Rudie Hulst e André van Montfort (2007) referem, por sua vez, a importância de analisar os problemas institucionais de governação que ocorrem na Cooperação Intermunicipal, abordando diversos pontos importantes: primeiro, afirmam que as instituições nacionais limitam a ação dos agentes, proibindo ou permitindo a realização de diversas tarefas, influenciando assim as perceções, preferências e estratégias dos diversos atores; apontam ainda para a existência de decisões tomadas pela União Europeia, onde afirmam que tanto podem criar novas oportunidades e incentivos à cooperação através de fundos, como podem limitar o espaço operacional, como o caso, apontado pelos atores, da terceirização.

No segundo argumento dos autores são levantadas diversas dúvidas como: “Quais as regras formais para estabelecer e dar forma à cooperação? Será que a legislação que regula a Cooperação permite a criação de instituições onde outras autoridades públicas e organizações privadas trabalhem em conjunto?” (Hulst e Montfort, 2007). Com isto, os autores apontam para a dificuldade de perceber os poderes que realmente são dados às Cooperações Intermunicipais.

Por fim, os autores apontam para um terceiro ponto de interesse relativo à capacidade institucional das Cooperações Intermunicipais, que é como são abordadas as relações intermunicipais pelas entidades de governação superiores aos municípios, como por exemplo as regiões ou distritos. Os autores afirmam que alguns países utilizam a persuasão, incentivos e requisitos legais para estimular as cooperações, enquanto que outros recorrem a diferentes estratégias para fortalecer a capacidade de Governo Local (Hulst e Montfort; 2007).

Para Nelles (2013, 1357), existem três condições essenciais para garantir uma forte capacidade de governança destas estruturas supramunicipais: Ambiente Institucional, que está relacionado com um conjunto de variáveis que são estruturadas por leis, normas, regras e legislações que formatam a escolha de decisões; as oportunidades, que consistem no que está fora do raio da ação dos agentes ou na relação entre agentes que

intervêm no ambiente institucional; e, Capital cívico, que são todas as ações que levam benefícios aos cidadãos, com a sua participação, seja social, económica ou profissional.

Utilizando um resumo de diversos estudos sobre o tema, Nelles (2013) constrói um quadro onde enumera diversas variáveis que ajudam a analisar o contexto institucional, ao passo que para as oportunidades, refere apenas duas variáveis (intervenção do governo e surpresas). De acordo com Nelles (2013), as variáveis são:

- Número de autores;
- Autonomia do órgão executivo autónomo;
- Autonomia institucional;
- Apoio Partidário;
- Policentrismo e assimetrias institucionais;
- Estruturas metropolitanas pré-existentes;

Mais recentemente, Silva, Teles e Ferreira (2018) desenvolveram um estudo no qual utilizaram cinco variáveis de análise para avaliar a capacidade de governança, sendo elas:

- O âmbito da cooperação, que serve para analisar a capacidade de governança através dos motivos da cooperação e afirmam que esta pode variar desde uma imposição realizada pelo Estado Central ou da EU, ao reconhecimento da necessidade de esforços para criar uma estratégia para melhorar o desenvolvimento da região
- Eficiência, no âmbito da qual pode ser analisado a capacidade de interagir com vários níveis de governo, dentro do funcionamento multinível.
- Natureza das estruturas institucionais, que pode variar entre estruturas altamente institucionalizadas ou estritamente informais, o que está relacionado com a autonomia dos membros;
- Democracia, analisando a forma de como as entidades estão relacionadas com os cidadãos ou com as instituições, pretendendo assim analisar a forma como são selecionados os líderes e qual a participação dos cidadãos nestes processos.

- Estabilidade, o que implica a capacidade de manter os acordos de governança ao longo do tempo. Os autores afirmam que existem motivos externos que podem complicar esta variável, mas o nível de compromisso dos participantes pode ajudar nesta variável, daí que a estabilidade dependa da confiança dos participantes.

### ***2.3. Governação Local em Portugal***

Portugal era, até à Revolução de 1974, um país extremamente centralizado. Duarte e Sousa (2015) afirmam que, desde o regresso da democracia, um dos principais objetivos do Governo Central era a construção de bases para a Governação Local, o que conduziu ao surgimento de programas com três objetivos, sendo eles “a necessidade de criar uma governação local, a necessidade de dotar o novo Poder Local democrático de uma liderança forte e que regule o funcionamento da administração autárquica e a necessidade de satisfazer as carências básicas das populações”.

Duarte e Sousa (2015) apontam ainda cinco diferentes fases de evolução das reformas do Poder Local em Portugal desde a Revolução de 1974: a primeira fase, que começa em 1976 com a transição da democracia, é sobretudo marcada por um período de engenharia institucional para o Poder Local, durante o qual os municípios passaram a ter órgãos políticos e administrativos próprios e também autonomia de gestão; numa segunda fase, existiu uma preocupação do Governo Central em criar um nível de governação intermédio que permitisse a articulação entre o Governo Central e o Local, de modo a maximizar os benefícios e a evitar desperdícios; na terceira fase, que surge com a entrada de Portugal na CEE, deu-se mais atenção à Europeização, deixando o Governo Local propriamente dito de ser tema central; na quarta fase, que surge por volta do ano 2000, existe um regresso à importância deste nível de Governação, sendo marcada por diversas inovações institucionais; por fim, a quinta fase é marcada por cortes no investimento público local, que leva à reorganização do Poder Local.

As funções e a relevância dos municípios e das freguesias em Portugal têm vindo a aumentar nas últimas décadas, como uma forma de aplicação do princípio da subsidiariedade, através do qual se procura colocar as soluções o mais próximo possível dos problemas.

De acordo com António Tavares (2015), a necessidade da adoção destas estratégias de descentralização decorre do facto dos diversos municípios serem diferentes entre si, na medida em que estas estratégias de transferência de poder de decisão permitem corresponder melhor às diferenças de preferências dos cidadãos.

Para Teles (2015), um dos principais problemas do atual modelo institucional e de governação é a sua tendência para a criação de uma estrutura presidente-cêntrica, o que significa que existe uma enorme dependência do executivo e uma enorme concentração de poderes no presidente, em detrimento de outros órgãos, como por exemplo a Assembleia Municipal, o que torna o papel dos Presidentes extremamente propícios ao favorecimento em eleições ou aos interesses privados, em vez da transparência.

Um outro problema existente no atual modelo de governação do poder local está relacionado com reduzida independência financeira dos municípios, ou seja, a reduzida “... capacidade de gerar recursos próprios, sem ter de depender de financiamento de outras entidades para desenvolver as suas atividades e prestar os seus serviços...” (Jorge, 2015). Como analisado, os municípios portugueses não possuem recursos para ser autónomos, principalmente os mais pequenos, que são financeiramente dependentes. A autora Susana Jorge refere que, apesar de legalmente os municípios terem poderes tributários, o estabelecimento de taxas, preços e impostos locais é feito no âmbito de regimes relativamente restritivos, nomeadamente o Regime Geral de Taxas e o Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (Jorge, 2015).

Assim, as receitas dos municípios estão demasiadamente dependentes do Estado Central e da Comunidade Europeia (Jorge, 2015). Esta falta de autonomia financeira torna-se, assim, problemática, já que, segundo a autora Susana Jorge (2015), é, simplesmente, impossível dissociar a maior ou menor dependência financeira da descentralização administrativa. Para a autora, a descentralização de poderes e mesmo a criação das Comunidades Intermunicipais, não têm sido acompanhadas com uma descentralização dos poderes tributários (Jorge, 2015).

Relativamente ao peso da despesa pública local no total da despesa pública, Dias e Segorbe (2016), afirmam que verificamos um acréscimo no seu peso relativamente ao PIB desde 2000, passando de 5,9% em 2000 para 7% em 2011. Por sua vez, mantem-se estável no que refere ao peso no total do setor público, com 14,1% tanto no ano 2000

como em 2011, valores que, de acordo com os autores, se verificam devido a um desequilíbrio financeiro vertical.

As despesas com as estruturas funcionais da despesa da administração local e regional têm vindo a aumentar em Portugal, verificando-se, de acordo com Dias e Segorbe (2016), a seguinte distribuição: cerca de 30% decorrem de Serviços Públicos Gerais, 20% em assuntos económicos, 12% em atividades culturais e 11% na educação. No que se refere à dinâmica de despesas, os autores verificaram, entre 2000 e 2011, um aumento das despesas com o pessoal e das aquisições de bens e serviços correntes, representando mais de metade da despesa municipal, bem como o serviço da dívida que tem vindo a aumentar progressivamente (Dias e Segorbe: 2016).

Relativamente à receita pública local no total da receita pública, é possível observar um aumento de 1,1% do PIB e de 0,9% no que se refere ao peso da receita pública local no total do sector público (Dias e Segorbe; 2016). Mas os autores referem que se analisarmos apenas as receitas tributárias relativamente às quais os municípios possuem, o aumento foi menor em termos absolutos, observando-se mesmo uma ligeira redução na cobertura de despesa pública local por este tipo de receitas. Relativamente à evolução das principais componentes da receita municipal, os autores defendem que esta aumentou, mas recentemente tem voltado a diminuir, em virtude da quebra da receita de impostos diretos, inclusive o IMI e IMT.

De acordo com Teles (2015), o Poder Local em Portugal contém uma lacuna, identificada em todas as tentativas de reforma, que é a falta de análise de possíveis mudanças dos modelos institucionais, a qual provoca, de acordo com o autor, vários problemas: primeiro, refere que uma nova reforma não pode ser tomada sem perceber os novos enquadramentos em termos de competências, de território e de articulação com outros agentes da governação; em segundo lugar, é importante perceber a identidade e a tradição político-administrativa do municipalismo português; em terceiro lugar, as reformas só funcionam se estiverem asseguradas as condições de articulação e de cumprimento das competências dos diferentes órgãos: em quarto lugar, é importante reconhecer e dar prioridade às dimensões centrais do exercício do poder democrático; por fim, é importante reconhecer e incentivar o potencial do Poder Local no domínio da inovação democrática.



Teles (2015) afirma que o Documento Verde da Reforma da Administração Local, produzido pelo anterior Governo Português, apresentava sinais positivos para os problemas da Governação Local em Portugal. Contudo, segundo o autor, apontou para dois problemas sérios, sendo eles: “resultou de uma abordagem demasiado centralizadora, não permitindo diversidade entre municípios na sua organização e modelo de governação, adequados às respetivas realidades locais; e deixou de fora dois elementos determinantes para a autonomia municipal e o controlo sobre as políticas públicas locais: uma alteração profunda do modelo de financiamento das autarquias que garanta um maior grau de autonomia na geração de receitas, independentes das transferências do Orçamento do Estado; e a necessária abertura para proceder a uma revisão do modelo institucional e das responsabilidades dos diferentes órgãos políticos locais.” (Teles, 2015; pp. 214).

De acordo com João Gato (2015) a reorganização administrativa do território, relativa às entidades administrativas infraestruturadas e, em especial, às autarquias locais, constitui uma vertente importante da reforma do Estado. É sempre um tópico especial na agenda política, principalmente em situações de crise, funcionando como fator de redução de custo e também de promoção de uma maior eficiência e eficácia na afetação de recursos e na prestação de serviços públicos.

Torna-se particularmente premente proceder a algumas reformas institucionais, no sentido de cumprir alguns objetivos, nomeadamente os indicados por Tavares (2015): a) competência profissional relevante; b) distanciamento suficiente entre cidadãos, funcionários e eleitos para evitar situações de clientelismo e favorecimento indevido; c) produção eficaz e eficiente de bens e serviços; d) sustentabilidade económica e financeira; e) elevada participação política; e, f) liberdade de escolhas.

João Gato (2015) afirma que a reorganização administrativa do território que compreende duas dimensões, uma dimensão horizontal, que diz respeito à dimensão ótima do território administrado por cada entidade, permitindo ganhos relativos a uma eficiente provisão de bens e serviços públicos sem perder a ligação aos problemas das comunidades locais que deve caracterizar a ação pública destas entidades administrativas; e uma dimensão vertical, que diz respeito à distribuição de competências entre as várias entidades administrativas com intervenção sobre o território, seja Estado Central, regiões ou autarquias, implementando também a

repartição de recursos que permitem a realização das suas funções, e assenta numa dinâmica de descentralização ou centralização.

Em Portugal, desde o regresso à democracia, sempre esteve presente uma vontade de descentralização de competências do governo central para as autarquias e destas para as freguesias. Mas é sobretudo a partir das eleições legislativas de 2005 que se assinalam referências mais específicas a uma reorganização administrativa (Gato, 2015). Nesse ano falou-se no Programa do XVI Governo Constitucional, que reproduzia o programa eleitoral do Partido Socialista, numa fusão de algumas entidades de governação local. Isto levou alguns Presidentes de Câmaras, principalmente de zonas urbanas a fundirem algumas freguesias (Gato, 2015). Já no Programa de XVIII Governo Constitucional previu-se criar um novo estatuto para as freguesias, o que levava a uma reorganização territorial destas, designadamente a associação de freguesias (Gato, 2015). Neste programa era assinalado a necessidade para diferenciar entre freguesias urbanas, rurais e em zonas de baixa densidade.

De acordo com Gato (2015), esta discussão pública da reforma iniciou-se com a apresentação do Documento Verde da Reforma da Administração Local (2011), que previa 4 eixos de intervenção: setor empresarial local, organização do território, gestão municipal, intermunicipal e financiamento e democracia local. Com este documento, começou o debate sobre a reorganização do mapa administrativo através da redução do número de freguesias, onde se pretendia aumentar a descentralização propiciando uma redefinição das atribuições e das competências entre municípios e freguesias. Esta reorganização veio a concretizar-se a 30 de maio de 2012. A principal alteração a nível de competências para as freguesias é licenciamento de determinadas atividades económicas.

No Documento Verde da Reforma da Administração Local (Governo de Portugal, 2011) estão disponíveis os diversos objetivos da Reforma da Administração Local, sendo eles:

- Promover maior proximidade entre os níveis de decisão e os cidadãos, fomentando a descentralização administrativa e reforçando o papel do Poder Local como vetor estratégico de desenvolvimento;
- Valorizar a eficiência na gestão e na afetação dos recursos públicos, potenciando economias de escala;

- Melhorar a prestação do serviço público;
- Considerar as especificidades locais (áreas metropolitanas, áreas maioritariamente urbanas e áreas maioritariamente rurais);
- Reforçar a coesão e a competitividade territorial.

A nível do Sector Empresarial Local, o Documento Verde da Reforma da Administração Local (Governo de Portugal, 2011) tem como objetivos:

- Elaborar um diagnóstico sobre o número de entidades que compõem o atual Sector Empresarial Local (SEL), promovendo a redução do número de entidades e adequando o Sector à sua verdadeira missão estratégica, de acordo com a realidade local e as suas necessidades específicas;
- Analisar o atual Enquadramento Legal que rege o SEL de modo a adequar todas as futuras iniciativas legislativas ao conteúdo e finalidades da Reforma pretendida;
- Elaborar um novo diploma do SEL, consagrando novos critérios para a sua criação, existência e gestão;
- Redimensionar e fortalecer o SEL, redefinindo o seu perímetro de atuação.

Sobre a Organização do Território, o Documento Verde da Reforma da Administração Local (Governo de Portugal, 2011) tem como objetivo “[r]ealizar uma análise do atual mapa administrativo, promovendo a redução do atual número de Freguesias, pela sua aglomeração, dando origem à criação de novas Freguesias, com maior dimensão e escala, de acordo com as suas tipologias e salvaguardando as especificidades territoriais.

Por fim, os objetivos sobre a Gestão Municipal, Intermunicipal e Financiamento enunciados no Documento Verde da Reforma da Administração Local (Governo de Portugal, 2011) são:

- Reformatar as competências dos diferentes níveis das Divisões Administrativas, estabelecendo novos quadros de atuação no âmbito dos Municípios, CIM e

outras Estruturas Associativas, procurando reforçar atribuições e competências e promovendo a eficiência da gestão pública com o intuito de gerar economias de escala no seu funcionamento;

- Analisar e regular os diferentes níveis e tipologias de Associativismo Municipal, criados ao longo de 20 anos, no pressuposto de que não deverão sobrepor-se nem se repetir nas suas funções.

De acordo com Paulo Trigo Pereira (2016), a divisão de funções entre Estado Central e Municípios ocorre da forma apresentada na figura seguinte, na qual o autor apresenta as funções centralizadas e não descentralizadas, dividindo-as consoante as seguintes categorias: em Funções Gerais da Administração, Funções Sociais e Funções Económicas.

Figura 2 Funções centralizadas e funções descentralizadas

<b>Funções Centralizadas (administração central, empresas de capital públicos, entre outros)</b>	<b>Funções Descentralizadas (administração Local, empresas municipais, intermunicipais e outras)</b>
<b>Funções gerais de Administração</b>	
Sistema Judicial	Não tem competências
Defesa Nacional	Não tem competências
<b>Segurança Pública</b>	
PSP, GNR, PJ	Polícia Municipal (facultativa)
<b>Funções Sociais</b>	
<b>Educação</b>	
Curriculos Nacionais	Construção e manutenção dos estabelecimentos de educação pré-escolares e das escolas de ensino básico
Pessoal Docente (básico e secundário)	Pessoal não docente (básico)
Pessoal Docente (básico e secundário)	Ação social escolar
Ensino Superior	Transportes Escolares
	Atividades de Enriquecimento Curricular

<b>Saúde</b>	
Hospitais, Centros de Saúde	Participação e consulta no planeamento da rede de centros de saúde
Pessoal médico, de enfermagem e auxiliar	
<b>Segurança e Ação social</b>	
Transferências a favor do rendimento	Cooperação com instituições de solidariedade social e em parceria com a administração central em programas e projetos de ação social do âmbito municipal, designadamente nos domínios do combate à pobreza e à exclusão social
Competência quase exclusiva da administração central	
<b>Habitação</b>	
Regulação do mercado de arrendamento (controle de rendas)	Disponibilizar terrenos para a construção de habitação social
Programas de renovação urbana	Promoção de programas de habitação a custos controlados, de erradicação de barracas e de renovação urbana
<b>Serviços Culturais, recreativos</b>	
Centros de cultura, centros de ciência, bibliotecas, teatros e museus nacionais	Construção de Instalações Desportivas e Recreativas
Património Cultural, paisagísticos e urbanístico regional ou nacional	Centros de cultura, centros de ciência, bibliotecas, teatros e museus municipais
	Património cultural, paisagístico e urbanístico do município
<b>Funções Económicas</b>	
<b>Agricultura, Pecuária, Silvicultura, caça e pesca</b>	
Incentivos económicos a estes sectores	Incentivo Fiscal
<b>Indústria e Energia</b>	
Distribuição de energia elétrica em alta tensão, apoios às PME	Distribuição de energia elétrica em baixa tensão; Iluminação pública urbana e rural.
<b>Transportes e Comunicações</b>	
Rede Nacional de Estradas	Viadutos, arruamentos e obras complementares
Portos	Rede viária Municipal

Fonte: Trigo Pereira, 2016

#### ***2.4. A constituição das Estruturas Intermunicipais em Portugal***

Como vimos, a reforma do poder local tem passado por algumas reformas institucionais. Para Filipe Teles (2016), Portugal não deveria seguir a forma utilizada nos países do norte da Europa, a fusão de municípios, pelo facto de já existirem municípios de elevada dimensão e de apenas 19% possuírem menos de 5000 habitantes. António Tavares (2015) utiliza os dados dos Censos de 2011 para confirmar que a dimensão média dos municípios portugueses se encontra acima da média europeia – de acordo com os dados desses Censos, Portugal possui uma média aproximada de 36.000 habitantes e 300 quilómetros quadrados por município. Mas essas médias escondem a

verdadeira realidade portuguesa, uma vez que os valores possuem enormes desequilíbrios, já que uma parte considerável (37%) dos municípios possuem mais de 10.000 habitantes e 19% possui menos de 5.000 habitantes. Tavares (2015) refere, assim, que a existência destes quase micro-municípios conduz a inúmeros desafios, um dos principais sendo a baixa qualidade técnica e os recursos humanos em escassa quantidade e de baixa qualidade, mas também a dificuldade de oferta de bens e serviços à escala municipal. Para o autor, estes desafios têm, assim, “consequências negativas a nível político e cultural, nomeadamente em termos de limitações ao pluralismo político, propensão para o clientelismo, relações de património, massa crítica reduzida, de modo geral, menor qualidade da democracia local” (Tavares, 2015).

Face a este cenário, afirmavam-se duas potenciais alternativas: a tentativa de criar um nível de governação entre o Governo Central e o Local; e o aumento das Cooperações Intermunicipais, a qual era já a mais utilizada no sul da Europa e acabou por ser a escolhida.

Pedro Gonçalves (2014), no seu artigo em “A Lei de Reforma da Administração Local e os seus grandes problemas”, afirma que a Constituição Portuguesa já apontava para a possibilidade da existência de três tipos de entidades intermunicipais, sendo elas: as Áreas Metropolitanas, as Comunidades Intermunicipais e as Associações de (freguesias e de) municípios de fins específicos.

De acordo com Teles (2016), o desenvolvimento da cooperação intermunicipal em Português beneficiou de vários fatores que facilitaram o processo, dos quais se destaca a facilidade com que os presidentes das Câmaras perceberam que teriam acesso na melhoria de estruturas e na obtenção de fundos europeus, o que é fundamental para a sobrevivência da maioria dos municípios que se encontram em grave crise. Ainda assim, Teles (2016) refere que este assunto era delicado para alguns presidentes, pois existia um receio de perderem algum poder de decisão.

Na atualidade, existem 2 Áreas Metropolitanas, 21 Comunidades Intermunicipais e 53 Associações Intermunicipais (Teles, 2016). Todas estas entidades supramunicipais correspondem a unidades territoriais definidas com base nas NUTS III (art. 139º do RAL). De acordo com Pedro Gonçalves (2014), as Áreas Metropolitanas são entidades supramunicipais, criadas por iniciativa do Estado, e governadas autonomamente por

órgãos que radicam a sua legitimidade nos municípios que nelas se congregam. Atualmente existem duas em Portugal, a Área Metropolitana de Lisboa e a Área Metropolitana do Porto. Já as Comunidades Intermunicipais são entidades supramunicipais criadas recentemente pelo Governo Central, que, de acordo com Gonçalves (2014), parecem ser desenhadas com o objetivo de traduzir um elemento renovado de articulação entre o Governo Central e o Governo Local e de as colocar em posição de protagonizar o relacionamento entre esses dois. Por fim, as Associações de (freguesias e de) municípios são associações de autarquias locais que pretendem corresponder a fins específicos.

A Lei nº 75/2013 de 12 de setembro veio estabelecer o regime jurídico das autarquias locais, aprovando o estatuto das entidades intermunicipais. Assim, surgem em Portugal as seguintes vinte e uma novas Comunidades Intermunicipais (ver figura abaixo), que se juntam às duas Áreas Metropolitanas já existentes:

- Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central;
- Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral;
- Comunidade Intermunicipal do Algarve;
- Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo;
- Comunidade Intermunicipal do Alto Minho;
- Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega;
- Comunidade Intermunicipal do Ave;
- Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo;
- Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa;
- Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela;
- Comunidade Intermunicipal do Cávado;
- Comunidade Intermunicipal do Douro;
- Comunidade Intermunicipal do Lezíria do Tejo;
- Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo;
- Comunidade Intermunicipal do Oeste;
- Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro;
- Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra;
- Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria;
- Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa;

- Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes;
- Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões.

Ao nível organizativo, as Comunidades Intermunicipais são, de acordo com o art. 82º do RAL, constituídas por:

- Assembleia Intermunicipal: é constituída por membros de cada Assembleia municipal, eleitos de forma proporcional. A esta compete eleger a mesa da assembleia intermunicipal, aprovar as opções do plano e as suas revisões, eleger o secretariado executivo intermunicipal, aprovar o seu regimento e os regulamentos, exercer os demais poderes que lhe sejam conferidos por lei e aprovar moções de censura ao secretariado executivo intermunicipal (art. 84 e 85 da Lei nº 75/2013).
- Conselho Intermunicipal: é constituído pelos presidentes do executivo dos municípios que integram a comunidade intermunicipal. O Conselho Intermunicipal tem um presidente e dois vice-presidentes. Compete ao Conselho Intermunicipal, entre outras funções, definir e aprovar as opções políticas e estratégicas da comunidade intermunicipal, submeter à assembleia intermunicipal a proposta do plano de ação da comunidade intermunicipal, aprovar os planos, os programas e os projetos de investimento e desenvolvimento, propor ao governo os planos e representar a Comunidade Intermunicipal perante quaisquer entidades externas, com faculdade de delegação no secretariado executivo intermunicipal (art. 88,89 e 90 da Lei nº 75/2013).
- Secretariado Executivo Intermunicipal: é constituído por um primeiro-secretário e, mediante deliberação unânime do conselho intermunicipal, até dois secretários intermunicipais. Compete ao Secretariado Executivo Intermunicipal, entre outras funções, elaborar e submeter à aprovação do conselho intermunicipal os planos necessários à realização das atribuições intermunicipais, participar no planeamento que diretamente se relacione com as atribuições da comunidade intermunicipal, assegurar a articulação entre os municípios e os serviços da administração central, participar na gestão de programas de desenvolvimento



regional e apresentar candidaturas a financiamentos através de programas, projetos e demais iniciativas, executar as opções do plano e orçamento, preparar para o conselho intermunicipal a norma de controlo interno, bem como o inventário de bens direitos e obrigações patrimoniais da comunidade intermunicipal e respetiva avaliação e participar em órgãos de gestão de entidade da administração central (art. 93 e 96 da Lei nº 75/2013).

- Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal: é um órgão de natureza consultiva destinada a apoiar o processo de decisão dos restantes órgãos da comunidade intermunicipal. Este é constituído por representantes das instituições, entidades e organizações com relevância e intervenção no domínio dos interesses intermunicipais. Compete ao Conselho Intermunicipal deliberar sobre a composição em concreto do conselho estratégico para o desenvolvimento intermunicipal (art. 98 da Lei nº 75/2013).

Figura 3 Mapa das Entidades Intermunicipais em Portugal



Fonte: ANMP; 2017

Na Lei nº75/2013, que aprova o estatuto das entidades intermunicipais, tem no artigo 81º, as atribuições das Comunidades Intermunicipais, que são:

*“1 - As comunidades intermunicipais destinam-se à prossecução dos seguintes fins públicos:*

- a) Promoção do planeamento e da gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido;*
- b) Articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal;*

*c) Participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, designadamente no âmbito do QREN;*

*d) Planeamento das atuações de entidades públicas, de carácter supramunicipal.*

*2 - Cabe às comunidades intermunicipais assegurar a articulação das atuações entre os municípios e os serviços da administração central, nas seguintes áreas:*

*a) Redes de abastecimento público, infraestruturas de saneamento básico, tratamento de águas residuais e resíduos urbanos;*

*b) Rede de equipamentos de saúde;*

*c) Rede educativa e de formação profissional;*

*d) Ordenamento do território, conservação da natureza e recursos naturais; e) Segurança e proteção civil;*

*f) Mobilidade e transportes;*

*g) Redes de equipamentos públicos;*

*h) Promoção do desenvolvimento económico, social e cultural; i) Rede de equipamentos culturais, desportivos e de lazer.*

*3 - Cabe às comunidades intermunicipais exercer as atribuições transferidas pela administração estadual e o exercício em comum das competências delegadas pelos municípios que as integram, nos termos da presente lei.*

*4 - Cabe às comunidades intermunicipais designar os representantes das autarquias locais em entidades públicas e entidades empresariais sempre que a representação tenha natureza intermunicipal.”*

*(Assembleia da República, Lei nº 75/2013)*

O surgimento das Comunidades Intermunicipais em Portugal serviu para obrigar os municípios a cooperar e a criarem relações de interajuda para combaterem os desafios e oportunidades que estes possuíam e que iam aumentando como crescer da descentralização dos poderes do Governo Central.

Gonçalves (2014, p. 32) analisa ainda as competências que as Comunidades Intermunicipais são obrigadas a responder, as quais dividem em três tipos de competências: “as competências próprias por atribuição da lei, as competências

delegadas pelo Estado (“de cima”) e as competências delegadas pelos municípios que as integram (“de baixo”).

Para o autor, existem poucas competências atribuídas legalmente às Comunidades Intermunicipais, sendo basicamente apenas competências ao nível da descentralização ou à “administração de interesses comuns”, como a gestão de equipamentos que serve os municípios associados ou a exploração de um serviço público intermunicipal (Gonçalves, 2014).

Quanto às competências delegadas pelo Estado, o autor aborda a questão da descentralização de competências de todos os domínios dos interesses próprios das populações das entidades intermunicipais, em especial no âmbito das funções económicas e sociais (Gonçalves, 2014). O autor afirma ainda que existe a possibilidade de o Estado não perder a titularidade das competências, mas que as Comunidades Intermunicipais são fundamentais para representar os interesses próprios das suas populações (Gonçalves, 2014). Quanto às competências delegadas pelos municípios que as integram, o autor aborda principalmente a necessidade da criação de um mercado comum, um mercado “abastecedor”, que sirva as populações de todos, ou dos interessados, os municípios que as integram. No número 3 do artigo 128º do RAL, são apresentadas as competências que as Comunidades Intermunicipais devem responder, sendo elas:

- Planeamento e gestão da estratégia de desenvolvimento económico e social;
- Competitividade territorial;
- Promoção dos recursos endógenos e de valorização dos recursos patrimoniais e naturais;
- Empreendedorismo e da criação de emprego;
- Mobilidade;
- Gestão de infraestruturas urbanas e das respetivas atividades prestacionais;
- Promoção e gestão de atividades geradoras de fluxos significativos de população, bens e informação.

Não obstante as múltiplas vantagens da cooperação intermunicipal em Portugal, Teles (2015) afirma que este tipo de governação, que passa a fronteira dos municípios, tem uma complexidade associada à governação da rede gerada, à sua fragmentação organizacional e à multiterritorialização de entidades públicas e privadas, temas que o autor considera que necessitam de uma revisão profunda. Estes desafios apelam, assim, a um estudo sobre a capacidade institucional das estruturas de coordenação, a que nos propomos neste trabalho.

### III. METODOLOGIA

A pergunta de investigação a que se pretende responder neste trabalho é, assim: *Quais as condições de capacidade institucional das estruturas de coordenação intermunicipais em Portugal?*

Os objetivos subjacentes a este trabalho serão, por sua vez, os seguintes:

- a) Caracterizar o processo histórico (político e legal) da constituição das estruturas intermunicipais de coordenação intermunicipais em Portugal (AMs e CIMs)?
- b) Identificar quais as condições de capacidade institucional das estruturas intermunicipais em Portugal;
- c) Perceber quais as consequências de diferentes níveis de capacidade institucional;
- d) Identificar e compreender as razões subjacentes às semelhanças e diferenças de capacidade institucional entre as diferentes estruturas de coordenação intermunicipais.

Como variáveis de análise na aferição da capacidade institucional, inicialmente serão analisadas as variáveis referidas por Jen Nelles e por Patrícia Silva, Filipe Teles e Joana Ferreira.

Relativamente a Jen Nelles serão analisadas nomeadamente: o número de atores, autonomia do órgão executivo autónomo, autonomia institucional, bem como estruturas metropolitanas pré-existentes” (Nelles, 2013). Estas são escolhidas inicialmente por serem apontadas pela autora como pistas importantes de investigação futura.

Das variáveis apontadas por Patrícia Silva, Felipe Teles e Joana Ferreira, serão utilizadas: o âmbito da cooperação, a eficiência, a natureza das estruturas institucionais, a democracia e a estabilidade (Silva et al, 2018). Estas variáveis serão utilizadas uma vez que são apontadas pelos autores como variáveis a analisar para estudar a capacidade de governança das entidades intermunicipais, principalmente no caso português.

Para responder a esta pergunta, irei realizar um estudo de comparação entre os processos de capacitação institucional entre duas Comunidades Intermunicipais. Esta comparação será feita para perceber quais as diferenças entre os processos realizados entre estas entidades supramunicipais.

As Comunidades Intermunicipais estudadas serão a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA), escolhida por ter sido uma das CIMs utilizadas no estudo-piloto realizado pela Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), e a Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (CIMRL), pelas suas semelhanças com a região de Aveiro, já que ambas as regiões estão situadas na zona centro litoral e ambas possuem uma vasta industrialização.

As técnicas de recolha de informação a utilizar serão a análise documental de documentos disponíveis nos websites das Comunidades Intermunicipais em análise, como por exemplo acordos de cooperação, ou relatórios disponíveis, como relatórios de contas ou relatórios com o pessoal, bem como entrevistas a realizar a atores-chave das entidades referidas. Para melhor análise destas duas Comunidades foram ainda realizadas entrevistas aos dois Secretários Executivos, Dr. José Eduardo de Matos da CIRA e Dra. Alcina Maria Soares da Costa da CIMRL.

Na entrevista os tópicos analisados foram: História da CIM; Reuniões da CIM; Tomada de decisão; Recursos Humanos e Logísticos; Recursos financeiro/obtenção de fundos; Importância da União Europeia; Participação dos municípios; Efeitos da CIM; Futuro da CIM.

Relativamente às dificuldades metodológicas existiram duas evidentes. Inicialmente foi pensado para tema da dissertação uma comparação entre as Áreas Metropolitanas e as Comunidades Intermunicipais, uma vez que permitiria uma comparação entre duas realidades diferentes dentro das entidades intermunicipais, uma vez que as AMs são antigas e voluntárias e as CIMs são recentes e impostas pelo Estado Central. Esta possibilidade foi eliminada após dificuldades em contactar alguém relacionado com as AMs de Lisboa e Porto que pudesse ser elemento das entrevistas.

A segunda dificuldade, e a mais sentida nesta dissertação, foi a dificuldade de contactar os Presidentes das Comunidades Intermunicipais em análise, já que, mesmo após diversas tentativas de estabelecer contacto por correio eletrónico, nunca existiu uma

resposta. Com o Presidente da CIMRL, ainda chegou a existir uma reunião marcada, que foi desmarcada no dia da mesma devido a problemas de saúde do entrevistado. O motivo mais provável para esta dificuldade encontrada é o facto de 2017 ter sido ano de eleições autárquicas em Portugal, o que dificulta o agendamento de reuniões com os Presidentes Autárquicos. Este problema vinha-se com o facto de o cargo de Presidente do Conselho Intermunicipal ser normalmente o Presidente dos maiores municípios da comunidade.





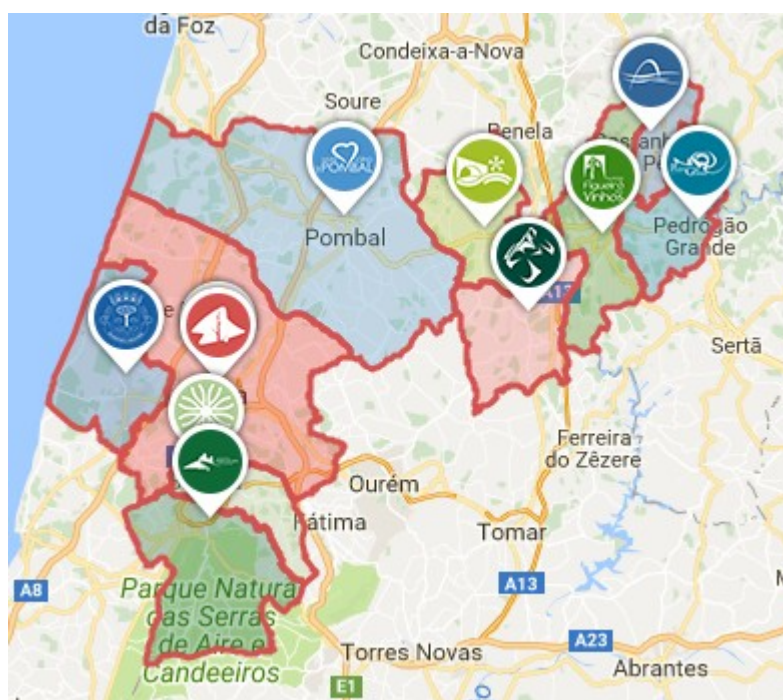
#### IV. ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Neste capítulo serão apresentados os principais resultados referentes à análise dos dois estudos de caso – a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA) e a Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (CIMRL). Após a apresentação de ambos os casos na secção 4.1 e 4.2, seguir-se-á uma análise comparativa e discussão de resultados, na secção 4.3.

##### *4.1. Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria*

A Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (CIMRL) foi criada em 2008 e é atualmente composta por 10 municípios (ver mapa): Alvaiázere, Ansião, Batalha, Castanheira de Pera, Leiria, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande, Marinha Grande, Porto de Mós e Pombal.

Figura 4. Mapa da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria



Fonte: CIMRL, 2017

#### a) História da CIM

Apesar desta CIM ter sido criada em 2008, os primeiros acordos de cooperação entre os municípios da zona de Leiria datam de 1988, sendo dos primeiros em Portugal. Mais recentemente, de acordo com a entrevistada foram “voluntários à força” a cooperar, contudo os Presidentes tendem a preferir ficar “dentro do que fora”. Inicialmente foi criada a AMLei, em 1988, que era uma associação de municípios com o objetivo de criar cooperação entre os vários municípios, sendo sugerida pelos próprios presidentes autárquicos. Começou como Área Metropolitana de Leiria, passando-se a chamar Associação de Municípios de Leiria. Esta associação continha municípios de diversas NUTSII e III, o que nos leva à ideia de que, ao contrário do que acontece com as CIMs, eram os municípios a solicitar a sua entrada. Esta associação tinha vários projetos que conjugavam interesses dos diversos municípios, como, por exemplo, a Leiria Região Digital.

Com o surgir da Comunidade Intermunicipal em 2008, existiram mudanças nos municípios pertencentes à AMLei, saindo Ourém e entrando municípios do Norte de Leiria.

Enquanto que outras comunidades intermunicipais criaram um quadro de pessoal, a CIMRL possuía um quadro de pessoal pequeno, pois sempre trabalhou em conjunto com a Associação de Desenvolvimento Local de Leiria, existindo sempre uma rentabilização de recursos. Quando a associação, AMLei, foi criada, recebeu o corpo técnico do GAT (Gabinete de Apoio Técnico – estruturas da comissão de coordenação da região centro). Estes trabalhavam para as Câmaras, com engenheiros civis, eletrotécnicos, topógrafos, gestores, entre outras áreas. As câmaras municipais pagavam um valor mensal para este gabinete ajudar. Estes gabinetes foram extintos, mas a associação decidiu integrar estes funcionários. Assim, esta comunidade tem um corpo técnico diferente das restantes CIMs.

### b) Principais Áreas de Intervenção

Aquando da criação da CIMRL, o seu principal foco era a interação e rentabilização de meios, recursos e projetos de interesse comum. De acordo com a entrevista à Secretária Executiva da CIMRL, as principais áreas de intervenção atuais são as seguintes: “Fundos estruturais, apoio aos municípios integrados, formação para os municípios, transportes, informática, plataformas digitais (Leiria Região Digital, o único projeto ‘região digital’ do país ainda em funcionamento), sistema de informação geográfico (pioneira no país), contratualização.”.

### c) Órgãos

De acordo com o artigo 7º dos Estatutos da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria, publicados em Diário da República (Anúncio nº. 77/2014) (Anexo 6), a CIMRL é constituída por Assembleia Intermunicipal, Conselho Intermunicipal, Secretariado Executivo Intermunicipal e Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal (CIMRL, 2014).

A Assembleia Intermunicipal é constituída por membros de cada Assembleia Municipal, eleitos por proporção de eleitores (CIMRL, 2014).

O Conselho Intermunicipal é constituído pelos Presidentes das Câmaras Municipais dos municípios que integram a Comunidade Intermunicipal (CIMRL, 2014).

O Secretariado Executivo Intermunicipal é constituído por um Primeiro-secretário, e, mediante deliberação unânime do Conselho Intermunicipal, até dois Secretários Intermunicipais (CIMRL, 2014).

O Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal é um órgão de natureza consultiva destinado ao apoio ao processo de decisão dos restantes órgãos da Comunidade Intermunicipal (CIMRL, 2014). O Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal é constituído por representantes das instituições, entidades e organizações com relevância e intervenção no domínio de interesses (CIMRL, 2014).

#### d) Reuniões e processo de tomada de decisão

De acordo com os estatutos da Comunidade Intermunicipal, publicados em Diário da República (Anúncio nº. 77/2014) (Anexo 6), a Assembleia Intermunicipal reúne-se ordinariamente duas vezes por anos e extraordinariamente sempre que convocada, o Secretariado Executivo Intermunicipal tem reuniões quinzenalmente e reuniões extraordinárias sempre que necessários e o Conselho Intermunicipal tem reuniões mensais.

As reuniões do Conselho Intermunicipal acontecem sempre mensalmente, a não ser que surjam temas emergentes. A estas reuniões vão todos os presidentes autárquicos e o primeiro secretário. Existe ainda a participação de grupos de interesse, de acordo com os temas em debate. De acordo com a entrevistada, existe uma participação igualitária entre todos os membros, prevalecendo o interesse comum perante o interesse individual:

*“Existe um trabalho de forma solidária, seja de municípios diferentes ou partidos diferentes. Existe um interesse comum numa participação e na procura de um bem/interesse comum e não de interesses pessoais” (entrevista à Secretária Executiva da CIMRL).*

A preparação das reuniões do Conselho Intermunicipal é feita pela Secretária Executiva, que envia a ordem de trabalhos, os temas em discussão e propostas de intervenção aos diversos presidentes de câmara. Os funcionários da CIM podem ser enviados para as câmaras através de comunicado, quando estas necessitam de algum serviço para os quais não estejam preparadas. São analisadas todas as propostas e depois votadas, normalmente por unanimidade. A decisão é concluída com a criação da ata.

O papel da Secretária Executiva é, assim, meramente informativo, não tendo peso na tomada de decisão. Assim, a decisão pertence apenas aos Presidentes Autárquicos, onde existe uma confiança e vontade de cooperar entre os diversos.

#### e) Recursos Humanos e Logísticos

A CIMRL possui 10 funcionários, todos eles técnicos superiores. De acordo com a informação obtida no website da CIMRL, a Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria conta com o pessoal do extinto Gabinete de Apoio Técnico (GAT) de Leiria, que representa 8 dos 10 colaboradores, que são provenientes de diversas áreas: 3 de engenharia, 1 de arquitetura, 2 de topografia, 1 desenhador e 1 administrativa. Além destes 8 colaboradores transitados do GAT, a CIMRL conta ainda com a colaboração de uma Administrativa, um Informático, um Geógrafo e uma Primeira Secretária.

De acordo com o Plano de Atividades de 2017, o Gabinete de Apoio Técnico “tem condições para a Elaboração de projetos técnicos de engenharia e arquitetura de equipamentos e infraestruturas locais nos domínios das acessibilidades, equipamentos de utilização coletiva, arranjos urbanísticos e ordenamento industrial e acompanhamento de obras a nível Municipal, desde que estes sejam solicitados pelos Municípios, juntas de freguesia ou pelas Associações locais, através dos Municípios associados, passando agora a dispor de meios técnicos para operar na área da topografia” (CIMRL, 2017).

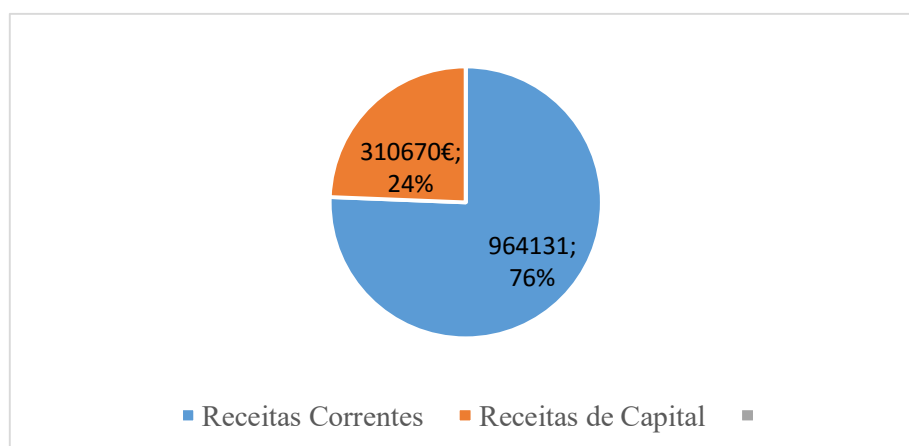
No que se refere aos membros do Gabinete de Apoio Técnico integrado na CIMRL e atendendo às suas competências técnicas, para o ano 2017 pretende-se, de acordo com o Plano de Atividades, “dar continuidade às tarefas que este grupo de trabalho tem vindo a desenvolver de acordo com as solicitações externas, (projetos para os Municípios, para instituições, juntas de freguesia)” (CIMRL, 2017). A esse propósito, importa assinalar que tem existido uma falta de solicitações provenientes dos municípios. É importante ainda referir a criação de um novo projeto de serviços partilhados na área da topografia para os Municípios associados, com a aquisição de equipamento capaz de dotar os técnicos do GAT de meios para responder às solicitações dos Municípios a nível de topografia.

Em relação a instalações, a CIMRL possui apenas uma Sede, situada no edifício Maringá em Leiria, e um armazém alugado. De acordo com a entrevistada, as instalações são suficientes e possuem boas condições.

#### f) Recursos financeiros e obtenção de fundos

De acordo com o Plano de Atividades para o ano de 2017 (Anexo 3), o orçamento para 2017 atinge um montante de € 1.274.801,00, o que representa um acréscimo de 8% em relação a 2016, quando era de € 90.000,00. A receita corrente atinge um valor de € 964.131 e a receita de capital atinge € 310.670. No âmbito das receitas correntes, importa destacar as transferências correntes da Administração Central, no valor de €510.607, e da Administração Local, no valor de € 445.024. Já na rubrica das Receitas de Capital, destaque-se a transferência de capital da Administração Central, no valor de € 211.000, e da Administração Local, no valor de € 99.670.

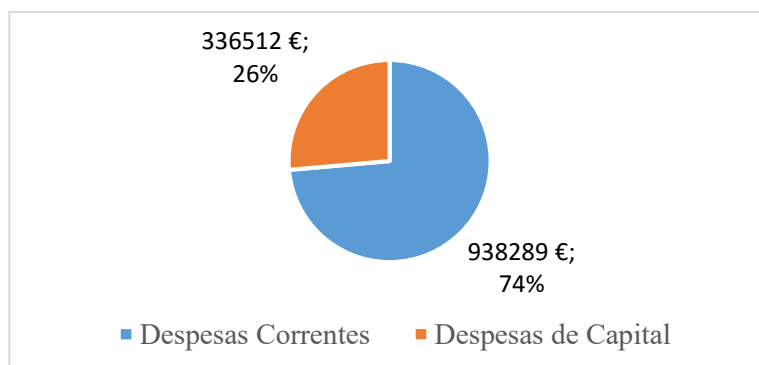
Figura 5. *Estrutura das Receitas Totais da CIMRL, em 2017*



Fonte: Elaboração própria com base no Plano de Atividades 2017

Relativamente às despesas, prevê-se um total de € 1.274.801. Nas Despesas Correntes, temos um total de € 938.289, no âmbito das quais se destacam as despesas com o pessoal, no valor de € 420.993, e a aquisição de bens e serviços, no valor de € 484.939. Nas Despesas de Capital, cujo o total é de €335.512, destaque-se a aquisição de bens de capital no total de €335.512.

*Figura 6. Estrutura das Despesas Totais da CIMRL, em 2017*



Fonte: Elaboração própria com base no Plano de Atividades 2017)

Assim, verificamos que as receitas correntes suportam as Despesas Correntes e algumas Despesas de Capital.

Para a análise de candidaturas do programa Centro 2020, a CIMRL dispõe de uma equipa técnica que lhes é cedida, coordenada por uma técnica de gestão da ADAE (Associação de Desenvolvimento da Alta Estremadura). Esta equipa analisa as candidaturas que a CCDRC (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro) propõe, bem como os pedidos de pagamento referentes a projetos contratualizados ou apresentados pelos Municípios. De acordo com o Plano de Atividades, espera-se que esta atividade continue a decorrerem 2017, no mínimo, como decorreu em 2016, sendo de destacar que a CIMRL foi a 1ª comunidade da Região a conseguir efetuar o encerramento dos projetos do anterior Quadro Comunitário de Apoio (CIMRL, 2017).

Como podemos verificar na tabela seguinte (Anexo 2), obteve-se receita proveniente de diversos fundos, para diversos projetos. Do POSEUR foi obtido um total de € 2.402.500, do PDR2020 foi obtido um total de € 567.800 e, por fim, do Centro 2020 obteve-se um total de € 10.720.000. Assim, existiu uma participação total de € 13.690.300 de fundos financiados para os projetos da comunidade.



*Figura 7 Plano de Atividades da CIMRL – Orçamento 2017*

<b>Descrição</b>	<b>Financiamento total</b>	<b>Financiamento</b>
Sistema de Videovigilância e Detenção Automática de Incêndios como componente de Apoio à Decisão	382.500,00€	POSEUR
Cartografia de Risco/Atlas de Riscos Naturais e Tecnológicos	575.000,00€	POSEUR
Sistema de Alertas e avisos de cheias	425.000,00€	POSEUR
Leiria Terra de Maravilhas	1.020.000,00€	POSEUR
Desenvolvimento e melhoria de regadios	567.800,00€	PDR 2020
Programa Intermunicipal de Potencialização do sucesso escolar CRESCER 2020	1.020.000,00€	Centro 2020
Rede Intermunicipal para a promoção e monitorização do Sucesso Escolar da Região de Leiria	3.400.000,00€	Centro 2020
Programa + Empresas	2.500.000,00€	Centro 2020
Programa + Empresas	2.000.000,00€	Centro 2020
Educa@CIMRL	1.275.000,00€	Centro 2020
Cloud@CIMRL	525.000,00€	Centro 2020

Fonte: elaboração própria, com base no Plano de Atividades da CIMRL; 2017)

#### g) Importância da União Europeia

De acordo com a entrevistada, a interação com a União Europeia “[é] a base para que a CIM exista. Se não fosse a adesão à Comissão Europeia, não estaríamos no patamar de hoje em dia. Este foi o motor de desenvolvimento dos nossos países. É necessário manter e saber manter”. Neste sentido, é possível argumentar que o grande investimento proveniente da UE é fundamental para o desenvolvimento da CIMRL.

Considerando a dependência face à União Europeia dos municípios da CIMRL, a Comunidade Intermunicipal tem um quadro técnico dedicado à atribuição dos fundos. O facto de existir uma associação de desenvolvimento e uma associação de municípios permite criar uma equipa de técnicos com formações em diversas áreas, desde engenheiros, juristas, agrónomos, economistas, o que permite uma fácil resposta. São os responsáveis pela SI2E, que é um programa para facilitar a procura de emprego. São dadas formação específica aos antigos funcionários do GAT para assuntos relacionados com a União Europeia. Fazem reuniões todas as quintas feiras entre os funcionários para trocar conhecimentos.

#### h) Interação com os municípios

A participação dos municípios é feita principalmente através do site da CIMRL, já que, apesar das reuniões do Conselho Intermunicipal serem abertas, a participação de cidadãos é relativamente baixa, com exceção dos grupos interessados em determinados temas. Na opinião da entrevistada, isto deve-se principalmente ao facto de as CIMs serem um tema ainda pouco debatido e não existirem representantes dos municípios nas reuniões.

De acordo com o artigo 16º do Regimento do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (2014), citando a primeira alínea: “O período de intervenção do Público tem a duração de quinze minutos. O Presidente decidirá alargar este período se o número de intervenientes e/ou a complexidade dos temas o justificarem” (CIMRL, 2014). Na segunda alínea deste artigo é afirmado que: “Os cidadãos interessados em intervir para solicitar esclarecimentos terão de fazer, antecipadamente, a sua inscrição nos serviços da CIMRL, referindo nome, morada e assunto a tratar.” (CIMRL, 2014).

#### i) Efeitos da CIM

De acordo com a Secretária Executiva, a CIMRL trouxe grandes vantagens para a região e para os municípios que nela participam. Segundo o referido, existe uma diferente forma de estar dos presidentes, com uma mudança de mentalidade para a necessidade de cooperar. De igual forma, existe mais investimento, mais dinâmicas, mais solidariedade e principalmente um associativismo mais ativo.

#### j) Futuro da CIM

De acordo com a entrevistada, o futuro promete ser positivo, com diversos projetos:

*“Existem sempre projetos novos. Para já está lançado o projeto de um crematório para a região, num concurso internacional. A questão dos transportes, a informática e novas tecnologias, existem projetos em praticamente todas as áreas. Parcerias com e para os municípios” (entrevista à Secretária Executiva da CIMRL).*

De acordo com o Plano de Atividades de 2017, a Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria definiu para 2017 quatro Eixos/domínios de intervenção prioritário, sendo eles:

- Capacidade Competitiva e Coesão Territorial;
- Inovação, Desenvolvimento Tecnológico, Educação e Empreendedorismo (sistema de informação geográfico, empreendedorismo local e educativo ...);
- Cooperação Territorial Intermunicipal e Capacitação institucional (colaboração institucional, formação...);
- Racionalização energética (Levantamento IP e PPEC).

Os Eixos prioritários estão assentes em dois grandes objetivos e projetos:

- Racionalização das Condições de Trabalho
- Planeamento Regional

De acordo com o Plano de Atividades para 2017, existem diversos projetos “a nível social, económico, financeiro, educativo, cultural, patrimonial, de segurança, de empreendedorismo, em proximidade com os principais atores públicos, privados e associativos da Região, com a participação ativa da população, das instituições, dos Municípios e entidades, trabalhando com e para estas”.

De acordo com a entrevista realizada à Secretária Executiva da CIMRL, existe uma falha clara na promoção da comunidade, tal como é possível verificar pelo seguinte excerto do Plano de Atividades para 2017.

*“Promoção/divulgação da CIMRL/Participação em eventos recorrendo a meios internos e externos, em estreita parceria com a ADAE, a CIMRL pretende dar continuidade aos produtos de divulgação e promoção do território, tendo por base uma estratégia corporativa consolidada, divulgando e promovendo ainda a sua atividade através dos meios ao dispor. Pretende ainda proceder em 2017, à execução de boletins informativos digitais acerca das atividades/projetos em desenvolvimento pela Comunidade. Neste contexto visa ainda dar continuidade em 2017 à participação em eventos da organização dos Municípios, bem como em feiras de maior impacto para a Região.” (Plano de Atividades, 2017)*

#### **4.2. Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro**

A Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro foi criada em 2008 e é atualmente composta pelos onze municípios da NUT III do Baixo Vouga (ver Figura X), que são: Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar, Sever do Vouga e Vagos.

Figura 8. Mapa da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro



Fonte: Região de Aveiro, 2017

#### a) História da CIM

A CIRA foi fundada em 2008, com a lei do regime jurídico das autarquias locais. Contudo, importa destacar que já existia cooperação anterior, o que é visível, tanto com a criação da “Associação de Municípios da Ria”, em 1989, como com a criação, em 2002, da “Grande Área Metropolitana de Aveiro” ou “Região Urbana de Aveiro”.

No caso da primeira experiência prévia referida, este organismo servia para resolver os problemas/desafios dos municípios banhados pela Ria: Aveiro, Ílhavo, Estarreja, Ovar, Murtoesa, Vagos e Mira. Estes municípios participavam nesta Associação de forma voluntária, pois encontraram desafios comuns. Aos municípios que aderiram inicialmente à Associação, juntaram-se posteriormente novos municípios: Águeda, Albergaria-a-Velha, Oliveira de Azeméis, Oliveira do Bairro e Sever do Vouga, e um abandonou: Mira, formando, assim, a Grande Área Metropolitana de Aveiro.

Com o surgimento da lei das comunidades intermunicipais (lei nº 75/2013) perdeu-se a liberdade de escolha dos municípios quanto às estruturas intermunicipais a que

poderiam pertencer, já que a composição das CIMs deveria obrigatoriamente ser organizada de acordo com as unidades territoriais NUTs III, por imposição do Governo Central. Na opinião do Dr. José Eduardo de Matos, esta formulação não se encontra correta, uma vez que esta não segue uma lógica de organização de problemas, desafios e oportunidades comuns.

De referir, a este propósito, que a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, juntamente com a Comunidade Intermunicipal do Minho, fez parte do Estudo-Piloto das Comunidades Intermunicipais da DGAL, no referente aos modelos de competências, de financiamento, de governação, de gestão e de transferência de recursos (DGAL, 2014).

O surgimento da cooperação entre os municípios da região de Aveiro surge, assim, como uma resposta aos desafios provocados pela Ria. Um dos primeiros temas abordados em conjunto foi o saneamento necessário devido à grande industrialização da região e os problemas ambientais provocados por esta.

#### *b) Principais áreas de Intervenção*

O primeiro grande plano da intervenção desde a formação da CIM foi o “Unir a Ria”, que era um plano estratégico da organização do território abordando os desafios da Ria de Aveiro. De igual modo, foram também desenvolvidos outros projetos estratégicos de ordenamento do território que abordavam a Ria como o “Polis Ria”. Em 2008, devido a algumas mudanças nos fundos europeus, existiu um plano estratégico para análise de obtenção dos fundos do QREN, que foi elaborado em conjunto com a Universidade de Aveiro, sendo o primeiro projeto de cooperação entre a CIM e Universidade. Em 2012, entrou também em vigor o “PINTRA” (Plano Intermunicipal nos Transportes da Região de Aveiro), que analisava a necessidade de criação de redes de transporte entre os diversos municípios membros da CIRA. Em 2013, foi criado um plano interativo para criar condições de obtenção dos fundos do Projeto 2020 (Europeu, Nacional e Regional). Para além de todos os projetos anteriores, existem outras áreas de intervenção da CIM, como saneamento, ambiente, ordenamento do território e questões relativas à necessidade de governança.

### c) Órgãos da CIM

De acordo com o artigo 7º dos Estatutos da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, publicados em Diário da República (Aviso nº. 3915/2014) (Anexo 7), a CIRA é constituída por Assembleia Intermunicipal, Conselho Intermunicipal, O Secretariado Executivo Intermunicipal e o Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal (CIRA, 2014).

A Assembleia Intermunicipal é constituída por membros de cada Assembleia Municipal dos municípios que integram a CIRA, eleitos por proporção de eleitores (CIRA, 2014).

O Conselho Intermunicipal é constituído pelos Presidentes das Câmaras Municipais dos Municípios que integram a CIRA (CIRA, 2014).

O Secretariado Executivo Intermunicipal é constituído por um Primeiro-secretário, e, mediante deliberação unânime do Conselho Intermunicipal, até dois Secretários Intermunicipais (CIRA, 2014).

O Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal é um órgão de natureza consultiva destinado ao apoio ao processo de decisão dos restantes órgãos da Comunidade Intermunicipal (CIRA, 2014). O Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal é constituído por representantes das instituições, entidades e organizações com relevância e intervenção no domínio de interesses (CIRA, 2014).

### d) Reuniões da CIM e Processo de Tomada de Decisão

Existem diversas datas e reuniões entre os diferentes órgãos da CIRA (Anexo 7). O Secretariado Intermunicipal reúne-se quinzenalmente. O Conselho Intermunicipal reúne-se mensalmente e a Assembleia Intermunicipal reúne-se duas vezes por ano. O Conselho Estratégico, que é um órgão constituído por entidades como polícia, bombeiros, entre outros, reúne-se normalmente todos os anos. Às reuniões comparecem os membros responsáveis por cada órgão. O Conselho Intermunicipal reúne os diferentes presidentes de Câmara. Na Assembleia Intermunicipal, reúnem-se membros que fazem parte da Assembleia Municipal de cada concelho, sendo a sua proporção correspondente à dimensão do próprio município. A participação é igual entre todos os

intervenientes, uma vez que serve um interesse comum. Há um grande grupo de intervenientes, desde funcionários das próprias câmaras, funcionários da comunidade e entidades locais (p. e.: AIDA (Associação Industrial Do Distrito De Aveiro), Universidade...). Existem reuniões regulares, promovendo assim a constante participação.

O Conselho Intermunicipal é o que assume maior poder. A Assembleia Intermunicipal assume um poder de fiscalização, aprovação e de prestação de contas. O Secretariado Intermunicipal tem um papel de manter todo este processo diariamente executivo. O papel do Dr. José Eduardo de Matos é o de membro (o único) do Secretariado Intermunicipal, cuja função é de manter as várias entidades a funcionarem em conjunto e de perceber que existem diversos problemas que são problemas comuns dos vários municípios.

#### *e) Recursos Humanos e Logísticos*

De acordo com a Prestação de Conta de 2016, existem 13 funcionários na CIRA, à data de 31 de dezembro de 2016 (CIRA, 2017). De acordo com o “Mapa de pessoal para 2013”, cuja informação se reporta ao ano de 2012, existem 16 lugares “existentes e ocupados” e existem 9 lugares “a ocupar”. Relativamente às áreas funcionais, os 16 trabalhadores distribuem-se da seguinte forma: 1 é Técnico de Informática e 4 são Técnicos Superiores em diferentes áreas como Planeamento Regional e Urbano, Relações Internacionais, Engenharia do Ambiente e Engenharia Geográfica. Existem 5 cargos a ocupar: 2 Assistentes técnicos e 3 técnicos superiores, 1 em Planeamento Regional e urbano, 1 em Contabilidade e Auditoria e outro em Gestão. Relativamente aos contratados de Trabalho a Termo Resolutivo Incerto, existem dois Assistentes técnicos administrativos, 1 Técnico Superior em Planeamento Regional e Urbano, 2 em Contabilidade e Auditoria, 1 em Gestão e 1 em Ciências do Mar ou Biologia. Relativamente aos contratados de Trabalho a Termo Resolutivo Certo existem 4 técnicos superiores, um em Ciências Sociais Aplicadas, Gestão ou Engenharia, um em Gestão, Economia, Contabilidade e Administração, outro em Marketing, Jornalismo, Ciências da Comunicação, Línguas e Relações Internacionais e por fim outro em Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Políticas, Ciências Aplicadas ao Ambiente ou



Gestão de Inovação. A ocupar são quatro técnicos superiores em Ciências Sociais Aplicadas, Gestão ou Engenharia.

Neste momento, o único edifício pertencente à CIRA é o edifício sede da Comunidade Intermunicipal, situado em Aveiro, na rua do Carmo. De acordo com a opinião do Dr. José Eduardo de Matos, apesar das instalações da sede da CIRA não serem suficientes, estas acabam por ser suficientes, uma vez que existem acordos entre os vários municípios para utilização dos edifícios dos diversos.

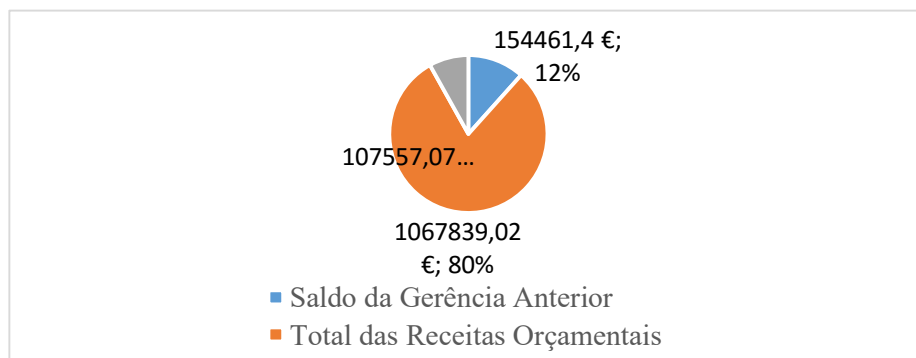
#### f) Recursos Financeiros / Obtenção de Fundos

A obtenção de recursos da Comunidade Intermunicipal deriva, principalmente, da quantidade de fundos oferecida pelo Estado Central por número de eleitores dos municípios. Outra forma de obtenção de recursos é através dos fundos destinados a determinados projetos (Nacionais ou Europeus). Para facilitar no concurso a estes projetos, a Comunidade Intermunicipal recorre à contratação de técnicos personalizados. A propósito deste tema, convém referir ainda que a CIRA não dispõe de fundos próprios.

Apesar dos fundos serem insuficientes, o Dr. José Eduardo de Matos considera que enquanto houver tanta centralização, vai ser impossível existir mais fundos para as CIMs, uma vez que o próprio Estado Central necessita desses fundos para as suas funções.

De acordo com o Relatório de Prestação de Contas de 2016 da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA), existiu um fluxo de caixa no total de €1.329.857,49. A nível de recebimentos (Anexo 4), existiu um Saldo da Gerência Anterior no total de €154.461,40, um Total de Receitas Orçamentais de €1.067.839,02 e €107.557,07 de Operações de Tesouraria.

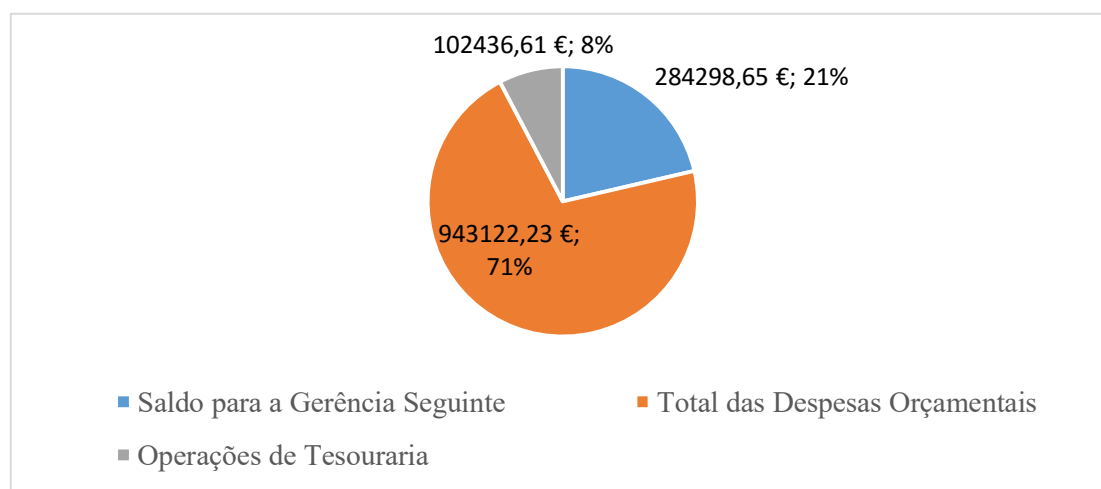
Figura 9 Recebimentos da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro



Fonte: Elaboração própria com base no Relatório de Prestação de Contas de 2016

Em relação a pagamentos (Anexo 5), de acordo com o Relatório de Prestação de Contas de 2016 da CIRA, existiu um Total de Despesas Orçamentais de €943.122,23, um valor de €102.436,61 de Operações de Tesouraria e um Saldo para a gerência seguinte de €284.298,65.

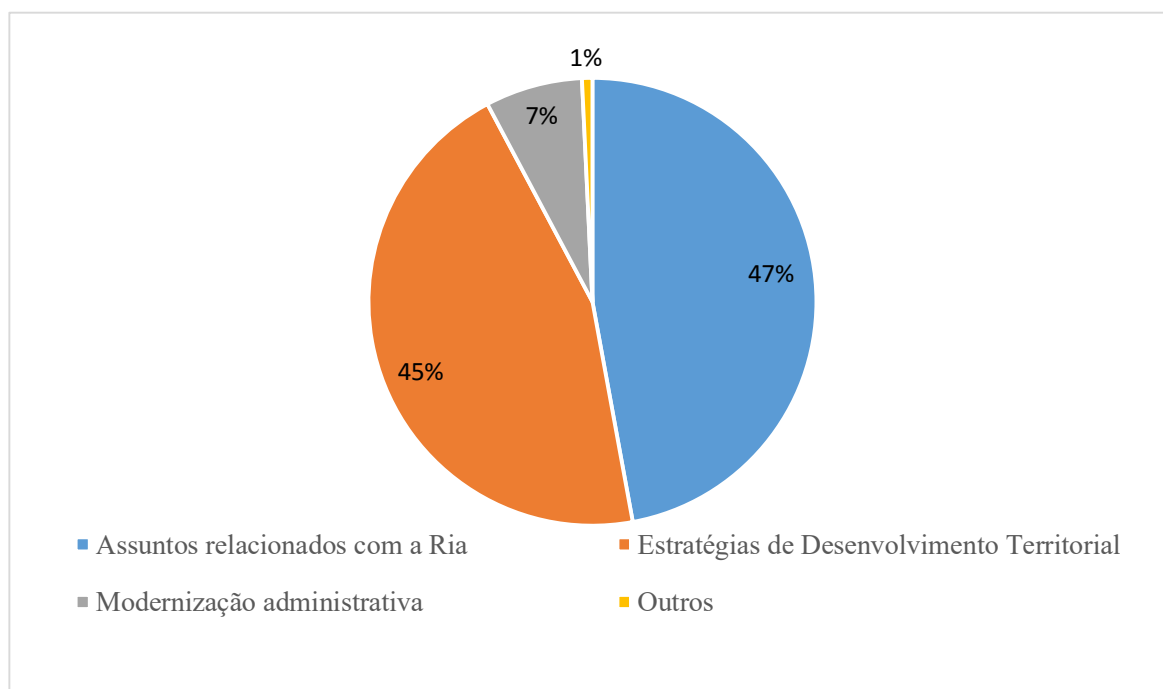
Figura 10 Pagamentos da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro



Fonte: Elaboração própria com base no Relatório de Prestação de Contas de 2016

De acordo com o PPI (Plano Plurianual de Investimentos) da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, a principal fatia de investimento vai para assuntos relacionados com a Ria de Aveiro, cerca de 9,4 Milhões de euros. A outra grande fatia de investimento está relacionada com Estratégias de Desenvolvimento Territorial, cerca de 9 Milhões de euros. Os restantes fundos são utilizados, por exemplo, na Modernização Administrativa (aquisição de novos softwares, por exemplo), cerca de 1,4 Milhões de euros, Modernização dos Serviços (desenvolvimento administrativo dos serviços), cerca de 500 mil euros, e em investimentos no património da CIM, como por exemplo no edifício da sede, cerca de 120 mil euros.

Figura 11 Investimentos da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro



Fonte: Elaboração própria com base no GOP e Orçamento 2017 da CIRA

#### g) Importância da União Europeia

A União Europeia é bastante importante para a CIRA, principalmente devido aos seus fundos. Os fundos são bastante importantes para as Comunidades Intermunicipais, uma vez que permitem a obtenção de receitas que de outra forma seriam impossíveis. Estes permitem mais projetos, mais desenvolvimento e melhores condições para os municípios.

#### h) Participação dos Municípios

A participação é feita através de membros das Assembleias Municipais de cada Município e em proporção com a população de cada um, que têm participação na Assembleia Intermunicipal. Existem ainda reuniões abertas onde qualquer munícipe pode participar, sendo a informação dessas reuniões feita através do website da Região de Aveiro e através de boletins informativos distribuídos pelos diferentes municípios.

A participação dos Municípios tem sido feita de forma constante, pois existe uma necessidade de saber uma opinião de todos os grupos de interesse pertencentes à Comunidade Intermunicipal, desde os Cidadãos, as entidades públicas e as próprias entidades privadas como a universidade ou a AIDA.

#### i) Efeitos da CIM

Num país que se encontra tão centralizado, é necessário a criação de uma estrutura governamental intermédia. Esta estrutura poderá responder a uma situação de descentralização de poderes para a qual alguns municípios não estão preparados.

Apesar de ainda ser dada pouca importância a esta estrutura, o seu papel já se faz sentir, podendo ser ainda maior numa situação de descentralização. A cooperação acentuou-se muito mais desde a criação da CIRA, com resultados que têm sido muito positivos, como por exemplo a atribuição de bandeira azul em praias dentro da Ria outrora bastante poluídas pela enorme industrialização da região. A criação da CIRA criou uma

obrigação em cooperar que foi bem aceite pelos municípios, apesar de alguns erros de organização no planeamento feito pelo Estado Central.

#### j) Futuro da CIM

Neste momento encontram-se em análise as propostas do projeto 2020. Existem ainda outros projetos individuais como por exemplo o Pacto de Desenvolvimento Empresarial. Outros assuntos continuam em debate como a Ria e o Litoral, os Transportes e a Educação (combate ao insucesso escolar). Existem outros projetos como parques empresariais, o parque da inovação e a incubadora de empresas intermunicipal.

Quanto aos entraves, o Dr. José Eduardo de Matos defende que um dos principais problemas é o excesso de centralização dos poderes em Portugal. Outro dos desafios é por vezes encontrar pontos comuns em todos os municípios, nem sempre a necessidade de um é a necessidade de todos. Por fim, outro dos desafios apontados é o excesso de burocracia e regulamentos. Segundo o secretário executivo, este excesso de burocracia leva a uma perda de eficiência, para além de confiança e interesse.

Ainda assim, os Presidentes de Câmara perceberam que a cooperação seria necessária, uma vez que conseguiam corrigir os seus problemas mais facilmente. O facto desta Região ser bastante homogénea a nível de tamanho/capacidades dos seus municípios não existe nenhum município dominante, facilita a confiança para cooperar.

### **4.3. Discussão de Resultados**

Os efeitos das Comunidades Intermunicipais são sentidos principalmente numa frase dita pelo Secretário Executivo da CIRA, o Dr. José Eduardo de Matos:

*“Num país onde as divisões administrativas são tão assentes em central e local e um país que se encontra tão centralizado, é necessário a criação de uma estrutura governamental intermédia. Esta poderá responder a uma situação de descentralização de poderes ao qual os municípios não estão preparados, apesar de ainda ser dada pouca importância a esta o seu papel já se faz sentir,*

*podendo ser ainda maior numa situação de descentralização.”* (entrevista ao Secretário Executivo da CIRA).

Como já referido, a história das duas Comunidades Intermunicipais são bastante semelhante e isso foi confirmado com as entrevistas realizadas. A história de ambas começa com acordos de cooperação no final da década de 80 do séc. XX. Na zona de Leiria, em 1988, existiu a primeira cooperação entre os vários municípios em redor ao concelho de Leiria, denominada de AML (Associação de Municípios de Leiria). Contrariando a ideia de que as Cooperações Intermunicipais foram forçadas pelo Estado, a AML foi uma associação sugerida pelos presidentes autárquicos e na qual diversos outros municípios foram tentando juntar-se. Diversos projetos foram crescendo dessa Associação e cujos resultados positivos são ainda hoje visíveis, como a Leiria Região Digital. De igual modo, também na Região de Aveiro a história foi idêntica, já que surgiu, em 1989, a Associação de Municípios da Ria, na qual os municípios procuravam, de forma voluntária, soluções para o seu desafio comum que era a Ria.

O sucesso de ambos os projetos levou mais municípios a quererem juntar-se a estes, o que levou a que ambos os projetos mudassem de designação - em Leiria surgiu a “Área Metropolitana de Leiria” e em Aveiro a “Área Metropolitana de Aveiro”, ambas em referência a duas associações de cooperação em Portugal de grande sucesso e com uma larga história, as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto.

Com o surgimento da Lei das Comunidades Intermunicipais, ambas foram obrigadas a remodelações, principalmente ao nível da organização do território, já que as Comunidades Intermunicipais deveriam ter as delimitações territoriais das NUTs III. Assim, em 2008, surgiu a Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria e a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro.

Relativamente às áreas de intervenção, nota-se claramente uma diferença de mentalidades entre as duas CIMs. Isto pode ser afirmado com a existência de um tema central na Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro que é Ria de Aveiro, o que é comprovável pela quantidade de receitas investidas neste tema pela CIM de Aveiro. Por outro lado, o investimento na Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria está distribuído pelas diversas áreas de intervenção de forma relativamente equilibrada. Na

região de Aveiro existe um investimento definido no total de 9.359.589€ para o ano de 2017, de acordo com o documento “Modificações às grandes opções do plano – GOP (PPI e AMR)” (CIRA, 2016) só para projetos relacionados com a Ria. Relativamente às restantes áreas de intervenção existe vários pontos comuns, onde a Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria dá maior investimento, como o apoio às empresas locais ou o a organização do território. O facto da CIMRL não possuir um tema central, para onde vai grande quantidade dos fundos, permite um maior investimento nestas outras áreas.

As reuniões das comunidades são realizadas de forma igual: quinzenalmente para o Secretariado Executivo, mensalmente para o Conselho Intermunicipal e semestralmente para a Assembleia Intermunicipal, de acordo com os estatutos publicados em Diário da Republica pelas duas comunidades intermunicipais. (Anúncio n.º 77/2014; CIMRL; 2014 & Anúncio n.º 72/2014, CIRA; 2014). Assim, a tomada de decisão acaba por ser um processo semelhante entre ambas. O poder decisório encontra-se centrado no Conselho Intermunicipal, tendo o Secretario Executivo um papel formal de organização e informação. De referir a importância do voto por unanimidade utilizada no caso da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria, que reforça a prossecução de interesses comuns entre os diferentes presidentes autárquicos.

Relativamente aos recursos humanos e logísticos, estes parecem ser, de acordo com as entrevistas e com as análises, suficientes. A Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria possui 10 funcionários, todos técnicos superiores, enquanto que a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro possui 13 funcionários também na sua maioria técnicos superiores. Contudo, referir que apesar do entrevistado afirmar que os números de funcionários são suficientes, de acordo com o Mapa de Pessoal de 2013 da CIRA, existem diversos lugares a ocupar. A principal diferença encontra-se na existência da Associação de Desenvolvimento, constituída por técnicos de diversas áreas, em Leiria que trabalham também em conjunto com a Comunidade para o melhor funcionamento da região. A interação entre estas diferentes entidades acaba por ser fundamental no bom funcionamento da comunidade, pois acaba por existir sempre troca de informações e conhecimentos entre diversas áreas. Foi, assim, uma medida positiva em prol da região o facto de se aproveitar os antigos funcionários do Gabinete de Apoio Técnico.

Também é importante referir a transferência de recursos humanos entre os diversos municípios e as CIMs, o que facilita na necessidade de resposta a um assunto ocasional. Os funcionários das CIMs estão disponíveis para trabalhar individualmente com cada município.

Em relação às instalações, ambas possuem apenas as sedes e, no caso da CIMRL, possui também um armazém alugado. Apesar de parecer não serem suficientes em ambas as entrevistas foi referido que são suficientes. No caso da CIRA é referido que o facto de poderem utilizar as instalações dos diversos municípios acaba por resolver as dificuldades dos recursos logísticos. Já no caso da CIMRL, não é levantado qualquer problema e referem ainda que a sede possui boas condições.

Os fundos para as Comunidades são obtidos de forma bastante semelhante. A base são os fundos oferecidos pelo Estado Central, de acordo com o número de eleitores. Existem também receitas obtidas através da candidatura a fundos estruturais, tanto provenientes diretamente da União Europeia, como de iniciativas nacionais. Em ambos os casos não existe obtenção de fundos próprios. Os entrevistados são da opinião de que os fundos não são suficientes com o crescimento da descentralização. A passagem de poderes para as autarquias e para estas comunidades não tem sido acompanhado com um aumento de receitas para estes.

*“Nós achamos sempre que são poucos, principalmente a questão de tesouraria”.  
Com a quantidade de descentralização e o aumento das competências atribuídas, os fundos não têm acompanhado. A nível dos transportes vai ser um caos. Não existem fundos próprios.”* (entrevista à Secretária Executiva da CIMRL)

O orçamento disponível para ambas as Comunidades também é bastante semelhante: €1.329.857,49 para a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro e €1.274.801 para a Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria. Em ambos os casos, os investimentos são fundamentalmente realizados devido aos fundos dispensados, tanto pela União Europeia, como pelo Estado Central. Assim, identifica-se claramente uma falta de autonomia financeira das comunidades, o que dificulta a criação de novos projetos. Prova disso são os 9,4 Milhões investidos pela CIRA em assuntos relacionados



com a Ria de Aveiro, que são cerca de nove vezes superior ao valor total do orçamento da comunidade e são gastos num só desafio. Assim sendo, estão obrigados a encontrar financiamento através dos projetos de comparticipação financeira.

A União Europeia é considerada fundamental para ambas as Comunidades Intermunicipais e isso foi comprovado em ambas as entrevistas aos Secretários Executivos, não só relativamente ao incentivo dado por este organismo, mas principalmente pelos fundos que comparticipam os projetos de ambas as comunidades, seja diretamente, seja cofinanciando os projetos do Centro 2020.

Contudo, existem diferenças na forma como são analisados estes projetos pelas duas comunidades. A análise ao concurso dos fundos feita pela Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria é feita principalmente pelos funcionários da Associação de Desenvolvimento, que é composta pelos antigos membros da GAT (Gabinete de Apoio Técnico).

*“A associação tem tido um papel importante neste assunto. O facto de existir uma associação de desenvolvimento e uma associação de municípios permite criar uma equipa de técnicos que correspondem a diversas áreas, desde engenheiros, juristas, agrónomos, economistas o que permite uma fácil resposta.”* (entrevista à Secretária Executiva da CIMRL)

Contrariamente, na Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro existe a necessidade de contratar técnicos especializados para a análise ou à utilização de profissionais provenientes da colaboração que existe com a Universidade de Aveiro. Contudo, esta parceria tem vindo a deteriorar-se, como foi dito durante a entrevista pelo Secretário Executivo da Comunidade, que salientou uma falta de disponibilidade por parte da Universidade, provando que existe falta de independência no concurso, pois não estão dependentes de si mesmo.

Relativamente à participação dos munícipes, esta é feita de forma semelhante. Os munícipes são informados sobre as atividades desenvolvidas pelas CIMs através dos websites de ambas as comunidades e por boletins informativos e podem participar durante as reuniões do Conselho Intermunicipal, que são abertas ao público. Contudo, a

participação nas reuniões e a procura por informação por parte dos cidadãos não é regular em ambos os casos, com exceção de grupos com interesse em determinados temas, o que demonstra o desinteresse da população pelas comunidades intermunicipais. A necessidade de captar a atenção dos munícipes para os assuntos relativos às CIMs, que cada vez mais se afirmam como um novo estrato de governação, parece ser assim um assunto urgente. Como já referido na dissertação, estão a ser feitos na Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria projetos de promoção da Comunidade perante os cidadãos de acordo com o Plano de Atividades para 2017:

*“Promoção/divulgação da CIMRL/Participação em eventos recorrendo a meios internos e externos, em estreita parceria com a ADAE, a CIMRL pretende dar continuidade aos produtos de divulgação e promoção do território, tendo por base uma estratégia corporativa consolidada, divulgando e promovendo ainda a sua atividade através dos meios ao dispor. Pretende ainda proceder em 2017, à execução de boletins informativos digitais acerca das atividades/projetos em desenvolvimento pela Comunidade. Neste contexto visa ainda dar continuidade em 2017 à participação em eventos da organização dos Municípios, bem como em feiras de maior impacto para a Região.” (Plano de Atividades, 2017).*

A falta de interesse e de participação dos cidadãos é, assim, um problema que tem de ser resolvido pelas Comunidades. Também relativo à participação dos munícipes, em ambas as comunidades é utilizada a Assembleia Intermunicipal como “voz” dos cidadãos, que é composta por membros das Assembleias Municipais dos diversos municípios, sendo proporcional o número de membros ao número de eleitores. Contudo, não está presente uma participação direta dos munícipes na sua nomeação, o que pode ser mais um motivo para o não aproximação entre munícipes e comunidades.

Em ambos os casos, as Comunidades são vistas como necessárias para ultrapassar os desafios que os seus municípios possuem. Assim, existem algumas diferenças entre os principais projetos em ambos os casos. No caso da região de Aveiro, o principal foco continua a ser a organização do território relacionado com a Ria, embora existam outros projetos relacionados com o saneamento, ambiente, ordenamento do território e questões relacionadas com a governança. No caso da região de Leiria, existe uma maior

importância dada à formação dos seus elementos e às novas tecnologias, existindo ainda uma grande preocupação com a informação no terreno, sendo criado um sistema de informação geográfico, pioneiro no país.

Contudo, existem projetos e preocupações em comum. Para além da preocupação com o bem-estar dos cidadãos dos municípios, também os transportes e, principalmente, a obtenção de fundos da União Europeia afirmam-se como assuntos importantes comuns a ambas as CIMs. No caso da CIRA, existe inclusivamente um protocolo, de 2008, onde é criado um plano estratégico, com a Universidade de Aveiro, com o objetivo de analisar a obtenção de fundos do QREN.

Em ambas as comunidades existe um interesse mútuo em cooperar entre os vários intervenientes. Isto foi percebido desde cedo, em ambos os casos, ao perceberem que existe uma maior facilidade em corrigir os seus problemas com o trabalho de cooperação.

O futuro de ambas as CIMs parece estar bem traçado, já que ambas apresentam diversas propostas em diversas áreas. Com o que foi retirado de ambas as entrevistas, parece existir um pensamento comum: criar projetos de apoio ao desenvolvimento industrial e empresarial de ambas as regiões. Ambas pensam na criação de novos parques industriais, novos apoios às empresas locais, novos projetos de colaboração empresarial. Assim, parece existir uma nova abordagem relativamente aos objetivos das comunidades. Se existiu até hoje um investimento em relação à organização do território e às questões naturais, parece começar a pensar-se numa fase mas direcionada para o desenvolvimento industrial e empresarial. Contudo, para que estes projetos funcionem, vai ser necessário, mais uma vez, um contributo dos fundos estruturais e de mais apoio financeiro do Estado Central. Reunidas as condições requeridas, o futuro destas regiões parece assegurado.

Figura 12 Quadro Resumo da Análise de Variáveis

<b>Variáveis</b>	<b>CIMRL (Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria)</b>	<b>CIRA (Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro)</b>
<b>História da CIM</b>	Fundada em 2008, mas com início de cooperação em 1988	Fundada em 2008, mas com início de cooperação em 1989

<b>Principais áreas de Intervenção</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Formação para os municípios;</li> <li>• Fundos estruturais;</li> <li>• Plataformas/ferramentas digitais;</li> <li>• Ordenamento geográfico.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desafios relacionados com a Ria;</li> <li>• Fundos estruturais;</li> <li>• Ordenamento do Território;</li> <li>• Governança.</li> </ul>
<b>Reuniões da CIM</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Quinzenalmente para o Secretariado Intermunicipal;</li> <li>• Mensalmente para o Conselho Intermunicipal;</li> <li>• Semestralmente para a Assembleia Intermunicipal;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Quinzenalmente para o Secretariado Intermunicipal;</li> <li>• Mensalmente para o Conselho Intermunicipal;</li> <li>• Semestralmente para a Assembleia Intermunicipal;</li> </ul>
<b>Tomada de Decisão</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tomada pelos Presidentes das Câmaras, normalmente de forma unânime.</li> <li>• A Secretaria Executiva tem uma função de informação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O Conselho Intermunicipal é quem tem a maioria do poder;</li> <li>• A Assembleia Intermunicipal tem um poder de fiscalização, aprovação e de prestação de contas;</li> <li>• O Secretariado Intermunicipal deve de manter todo o processo executável.</li> </ul>
<b>Recursos Humanos e Logísticos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 10 funcionários;</li> <li>• Possuem a sede e um armazém alugado.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 13 funcionários;</li> <li>• Só possuem a sede.</li> </ul>
<b>Recursos Financeiros / Obtenção de Fundos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Participação fundamental dos fundos;</li> <li>• Receitas por número de eleitor.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Participação fundamental dos fundos;</li> <li>• Receitas por número de eleitor.</li> </ul>
<b>Importância da União Europeia</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Bastante importante devido aos fundos;</li> <li>• Equipa técnica própria para concorrer.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Bastante importante devido aos fundos;</li> <li>• Equipa de técnicos normalmente contratados para concorrer.</li> </ul>
<b>Participação dos Municípios</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reuniões abertas;</li> <li>• Site;</li> <li>• Não existe representação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Representação feita por Membros das Assembleias Municipais;</li> <li>• Site;</li> <li>• Boletins informativos;</li> </ul>
<b>Efeitos da CIM</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mais investimento e dinâmicas;</li> <li>• Mudança de mentalidade para “uma necessidade de cooperar” entre os presidentes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Obrigação de cooperar levou a melhorias nos municípios;</li> <li>• Excelentes resultados no planeamento da Ria.</li> </ul>
<b>Futuro da CIM</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Novos projetos planeados para diversas áreas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Novos projetos planeados para diversas áreas.</li> </ul>

Fonte: elaboração própria

Por fim, irei utilizar as cinco variáveis apontadas por Patrícia Silva, Felipe Teles e Joana Ferreira (2018) que devem de ser aplicadas para analisar a capacidade da governança, sendo elas: âmbito da cooperação, eficiência, natureza das estruturas institucionais, democracia e estabilidade (Silva et al, 2018). Relativamente ao âmbito da cooperação, apesar destas duas comunidades terem sido impostas pelo Estado Central, já existiam alguns acordos de cooperação entre os municípios, o que leva a uma mentalidade de necessidade entre os membros. Sobre a eficiência, os resultados apontados têm acompanhado os objetivos propostos, apesar destes serem sempre dependentes de terceiros. Esta eficiência pode ter um desafio em causa relativamente à relação entre os diferentes níveis de governação, uma vez que a relação entre comunidades intermunicipais e Estado Central ser um pouco distante e unilateral. Sobre a natureza das estruturas institucionais, é na minha opinião, o maior desafio das Comunidades Intermunicipais. A autonomia é praticamente inexistente uma vez que os recursos financeiros são sempre provenientes de outras entidades. Também a democracia aparenta ser um desafio. A falta de participação ou oportunidade de participação dos munícipes parece levar a uma descreditação destes. Os líderes e os seus representantes são eleitos de uma forma praticamente distante dos cidadãos que estes devem representar. Por fim, a estabilidade das comunidades parece estar assegurada, uma vez que existe confiança e um sentido de necessidade dos membros/presidentes autárquicos que pertencem a estas. Assim, analisado as variáveis apontadas por estes autores verificamos que os maiores desafios se encontram na natureza das estruturas institucionais e na democracia das Comunidades Intermunicipais.

## **V. CONSIDERAÇÕES FINAIS E PISTAS PARA INVESTIGAÇÃO FUTURA**

Ao longo deste trabalho propus-me analisar a capacitação institucional das Comunidades Intermunicipais em Portugal, analisando, para tal, todos os processos que provocam os resultados finais destas comunidades. Como caso de estudo analisei duas Comunidades Intermunicipais com características semelhantes, a Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria e a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro.

Desta análise resultam algumas considerações finais importantes. Para começar, o facto destas comunidades ainda serem recentes leva a vários desafios que carecem de maior análise já que existe ainda pouco estudo e trabalho nacional sobre este tema que sirva de base de suporte a estas comunidades, que vivem assim de experiências próprias.

O facto destas Comunidades serem, de certa forma, impostas pelo Estado Central não parece ser um problema. Por um lado, já existiam vários projetos de cooperação intermunicipal por várias partes do país. Por outro lado, os municípios perceberam que a interajuda criada por estas entidades é fundamental ao desenvolvimento municipal, ao mesmo tempo que ajuda também a resolver os desafios que vão surgindo com a descentralização de poderes do Governo Central.

Outro dos grandes desafios das Comunidades passa pela sua falta de visibilidade junto da população em geral. São vários os indicadores que podem levar a levantar este problema, sendo o principal a falta de participação nas reuniões abertas. Um estrato de governação que começa a possuir uma importância cada vez mais importante na governação não pode passar tão despercebido do conhecimento geral da população. O papel da Assembleia Intermunicipal, que deveria ser de representar a população em geral, acaba por ter um papel meramente figurativo. A falta de informação transmitida para a população ou a falta de uma eleição com que faça os cidadãos sentirem-se representados, podem ser algumas medidas a alterar este desafio. Por fim, de destacar as iniciativas da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria para expandir o seu nome e apresentar os projetos do qual participam, que inclui a participação em várias feiras ou exposições, que se afirmam como uma forma positiva de levar a comunidade intermunicipal até ao munícipe.

Por fim, é necessário referir a reduzida independência económica que existe nestas entidades intermunicipais. Os orçamentos destas entidades são insuficientes para os projetos e necessidades económicas decorrentes da descentralização de poderes provenientes do Estado Central. Ora se o Estado Central descentraliza os poderes, uma vez que não consegue suportar os seus custos, também não os consegue suportar estando esses poderes concentrados nos municípios e entidades intermunicipais. Assim, para sobreviverem, as Comunidades Intermunicipais estão obrigadas a concorrer a fundos disponibilizados pela União Europeia ou cofinanciadas pela União Europeia. Ou seja, para uma entidade que pretende ter uma importância elevada na governação de um país, não pode existir uma dependência tão grande num tema tão importante como questões financeiras.

Como conclusão geral desta dissertação, ficou provado que as Comunidades Intermunicipais são fundamentais para o futuro do país e podem realmente ser uma solução para melhorar as condições, não só da governação local, mas também para aliviar pressões do Governo Central. A criação deste estrato de governação entre central e local parece ser a solução para uma melhor ligação entre ambos. Contudo, são diversos os desafios para ainda serem resolvidos.

Assim, após a conclusão da dissertação, penso que seja possível afirmar que existe uma necessidade de estudar o tema no seu geral, pois existe pouca base teórica. Na minha opinião existe a necessidade principal de estudar os recursos financeiros das comunidades e procurar melhorar a situação de dependência financeira face à União Europeia. Para isto, devem ser estudados os projetos das Comunidades Intermunicipais e perceber qual a percentagem dos projetos cofinanciados, e em quanto, pela União Europeia. Perceber também se os objetivos propostos pelas CIMs foram ou não realizados e perceber qual o papel da do volume de fundos disponíveis na concretização dos projetos. Por fim, perceber qual seria a importância de obtenção de fundos próprios para obterem uma possível situação de independência financeira e quais os resultados que daí poderiam advir.

## VI. BIBLIOGRAFIA

- Balão, A. (2014). Cooperação Intermunicipal: um campo para análise Sociológica. Sociologia On Line, Revista da Associação Portuguesa de Sociologia;
- Bel, G.; Warner, M. (2015). Factors Explaining Inter-Municipal Cooperation in Service Delivery: A Meta- Regression Analysis. Journal of Economic Policy Reform; Barcelona; IREA.
- Caufield, J.; Larsen, H. (2002). Local Government at the Millenium. Wiesbaden; Springer. Vol.1.
- Dias, R.; Segorbe, C. (2016). A evolução do panorama autárquico em Portugal. In, Pereira, P.; Dias, R.; Almeida.; M. Autarquias Locais (pp.63-100). Coimbra: Edições Almedina, S.A.
- Duarte, J. (2016). Impactos da Agregação de Freguesias em Portugal na Perspetiva dos cidadãos: um estudo comparativo na Região de Aveiro. Dissertação (Mestrado)- Universidade de Aveiro;
- Duarte, J; Sousa, L. (2015). A reforma do Poder Local nos vários programas dos governos constitucionais, 1974-2015. In, Sousa, L.; Tavares, A.; Cruz, N.; Jorge, S.; *A reforma do Poder Local em Debate* (pp. 31-47). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais;
- Gato, J.; (2015). A Reorganização Administrativa do território no PAEF. In, Rodrigues, M.; Silva, P.; governar com a TROIKA: Políticas públicas em tempo de austeridade (pp. 299-316). Biblioteca Nacional de Portugal: GRUPOALMEDINA.
- Gonçalves, P. (2014). As entidades intermunicipais – em especial, as comunidades intermunicipais. *Questões Atuais de Direito Local*. Nº 01 – janeiro/março de 2014 (pp. 21 – 41);
- Governo de Portugal (2011). Documento Verde da Reforma da Administração Local: Uma Reforma de Gestão, uma Reforma de Território e uma Reforma Política. Gabinete do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares.



- Hulst, R.; van Montfort, A. (2007). *Inter-Municipal Cooperation in Europe*. Dordrecht: Springer;
- John, P. (2001). *Local Governance in Western Europe*. London: SAGE Publications LTD;
- Jorge, S. (2015). Autonomia e (in)dependência financeira dos municípios. In, Sousa, L.; Tavares, A.; Cruz, N.; Jorge, S. *A reforma do Poder Local em Debate* (pp. 145-151). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais;
- Loughlin, J. Hendriks, F., Lidstrom, A. (2010). Introdução In, Loughlin, J., Hendriks, F., Lidstrom, A. *The Oxford Handbook of Local and Regional Democracy in Europe* (pp. 1-23). Oxford: University Press.
- Nelles, J. (2013). Cooperation and Capacity? Exploring the Sources and Limits of City-Region Governance Partnerships. *International Journal of Urban and Regional Research*. 37(4): (pp. 1349- 1367);
- Pereira, P. (2016). Autarquias Locais: organização, funções, custos e tarifação de bens e serviços. In, Pereira, P.; Dias, R.; Almeida, M. *Autarquias Locais* (pp.15-61). Coimbra: Edições Almedina, S.A.
- Proeller, I., (2007). Trends in local government in Europe. In, *Public Management Review*. Routledge;
- Silva, P., Teles, F., Ferreira, J. (2018), Intermunicipal cooperation: the quest for governance capacity? Aveiro: aceite em *International Review of Administration science*.
- Stoker, G. (2006). Public value management: a new narrative for networked governance, *American Review of Public Administration*, 36(1): 1-57.
- Stoker, G. (2011), Was Local Gov such a Good Idea? A global comparative perspective. *Public Administration*.
- Tavares, A. (2015). Reformas territoriais: fusão de municípios e cooperação intermunicipal. In, Sousa, L.; Tavares, A.; Cruz, N.; Jorge, S. *A reforma do Poder Local em Debate*. (pp. 129-135). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais;

Teles, F. (2015). Órgãos autárquicos: limitações e alternativas. In, Sousa, L.; Tavares, A.; Cruz, N.; Jorge, S. *A reforma do Poder Local em Debate*. (pp. 123-128). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais;

Teles, F. (2016). *Local Governance and Inter-Municipal Cooperation*; Inglaterra: Palgrave Macmillan.

### **Documentação Técnica**

CIMRL (2016). Plano de Atividades e Orçamento 2017. Leiria, Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria, consultado in: "<https://files.leiriaregiao digital.pt/index.php/s/uyBu4ishp9gKSGb#pdfviewer>", acesso em: 17 de Setembro de 2017;

CIMRL (2017). Regimento do Conselho Intermunicipal da Região de Leiria – CIMRL. Leiria; Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria, consultado em: "<http://www.cimregiaodeleiria.pt>", acesso em: 30 de setembro 2017

CIMRL (2017). Leiria, Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria disponível em: "<http://www.cimregiaodeleiria.pt>", acesso em: 30 de setembro 2017

CIRA (2013). Mapa de Pessoal. Aveiro. Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, disponível em: "<http://www.regiaodeaveiro.pt/files/2/documentos/20141117151010656436.pdf>", acesso em: 17 de setembro 2017

CIRA (2016). Prestação de Contas 2016. Aveiro. Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, disponível em: "<http://www.regiaodeaveiro.pt/files/2/documentos/20170412114411210435.pdf>", acesso em: 16 de setembro 2017.

CIRA (2017). Modificação ao Orçamento 2017. Aveiro. Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, disponível em: "<http://www.regiaodeaveiro.pt/files/2/documentos/20170825102643633421.pdf>"; acesso em 5 de setembro 2017

CIRA (2017). Aveiro. Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, disponível em: “<http://www.regiaodeaveiro.pt/PageGen.aspx>”, acesso em: 30 de setembro 2017

DGAL (2014); “Estudo Piloto Comunidades Intermunicipais – Modelos de Competências, de Financiamento, de Governação, de Gestão e de transferência de Recursos”.

### **Legislação Consultada**

Anúncio n.º 72/2014: “Alteração aos Estatutos da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro”, publicado em Diário da República, 2.ª série — N.º 56 — 20 de março de 2014

Anúncio n.º 77/2014: “CIMRL- Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria”, publicado em Diário da República, 2.ª série — N.º 65 — 2 de abril de 2014

Regime Jurídico das Autarquias Locais (RAL). Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

## **VII. ANEXOS:**

### ***Anexo 1. Guião de Entrevistas***

#### **História da CIM**

Quando foi constituída?

Quais as principais razões?

Quais os atores que tiveram maior importância nos primeiros tempos da CIM?

#### **Principais áreas de intervenção**

Aquando da formação da CIM, quais as áreas principais de cooperação?

Quais as principais áreas de intervenção da CIM?

#### **Reuniões na CIM**

Com que frequência a comunidade intermunicipal se reúne?

Quem vai às reuniões?

Há uma participação igual entre todos os intervenientes?

#### **Tomada de decisão**

Como tem sido feita a tomada de decisão? Quem participa na decisão?

Qual o seu papel na tomada de decisão da CIM?

O que têm mais em conta na tomada de decisão e quais os principais entraves?

Considera que há confiança e vontade de cooperação suficiente entre os intervenientes?

### **Recursos Humanos e Logísticos**

Quantos funcionários tem a CIM? Qual a formação destes?

Quantas/quais as instalações pertencentes à CIM?

São suficientes? Em que medida influenciam a capacidade de intervenção da CIM?

### **Recursos financeiros / obtenção de fundos**

Como é feita a obtenção de recursos financeiros da CIM?

Existem/como são obtidos os fundos próprios?

São suficientes? Em que medida influenciam a capacidade de intervenção da CIM?

### **Importância da União Europeia**

Qual a importância da União Europeia na CIM?

Qual a importância dada aos fundos europeus?

### **Participação dos munícipes**

Como é feita a participação dos munícipes?

Se tiverem um representante como foi selecionado?

Como estes são informados?

Qual o interesse/participação dos diversos membros?

## **Efeitos da CIM**

Quais têm sido os efeitos desde a criação da CIM?

Quais as mudanças da cooperação desde a criação da Comunidade?

## **Futuro da CIM**

Qual o futuro/projetos futuros para a comunidade?

Pacto de desenvolvimento empresarial

Ria/litoral

Transportes

Educação

Parques empresariais/parque da inovação

Incubadora de empresas intermunicipal

Rotas europeias

Opinião geral sobre a comunidade?

**Anexo 2. Plano de Atividades da CIMRL – Orçamento 2017**

<b>Código</b>	<b>Descrição</b>	<b>Promotor</b>	<b>Financiamento Total</b>	<b>Início</b>	<b>Financiamento</b>
05.02	Sistema de Videovigilância e Detecção Automática de Incêndios como componente de Apoio a Decisão	Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria	382 500,00 €	2017	POSEUR
05.02	Cartografia de Risco/Atlas de Riscos Naturais e Tecnológicos	Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria	575 000,00 €	2017	POSEUR
05.02	Sistema de Alerta e avisos de cheias	Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria	425 000,00 €	2017	POSEUR
06.03	Leiria Terra de Maravilhas - Criação e promoção de rotas Turísticas intermunicipais centradas em recursos distintivos, artes, saberes e sabores da Região de Leiria (rota do vidro, rota da cerâmica, rota da gastronomia -Prove Leiria, etc.)	Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria	1 020 000,00 €	2017	POSEUR
03.M04	Desenvolvimento e melhoria de regadios	Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria	567 800,00 €	2017	PDR 2020
10.01	Programa Intermunicipal de Potenciação do sucesso escolar - CRESCER 2020	Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria	1 020 000,00 €	2017	Centro 2020
10.01	Rede Intermunicipal para a promoção e monitorização do Sucesso Escolar da Região de Leiria	Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria	3 400 000,00 €	2017	Centro 2020
08.03	PROGRAMA + EMPRESAS - Programa Intermunicipal de apoio à criação de emprego por conta própria, ao micro empreendedorismo e à criação de empresas -apoio empreendedorismo	Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria	2 500 000,00 €	2017	Centro 2020 8.3
08.08	PROGRAMA + EMPRESAS - Programa Intermunicipal de apoio à criação de emprego por conta própria, ao micro empreendedorismo e à criação de empresas -apoio micro empresas	Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria	2 000 000,00 €	2017	Centro 2020 8.8
02.03	Educa@CIMRL	Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria	1 275 000,00 €	2017	Centro 2020
02.03	Cloud@CIMRL	Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria	525 000,00 €	2017	Centro 2020

**Anexo 3. Estrutura Geral do Orçamento da CIMRL**

Receitas	Valor	Despesas	Valor
<b>Receitas Correntes</b>	<b>964.131</b>	<b>Despesas Correntes</b>	<b>938.289</b>
<i>Transferências Correntes</i>		Despesas com pessoal	420.993
Administração central	510.607	Aquisição de Bens e serviços	484.939
Administração Local	445.024	Transferências Correntes	6.100
Instituições S/ Fins Lucrativos	1.000	Subsídios	25.000
Serviços	7.500	Outras despesas correntes	1.257
<b>Receitas de Capital</b>	<b>310.670</b>	<b>Despesas de Capital</b>	<b>336.512</b>
<i>Transferências de capital</i>		Aquisição Bens de Capital	335.512
Administração central	211.000	<i>Transferências de Capital</i>	
Administração Local	99.670	Administração Local	1.000
<b>Total</b>	<b>1.274.801</b>	<b>Total</b>	<b>1.274.801</b>



**Anexo 4. Recebimentos CIRA – Ano 2016**

(designação de autarquia local)

(unidade: €)

Recebimentos			
Saldo da Gerência Anterior			154.461,40
Execução Orçamental		145.981,80	
Operações de Tesouraria		8.479,60	
Total das Receitas Orçamentais			1.067.839,02
Receitas Correntes			941.791,38
05	Rendimentos da propriedade	2.369,51	
0502	Juros-Sociedades financeiras	2.369,51	
050201	Bancos e outras instituições financeiras	2.369,51	
06	Transferências correntes	937.485,69	
0601	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	452,56	
060101	Públicas	300,00	
06010199	Outras	300,00	
060102	Privadas	152,56	
0603	Administração central	577.693,99	
060301	Estado	167.459,00	
06030101	Fundo de Equilíbrio Financeiro	167.459,00	
060306	Estado-Particip.comunit.projectos co-financiados	410.234,99	
0605	Administração local	359.339,14	
060501	Continente	359.339,14	
06050101	Quotas	346.326,09	
06050102	Comparticipação camarária	13.013,05	
08	Outras receitas correntes	1.936,18	
0801	Outras	1.936,18	
080199	Outras	1.936,18	
08019999	Diversas	1.936,18	
Receitas Capital			126.047,64
10	Transferências de capital	126.047,64	
1003	Administração central	118.919,94	
100307	Estado-Particip.comunitária project.co-financiados	118.919,94	
1005	Administração local	7.127,70	
100501	Continente	7.127,70	
Operações de Tesouraria			107.557,07
Total ....			1.329.857,49

**Anexo 5. Pagamentos CIRA – Ano 2016**

<b>Pagamentos</b>		
<b>Total das Despesas Orçamentais</b>		<b>943.122,23</b>
<b>Despesas Correntes</b>		<b>830.296,98</b>
0103 01	Despesas com o pessoal	416.929,57
0103 0101	Remunerações certas e permanentes	342.248,88
0103 010104	Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	88.785,00
0103 01010401	Pessoal em funções	88.785,00
0103 010106	Pessoal contratado a termo	104.967,17
0103 01010601	Pessoal em funções	104.967,17
0103 010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	44.992,87
0103 010109	Pessoal em qualquer outra situação	39.967,68
0103 010111	Representação	11.990,37
0103 010113	Subsídio de refeição	12.523,91
0103 010114	Subsídio de férias e de Natal	39.021,88
0103 0102	Abonos variáveis ou eventuais	4.411,46
0103 010204	Ajudas de custo	1.587,86
0103 010213	Outros suplementos e prémios	2.823,60
0103 01021302	Outros	2.823,60
0103 0103	Segurança social	70.269,23
0103 010305	Contribuições para a segurança social	68.590,92
0103 01030501	Assistência na doença funcionários públicos (ADSE)	1.519,92
0103 01030502	Seg. soc. pes. reg. cont. trab. func. púb. (RCTFP)	65.105,04
0103 0103050201	Caixa Geral de Aposentações	9.976,66
0103 0103050202	Segurança Social - Regime Geral	55.128,38
0103 01030503	Outros	1.965,96
0103 010309	Seguros	1.678,31
0103 01030901	Seguros acidentes trabalho doenças profissionais	1.678,31
0103 02	Aquisição de bens e serviços	344.079,30
0103 0201	Aquisição de bens	5.949,89
0103 020102	Combustíveis e lubrificantes	1.747,23
0103 02010202	Gasóleo	1.747,23
0103 020104	Limpeza e higiene	427,80
0103 020108	Material de escritório	541,80
0103 020115	Prémios, condecorações e ofertas	2.925,00
0103 020118	Livros e documentação técnica	60,00
0103 020121	Outros bens	248,06
0103 0202	Aquisição de serviços	338.129,41
0103 020201	Encargos das instalações	7.296,46
0103 020202	Limpeza e higiene	5.043,50
0103 020203	Conservação de bens	1.804,20
0103 020209	Comunicações	5.500,80
0103 020212	Seguros	1.218,07
0103 020213	Deslocações e estadas	13.707,70
0103 020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	200.438,33
0103 02021401	Formação	3.736,88
0103 02021409	Est. Par. Proj. Cons. - RAPIS	178.485,15
0103 02021416	Rio Novo do Príncipe - Intervenções Estruturais	18.216,30
0103 020215	Formação	18.566,35
0103 020216	Seminários, exposições e similares	7.075,82

Pagamentos		
<b>Total das Despesas Orçamentais</b>		<b>943.122,23</b>
<b>Despesas Correntes</b>		<b>830.296,98</b>
0103 020217	Publicidade	47.072,03
0103 020219	Assistência técnica	4.542,89
0103 020220	Outros trabalhos especializados	13.918,72
0103 020222	Serviços de saúde	578,00
0103 020225	Outros serviços	11.366,54
0103 04	Transferências correntes	47.730,33
0103 0403	Administração central	2.080,33
0103 040305	Serviços e fundos autônomos	2.080,33
0103 0405	Administração local	1.200,00
0103 040501	Continente	1.200,00
0103 04050103	Serviços autônomos da administração local	1.200,00
0103 0407	Instituições sem fins lucrativos	40.900,00
0103 040701	Instituições sem fins lucrativos	40.900,00
0103 0408	Famílias	2.000,00
0103 040802	Outras	2.000,00
0103 0409	Resto do mundo	1.550,00
0103 040901	União Europeia-Instituições	1.550,00
0103 06	Outras despesas correntes	21.557,78
0103 0602	Diversas	21.557,78
0103 060201	Impostos e taxas	641,07
0103 060203	Outras	20.916,71
0103 06020301	Outras restituições	19.817,00
0103 06020302	IVA pago	460,00
0103 06020304	Serviços bancários	49,77
0103 06020305	Outras	589,94
<b>Despesas Capital</b>		<b>112.825,25</b>
0103 07	Aquisição de bens de capital	33.165,91
0103 0701	Investimentos	33.165,91
0103 070107	Equipamento de informática	8.202,65
0103 070108	Software informático	9.526,35
0103 070109	Equipamento administrativo	2.900,48
0103 070115	Outros investimentos	12.536,43
0103 08	Transferências de capital	79.659,34
0103 0805	Administração local	79.659,34
0103 080501	Continente	79.659,34
0103 08050101	Municípios	79.659,34
<b>Operações de Tesouraria</b>		<b>102.436,61</b>
<b>Saldo para a Gerência Seguinte</b>		<b>284.298,65</b>
Execução Orçamental		270.698,59

Pagamentos		
<b>Saldo para a Gerência Seguinte</b>		<b>284.298,65</b>
Operações de Tesouraria		13.600,06
<b>Total ....</b>		<b>1.329.857,49</b>

## **Anexo 6. Estatutos da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria**

### **CIMRL — COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE LEIRIA**

**Anúncio n.º 77/2014**

#### **Estatutos**

#### **CAPÍTULO I**

#### **Disposições gerais**

##### **Artigo 1.º**

##### **Denominação e composição**

1 — A comunidade intermunicipal adota a denominação de “Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria”, abreviadamente designada por “CIMRL”, e constitui uma unidade administrativa que corresponde à Unidade Territorial Estatística de Nível III (NUT III) da Região de Leiria.

2 — A Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria é composta pelos Municípios de Ansião, Alvaiázere, Batalha, Castanheira de Pera, Figueiró dos vinhos, Leiria, Marinha Grande, Pedrógão Grande, Pombal e Porto de Mós.

##### **Artigo 2.º**

##### **Natureza e sede**

1 — A Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria é uma pessoa coletiva de direito público de natureza associativa e âmbito territorial, e visa a prossecução conjunta com os Municípios associados das respetivas atribuições, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, dos presentes Estatutos e das demais disposições legais aplicáveis.

2 — A Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria tem sede em Leiria.

##### **Artigo 3.º**

##### **Duração**

A Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria é constituída por tempo indeterminado, sem prejuízo da sua extinção nos termos da lei.

##### **Artigo 4.º**

##### **Atribuições**

1 — A Comunidade Intermunicipal destina-se à prossecução dos seguintes fins públicos:

- a) Promoção do planeamento e da gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido;
- b) Articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal;
- c) Participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, designadamente no âmbito do QREN;
- d) Planeamento das atuações de entidades públicas, de caráter supramunicipal.

2 — Cabe à Comunidade Intermunicipal assegurar a articulação das atuações entre os Municípios e os serviços da administração central, nas seguintes áreas:

- a) Redes de abastecimento público, infraestruturas de saneamento básico, tratamento de águas residuais e resíduos urbanos;
- b) Rede de equipamentos de saúde;
- c) Rede educativa e de formação profissional;
- d) Ordenamento do território, conservação da natureza e recursos naturais;
- e) Segurança e proteção civil;
- f) Mobilidade e transportes;
- g) Redes de equipamentos públicos;
- h) Promoção do desenvolvimento económico, social e cultural;
- i) Rede de equipamentos culturais, desportivos e de lazer.

3 — Cabe igualmente à Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria:

- a) Exercer as atribuições transferidas pela administração estadual e o exercício em comum das competências delegadas pelos municípios que a integram, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- b) Designar os representantes das autarquias locais em entidades públicas e entidades empresariais sempre que a representação tenha natureza intermunicipal.

##### **Artigo 5.º**

##### **Direitos dos Municípios Associados**

Constituem direitos dos Municípios associados da CIMRL:

- a) Auferir os benefícios da atividade desta;
- b) Participar nos respetivos órgãos da Comunidade;
- c) Exercer os demais poderes e faculdades previstos na lei, nestes estatutos e nos regulamentos internos da Comunidade.

##### **Artigo 6.º**

##### **Deveres dos Municípios Associados**

Constituem deveres dos Municípios associados da CIMRL:

- a) Prestar à Comunidade Intermunicipal a colaboração necessária para a realização das suas atividades;
- b) Cumprir e fazer cumprir as disposições legais regulamentares respeitantes à Comunidade Intermunicipal, bem como os estatutos e as deliberações dos órgãos da mesma;
- c) Efetuar as contribuições financeiras, nos termos estabelecidos na lei e nos presentes estatutos.

#### **CAPÍTULO II**

#### **Organização e competências**

#### **SECÇÃO I**

#### **Disposições gerais**

##### **Artigo 7.º**

##### **Órgãos**

A Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria é constituída pelos seguintes órgãos:

- a) A Assembleia Intermunicipal;
- b) O Conselho Intermunicipal;
- c) O Secretariado Executivo Intermunicipal;
- d) O Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal.

##### **Artigo 8.º**

##### **Mandato**

1 — O mandato dos membros do Conselho Intermunicipal coincide com o que legalmente estiver fixado para os órgãos das autarquias locais.

2 — A perda, a cessação e a renúncia ao mandato de Presidente de Câmara Municipal determina o mesmo efeito no mandato detido no órgão referido no número anterior.

3 — O mandato dos membros do Secretariado Executivo Intermunicipal tem início com a tomada de posse e cessa com a eleição de novo Presidente da Assembleia intermunicipal, na sequência da realização de eleições gerais para os órgãos deliberativos dos Municípios, sem prejuízo do disposto no artigo 30.º

4 — Os membros do Secretariado Executivo Intermunicipal mantêm-se em funções até à tomada de posse dos novos membros.

##### **Artigo 9.º**

##### **Quórum**

1 — As reuniões dos órgãos da CIMRL apenas têm lugar quando esteja presente a maioria do número legal dos seus membros.

1 — As deliberações são tomadas à pluralidade de votos, tendo o Presidente voto de qualidade em caso de empate, não contando as abstenções para o apuramento da maioria.

2 — Quando o órgão não possa reunir por falta de quórum, o Presidente designa outro dia para nova sessão ou reunião, que tem a mesma natureza da anterior, a convocar nos termos previstos na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

3 — Das sessões ou reuniões canceladas por falta de quórum é elaborada ata na qual se registam as presenças e ausências dos respetivos membros, dando estas lugar à marcação de falta.

#### Artigo 10.º

##### Deliberações

1 — As deliberações dos órgãos da Comunidade Intermunicipal vinculam os Municípios integrantes, não carecendo de ratificação dos órgãos respetivos.

2 — As deliberações do Conselho Intermunicipal consideram-se aprovadas quando os votos favoráveis dos seus membros correspondam, cumulativamente, a um número igual ou superior ao dos votos desfavoráveis e à representação de mais de metade do universo total de eleitores dos Municípios integrantes da Comunidade Intermunicipal.

3 — Para efeitos do número anterior, considera-se que o voto de cada membro é representativo do número de eleitores do Município de cuja Câmara Municipal seja Presidente.

#### Artigo 11.º

##### Formas de votação

1 — A votação é nominal, salvo se o regimento estipular ou o órgão deliberar, por proposta de qualquer membro, outra forma de votação.

2 — O Presidente vota em último lugar.

3 — As deliberações que envolvam a apreciação de comportamentos ou de qualidades de qualquer pessoa são tomadas por escrutínio secreto e, em caso de dúvida, o órgão delibera sobre a forma da votação.

4 — Havendo empate em votação por escrutínio secreto, procede-se imediatamente a nova votação e, se o empate se mantiver, adia-se a deliberação para a sessão ou reunião seguinte, procedendo-se a votação nominal se na primeira votação desta sessão ou reunião se repetir o empate.

5 — Quando necessária, a fundamentação das deliberações tomadas por escrutínio secreto é feita pelo presidente após a votação, tendo em conta a discussão que a tiver precedido.

6 — Não podem estar presentes no momento da discussão nem da votação os membros do órgão que se encontrem ou se considerem impedidos.

#### Artigo 12.º

##### Atas

1 — De tudo o que ocorrer nas reuniões dos órgãos da Comunidade Intermunicipal é lavrada ata que contenha um resumo do que de essencial nela se tiver passado, indicando, designadamente, a hora, a data e o local da sessão ou reunião, os membros presentes e ausentes, os assuntos apreciados, as decisões e deliberações tomadas e a forma e o resultado das respetivas votações e, bem assim, o facto da ata ter sido aprovada.

2 — As atas ou textos das deliberações mais importantes podem ser aprovadas em minuta no final das sessões ou reuniões, desde que tal seja deliberado pela maioria dos membros presentes, sendo assinadas após aprovação.

3 — As deliberações dos órgãos só adquirem eficácia depois de aprovadas e assinadas as respetivas atas ou depois de assinadas as minutas.

## SECÇÃO II

### Assembleia intermunicipal

#### Artigo 13.º

#### Constituição e funcionamento

1 — A Assembleia Intermunicipal é constituída por membros de cada Assembleia Municipal, eleitos de forma proporcional, nos seguintes termos:

- Dois nos Municípios até 10 000 eleitores;
- Quatro nos Municípios entre 10 001 e 50 000 eleitores;
- Seis nos Municípios entre 50 001 e 100 000 eleitores;
- Oito nos Municípios com mais de 100 000 eleitores.

2 — A eleição ocorre em cada Assembleia Municipal pelo colégio eleitoral constituído pelo conjunto dos membros da Assembleia Municipal, eleitos diretamente, mediante a apresentação de listas que não podem ter um número de candidatos superior ao previsto no número anterior e que devem apresentar, pelo menos, um suplente.

3 — Os mandatos são atribuídos, em cada Assembleia Municipal, segundo o sistema de representação proporcional e o método da média mais alta de Hondt.

#### Artigo 14.º

##### Competências

Compete à Assembleia Intermunicipal:

- Eleger a mesa da Assembleia Intermunicipal;
- Aprovar, sob proposta do Conselho Intermunicipal, as opções do plano, o orçamento e as suas revisões, bem como apreciar o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação e, ainda, apreciar e votar os documentos de prestação de contas;
- Eleger, sob proposta do Conselho Intermunicipal, o Secretariado

Executivo Intermunicipal;

d) Aprovar o seu regimento e os regulamentos, designadamente de organização e funcionamento;

e) Exercer os demais poderes que lhe sejam conferidos por lei, pelos estatutos ou pelo regimento;

f) Aprovar moções de censura ao Secretariado Executivo Intermunicipal.

#### Artigo 15.º

##### Mesa da assembleia intermunicipal

1 — Os trabalhos da Assembleia Intermunicipal são dirigidos por uma mesa, constituída pelo Presidente, um Vice-presidente e um Secretário, a eleger por voto secreto de entre os seus membros.

2 — Enquanto não for eleita a mesa da Assembleia Intermunicipal, a mesma é dirigida pelos eleitos mais antigos.

#### Artigo 16.º

##### Competências do Presidente da Assembleia

**Intermunicipal** Compete ao Presidente da Assembleia

Intermunicipal: a) Convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias;

- Dirigir os trabalhos da assembleia;
- Exercer os demais poderes que lhe sejam conferidos por lei, pelos estatutos, pelo regimento ou pela Assembleia.

#### Artigo 17.º

##### Reuniões

1 — A Assembleia Intermunicipal reúne ordinariamente duas vezes por ano e extraordinariamente sempre que convocada nos termos do número seguinte.

2 — A Assembleia Intermunicipal reúne extraordinariamente por iniciativa da respetiva mesa ou quando requerida:

- Pelo Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMRL, em execução de deliberação deste;
- Por um terço dos seus membros.

3 — As reuniões, ordinárias ou extraordinárias, realizam -se na sede da CIMRL, salvo se a assembleia intermunicipal houver decidido de outro modo em sessão anterior.

4 — O Presidente do Conselho Intermunicipal, na qualidade de representante institucional da CIMRL, tem assento nas reuniões da Assembleia Intermunicipal, sem direito a voto.

5 — Os restantes membros do Conselho Intermunicipal e do Secretariado Intermunicipal podem igualmente assistir às reuniões da Assembleia Intermunicipal, sem direito a voto, podendo intervir desde que para tanto solicitados pelos presidentes dos órgãos da Comunidade.

#### Artigo 18.º

##### Senhas de presença

1 — Os membros da Assembleia Intermunicipal têm direito a uma senha de presença pela participação nas reuniões ordinárias, calculada nos termos aplicáveis ao pagamento das senhas de presença abonadas aos membros das Assembleias Municipais.

2 — Os membros da Assembleia Intermunicipal não têm direito a ajudas de custo pela sua participação nas reuniões deste órgão.

### SECÇÃO III

#### Conselho Intermunicipal

#### Artigo 19.º

##### Constituição

1 — O Conselho Intermunicipal é constituído pelos Presidentes das Câmaras Municipais dos Municípios que integram a Comunidade Intermunicipal.

2 — O Conselho Intermunicipal tem um Presidente e dois Vice-presidentes, eleitos por aquele, de entre os seus membros.

3 — Ao exercício de funções no Conselho Intermunicipal não corresponde qualquer remuneração, sem prejuízo das ajudas de custo devidas nos termos da lei.

#### Artigo 20.º

##### Reuniões

1 — O Conselho Intermunicipal tem 12 reuniões anuais com periodicidade mensal.

2 — O Conselho Intermunicipal reúne extraordinariamente por iniciativa do seu Presidente ou após requerimento de um terço dos seus membros.

3 — As reuniões do Conselho Intermunicipal são públicas.

4 — A primeira reunião tem lugar no prazo de 30 dias após a realização de eleições gerais para os órgãos deliberativos dos Municípios e é convocada pelo Presidente da Câmara Municipal do Município com maior número de eleitores.

5 — As reuniões do Conselho Intermunicipal podem realizar -se na circunscrição territorial de qualquer dos Municípios que integram a Comunidade Intermunicipal.

6 — O Presidente do Conselho Intermunicipal pode convocar, sempre que entender necessário, os membros do Secretariado Executivo Intermunicipal para as reuniões daquele órgão.

7 — É aplicável, com as devidas adaptações, o disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 40.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### Artigo 21.º

##### Competências

— Compete ao Conselho Intermunicipal:

a) Eleger o seu Presidente e Vice- presidentes, na sua primeira reunião;

b) Definir e aprovar as opções políticas e estratégicas da Comunidade Intermunicipal;

c) Submeter à Assembleia Intermunicipal a proposta do Plano de Ação da Comunidade Intermunicipal e o orçamento e suas revisões;

d) Aprovar os planos, os programas e os projetos de investimento e desenvolvimento de interesse intermunicipal, cujos regimes jurídicos são definidos em diploma próprio, incluindo:

- i) Plano intermunicipal de ordenamento do território;
- ii) Plano intermunicipal de mobilidade e logística;
- iii) Plano intermunicipal de proteção civil;
- iv) Plano intermunicipal de gestão ambiental;
- v) Plano intermunicipal de gestão de redes de equipamentos de saúde, educação, cultura e desporto;

e) Propor ao Governo os planos, os programas e os projetos de investimento e desenvolvimento de interesse intermunicipal;

f) Pronunciar- se sobre os planos e programas da administração central com interesse intermunicipal;

g) Acompanhar e fiscalizar a atividade do Secretariado Executivo Intermunicipal, das empresas locais e de quaisquer outras entidades que integrem o perímetro da administração local;

h) Apreciar, com base na informação disponibilizada pelo Secretariado Executivo Intermunicipal, os resultados da participação da Comunidade Intermunicipal nas empresas locais e em quaisquer outras entidades;

i) Conhecer e tomar posição sobre os relatórios definitivos resultantes de ações tutelares ou de auditorias executadas sobre a atividade dos órgãos e serviços da Comunidade Intermunicipal;

j) Tomar posição perante quaisquer órgãos do Estado ou entidades públicas sobre assuntos de interesse para a Comunidade Intermunicipal;

k) Discutir e preparar com os departamentos governamentais e com as Câmaras Municipais contratos de delegação de competências, nos termos previstos na lei;

l) Aprovar a celebração de contratos de delegação de competências com o Estado e com os Municípios, bem como a respetiva resolução e revogação;

m) Autorizar a Comunidade Intermunicipal a associar -se com outras entidades públicas, privadas ou do setor social e cooperativo, a criar ou participar noutras pessoas coletivas e a constituir empresas locais;

n) Propor a declaração de utilidade pública para efeitos de expropriação;

o) Deliberar sobre a existência e o número de Secretários Intermunicipais, no limite máximo de dois, e se os mesmos são remunerados, nos termos da lei;

p) Aprovar o seu regimento;

q) Aprovar, sob proposta do Secretariado Executivo Intermunicipal, os regulamentos com eficácia externa;

r) Deliberar sobre a forma de imputação material aos Municípios integrantes da Comunidade Intermunicipal das despesas não cobertas por receitas próprias;

s) Apresentar à Assembleia Intermunicipal, para aprovação, os documentos de prestações de contas da Comunidade Intermunicipal;

t) Aprovar a constituição da entidade gestora da requalificação nas autarquias, bem como o regulamento específico.

2 — Compete ao Conselho comparecer nas Assembleias Municipais para efeitos da alínea a) do n.º 5 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com faculdade de delegação no Secretariado Executivo Intermunicipal.

3 — Compete ainda ao Conselho Intermunicipal deliberar sobre a demissão do Secretariado Executivo Intermunicipal.

#### Artigo 22.º

##### Representação externa

É da competência do Conselho Intermunicipal a representação da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria perante quaisquer entidades externas, com faculdade de delegação no Secretariado Executivo Intermunicipal.

#### Artigo 23.º

#### **Presidente** Compete ao

Presidente do Conselho Intermunicipal:

- a) Representar em juízo a Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria;
- b) Assegurar a representação institucional da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria;
- c) Convocar as sessões ordinárias e extraordinárias;
- d) Dirigir os trabalhos do Conselho Intermunicipal;
- e) Conferir posse aos membros do Secretariado Executivo Intermunicipal;
- f) Dar início ao processo de formação do Secretariado Executivo Intermunicipal;
- g) Exercer as demais competências previstas na lei e no regimento.

### **SECÇÃO IV**

#### **Secretariado Executivo Intermunicipal**

##### **Artigo 24.º**

##### **Constituição**

O Secretariado Executivo Intermunicipal é constituído por um Primeiro- secretário e, mediante deliberação unânime do Conselho Intermunicipal, até dois Secretários Intermunicipais.

##### **Artigo 25.º**

##### **Eleição**

1 — Na sua primeira reunião, o Conselho Intermunicipal aprova, à pluralidade de votos, a lista ordenada dos candidatos a membros do Secretariado Executivo Intermunicipal a submeter a votação e comunica- a ao Presidente da Assembleia Intermunicipal.

2 — O Presidente da Assembleia Intermunicipal desencadeia todos os procedimentos necessários para assegurar a reunião regular da Assembleia Intermunicipal num dos 30 dias subsequentes à comunicação a que se refere o número anterior, tendo em vista a deliberação sobre a lista dos candidatos a membros do Secretariado Executivo Intermunicipal.

3 — A votação realiza- se por sufrágio secreto, sob pena de nulidade.

4 — Caso a lista submetida a votação não seja eleita, o Conselho Intermunicipal, tendo em conta os resultados das eleições gerais para as Assembleias Municipais e ouvidos os partidos, coligações e grupos de cidadãos nelas representados, aprova e submete a eleição uma nova lista, aplicando- se o disposto nos números anteriores, com as necessárias adaptações.

##### **Artigo 26.º**

##### **Tomada de posse dos membros do Secretariado Executivo Intermunicipal**

Os membros do Secretariado Executivo Intermunicipal tomam posse perante a Assembleia Intermunicipal, no prazo máximo de cinco dias após as eleições a que se refere o artigo anterior.

##### **Artigo 27.º**

##### **Reuniões**

1 — O Secretariado Executivo Intermunicipal tem uma reunião ordinária quinzenal e reuniões extraordinárias sempre que necessário.

2 — As reuniões do Secretariado Executivo Intermunicipal não são públicas.

3 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, o Secretariado Executivo Intermunicipal deve assegurar a consulta e a participação das populações sobre matérias de interesse intermunicipal, designadamente através da marcação de datas para esse efeito.

4 — As atas das reuniões do Secretariado Executivo Intermunicipal são obrigatoriamente publicitadas no sítio da Internet da Comunidade Intermunicipal.

##### **Artigo 28.º**

#### **Competências 1 — Compete**

ao Secretariado Executivo Intermunicipal:

- a) Elaborar e submeter à aprovação do Conselho Intermunicipal os planos necessários à realização das atribuições intermunicipais;
- b) Colaborar com os serviços da administração central com competência no domínio da proteção civil e com os serviços municipais de proteção civil, tendo em vista o cumprimento dos planos de emergência e programas estabelecidos, bem como nas operações de proteção, socorro e assistência na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe;
- c) Participar na gestão de programas de desenvolvimento regional e apresentar candidaturas a financiamentos através de programas, projetos e demais iniciativas;
- d) Preparar para o Conselho Intermunicipal a proposta do plano de ação e a proposta do orçamento, assim como as respetivas propostas de alteração e revisão;
- e) Executar as opções do plano e o orçamento;
- f) Aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargo e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa se encontre abaixo do limite definido pelo Conselho Intermunicipal;
- g) Alienar bens imóveis em hasta pública, por autorização do Conselho Intermunicipal;
- h) Preparar para o Conselho Intermunicipal a norma de controlo interno, bem como o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais da Comunidade Intermunicipal e respetiva avaliação e ainda os documentos de prestação de contas;
- i) Elaborar e submeter à aprovação do Conselho Intermunicipal projetos de regulamentos com eficácia externa da Comunidade Intermunicipal;
- j) Proceder à aquisição e locação de bens e serviços, cuja autorização de despesa se encontre abaixo do limite definido pelo Conselho Intermunicipal;
- k) Dirigir os serviços intermunicipais;
- l) Alienar bens móveis, dependente de autorização quando o valor se encontre acima do limite definido pelo Conselho Intermunicipal;
- m) Enviar ao Tribunal de Contas as contas da Comunidade Intermunicipal;
- n) Executar projetos de formação dos recursos humanos dos Municípios;
- o) Executar projetos de apoio à gestão municipal;
- p) Exercer as competências delegadas nos termos dos contratos previstos no artigo 127.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- q) Assegurar o cumprimento das deliberações do Conselho Intermunicipal;
- r) Apresentar propostas ao Conselho Intermunicipal sobre matérias da competência deste;
- s) Exercer as demais competências legais.

2 — O Conselho Intermunicipal pode delegar no Secretariado executivo Intermunicipal o exercício das seguintes competências:

- a) Participar, com outras entidades, no planeamento que diretamente se relacione com as atribuições da Comunidade Intermunicipal, emitindo parecer a submeter a apreciação e deliberação do Conselho Intermunicipal;
- b) Assegurar a articulação entre os Municípios e os serviços da administração central;

- a) Colaborar no apoio a programas e projetos de interesse intermunicipal, em parceria com entidades da administração central;
- b) Participar em órgãos de gestão de entidades da administração central;
- c) Participar em órgãos consultivos de entidades da administração central.

3 — O Secretariado Executivo Intermunicipal pode delegar as suas competências no Primeiro -secretário, com faculdade de subdelegação nos secretários intermunicipais.

#### Artigo 29.º

##### **Estatuto dos membros do Secretariado Executivo Intermunicipal**

- 1 — A remuneração do Primeiro -secretário é igual a 45 % da remuneração base do Presidente da República.
- 2 — A remuneração dos Secretários Intermunicipais é igual à remuneração base de Vereador a tempo inteiro, em regime de exclusividade, de Câmara Municipal de Município com um número de eleitores superior a 10 000 e inferior a 40 000.
- 3 — O Primeiro -secretário e os Secretários Intermunicipais têm direito a despesas de representação, respetivamente, no valor de 30 % e de 20 % das suas remunerações base.
- 4 — O cargo de Primeiro -secretário é remunerado.
- 5 — O Conselho Intermunicipal delibera, por unanimidade, sobre a existência e o número de Secretários Intermunicipais, no limite máximo de dois, e se os mesmos são remunerados.
- 6 — Os membros do Secretariado Executivo Intermunicipal remunerados exercem funções em regime de exclusividade.
- 7 — Aos membros do Secretariado Executivo Intermunicipal está vedado o exercício de quaisquer cargos nos órgãos de soberania ou das autarquias locais.
- 8 — Os membros do Secretariado Executivo Intermunicipal não podem ser prejudicados na respetiva colocação ou emprego permanente por virtude do desempenho dos seus mandatos.
- 9 — Durante o exercício do respetivo mandato não podem os membros do Secretariado Executivo Intermunicipal ser prejudicados no que respeita a promoções, gratificações, benefícios sociais ou qualquer outro direito adquirido de caráter não pecuniário.
- 10 — O tempo de serviço prestado como membro do Secretariado Executivo Intermunicipal é contado como se tivesse sido prestado à entidade empregadora.
- 11 — As remunerações base e as despesas de representação devidas aos membros do Secretariado Executivo Intermunicipal são suportadas pelo orçamento da respetiva Comunidade Intermunicipal.
- 12 — Aos membros do Secretariado Executivo Intermunicipal é aplicável o disposto nos artigos 78.º e 79.º do Estatuto da Aposentação, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 498/72, de 9 de Dezembro.

#### Artigo 30.º

##### **Demissão do Secretariado Executivo Intermunicipal**

- 1 — Qualquer dos seguintes factos determina a demissão do Secretariado Executivo Intermunicipal:
  - a) A aprovação de moções de censura pela maioria das Assembleias Municipais dos Municípios que integram a respetiva Comunidade Intermunicipal;
  - b) As deliberações do Conselho Intermunicipal e da Assembleia Intermunicipal previstas, no n.º 3 do artigo 21.º e na alínea f) do artigo 14.º

2 — Na sequência da demissão do Secretariado Executivo Intermunicipal nos termos do número anterior é aplicável, com as devidas adaptações, o disposto no artigo 25.º

#### Artigo 31.º

##### **Vacatura**

- 1 — A vacatura do cargo de Primeiro -secretário por morte, renúncia, perda de mandato ou qualquer outro motivo atendível

legalmente previsto determina a dissolução do Secretariado Executivo Intermunicipal e a realização de novo ato eleitoral.

2 — A vacatura do cargo de Secretário do Secretariado Executivo Intermunicipal por morte, renúncia, perda de mandato ou qualquer outro motivo atendível legalmente previsto determina a realização de um novo ato eleitoral limitado à eleição de um novo membro.

3 — Os membros eleitos na sequência de dissolução do Secretariado Executivo Intermunicipal ou de vacatura do cargo de secretário completam os mandatos antes iniciados na decorrência da realização de eleições gerais para os órgãos deliberativos dos Municípios.

4 — Os atos eleitorais previstos nos n.ºs 1 e 2 realizam-se de acordo com as disposições do artigo 25.º com as devidas adaptações.

## SECÇÃO V

### **Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal**

#### Artigo 32.º

##### **Natureza e constituição**

- 1 — O Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal é um órgão de natureza consultiva destinado ao apoio ao processo de decisão dos restantes órgãos da Comunidade Intermunicipal.
- 2 — O Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal é constituído por representantes das instituições, entidades e organizações com relevância e intervenção no domínio dos interesses intermunicipais.
- 3 — Compete ao Conselho Intermunicipal deliberar sobre a composição em concreto do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal.

#### Artigo 33.º

##### **Funcionamento**

- 1 — Compete ao Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal aprovar o respetivo regimento de organização e funcionamento.
- 2 — O regimento previsto no número anterior é válido após a ratificação pelo Conselho Intermunicipal.
- 3 — Ao exercício de funções no Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal não é atribuída qualquer remuneração.

## SECÇÃO VI

### **Estrutura e funcionamento**

#### Artigo 34.º

##### **Serviços Intermunicipais**

- 1 — A Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria pode criar serviços de apoio técnico e administrativo.
- 2 — A natureza, estrutura e funcionamento dos serviços referidos no número anterior são definidos em regulamento interno, aprovado pelo Conselho Intermunicipal, sob proposta do Secretariado Executivo Intermunicipal.

#### Artigo 35.º

##### **Pessoal**

- 1 — A Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria dispõe de mapa de pessoal próprio, privilegiando-se o recurso ao seu preenchimento através dos instrumentos de mobilidade geral legalmente previstos, preferencialmente de trabalhadores oriundos dos mapas de pessoal dos Municípios que as integram.
- 2 — Aos trabalhadores da Comunidade Intermunicipal é aplicável o regime jurídico do contrato de trabalho em funções públicas.

## CAPÍTULO III



## Da gestão financeira e orçamental

### Artigo 36.º

#### Ano económico

O ano económico corresponde ao ano civil.

### Artigo 37.º

#### Regime de contabilidade

A contabilidade da Comunidade Intermunicipal rege-se pelas regras previstas no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

### Artigo 38.º

#### Plano de Ação e Orçamento

1 — O Secretariado Executivo Intermunicipal prepara, para o Conselho Intermunicipal, a proposta do Plano de Ação e a proposta do Orçamento, bem como as respetivas propostas de alteração e revisão.

2 — O Conselho Intermunicipal submete à aprovação da Assembleia Intermunicipal, as propostas do Plano de Ação e de Orçamento, assim como as suas revisões.

3 — O Plano de Ação e a proposta do Orçamento são remetidos pela Assembleia Intermunicipal às Assembleias Municipais dos Municípios associados, para seu conhecimento, no prazo de um mês após a sua aprovação.

4 — Do orçamento deverá constar a contribuição de cada Município associado para despesas da Comunidade, na parte não coberta pelas receitas de outra natureza.

### Artigo 39.º

#### Documentos de prestação de contas

Compete ao Secretariado Executivo Intermunicipal elaborar e apresentar para aprovação ao Conselho Intermunicipal os documentos de prestação de contas, de acordo com o estabelecido na legislação em vigor aplicável às autarquias locais e entidades intermunicipais, que os submeterá, para apreciação e votação, à Assembleia Intermunicipal.

### Artigo 40.º

#### Fiscalização e julgamento das contas

1 — As contas da Comunidade Intermunicipal estão sujeitas a apreciação e julgamento pelo Tribunal de Contas, nos termos da respetiva lei.

2 — As contas são enviadas pelo Secretariado intermunicipal ao Tribunal de Contas, dentro dos prazos estabelecidos para as autarquias locais, após a respetiva aprovação pela Assembleia Intermunicipal.

### Artigo 41.º

#### Património e finanças

1 — A Comunidade Intermunicipal dispõe de património e finanças próprios.

2 — O património da Comunidade Intermunicipal é constituído pelos bens e direitos para ela transferidos ou adquiridos a qualquer título.

3 — Os recursos financeiros da Comunidade Intermunicipal compreendem:

a) O produto das contribuições e transferências dos Municípios que a integram, incluindo as decorrentes da delegação de competências;

b) As transferências decorrentes da delegação de competências do Estado ou de qualquer outra entidade pública;

c) As transferências decorrentes de contratualização com quaisquer entidades públicas ou privadas;

d) Os montantes de cofinanciamentos europeus;

e) As dotações, subsídios ou participações;

f) As taxas devidas à Comunidade Intermunicipal;

g) Os preços relativos aos serviços prestados e aos bens fornecidos;

h) O rendimento de bens próprios, o produto da sua alienação ou da

atribuição de direitos sobre eles;

i) Quaisquer acréscimos patrimoniais, fixos ou periódicos, que, a título gratuito ou oneroso, lhes sejam atribuídos por lei, contrato ou outro ato jurídico;

j) As transferências do Orçamento do Estado, nos termos do artigo seguinte;

k) Quaisquer outras receitas permitidas por lei.

4 — Constituem despesas da Comunidade Intermunicipal os encargos decorrentes da prossecução das suas atribuições.

### Artigo 42.º

#### Transferências do Orçamento do Estado

A Comunidade Intermunicipal recebe as transferências previstas no artigo 69.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

### Artigo 43.º

#### Contribuições financeiras

1 — As transferências das contribuições financeiras dos Municípios associados são fixadas pelo Conselho Intermunicipal.

2 — As contribuições financeiras dos Municípios associados são exigíveis a partir da aprovação do orçamento da Comunidade Intermunicipal, constituindo-se os Municípios em mora quando não seja efetuada a transferência no prazo fixado pelo Conselho Intermunicipal.

### Artigo 44.º

#### Endividamento

1 — A Comunidade Intermunicipal pode contrair empréstimos.

2 — A Comunidade Intermunicipal não pode contrair empréstimos a favor dos municípios.

3 — A Comunidade Intermunicipal não pode conceder empréstimos a quaisquer entidades públicas e privadas, salvo nos casos expressamente previstos na lei.

4 — É vedada à Comunidade Intermunicipal a celebração de contratos com entidades financeiras com a finalidade de consolidar dívida de curto prazo, bem como a cedência de créditos não vencidos.

5 — A contratação de empréstimos é aprovada pela Assembleia Intermunicipal, sob proposta do Conselho Intermunicipal.

### Artigo 45.º

#### Cooperação financeira

A Comunidade Intermunicipal pode beneficiar dos sistemas e programas específicos de apoio financeiro previstos para os Municípios, nomeadamente no domínio da cooperação técnica e financeira, nos termos definidos na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

### Artigo 46.º

#### Isenções fiscais

A Comunidade Intermunicipal beneficia das isenções fiscais previstas na lei para os Municípios.

## CAPÍTULO IV

### Disposições finais

### Artigo 47.º

#### Alterações estatutárias

Os presentes estatutos podem ser alterados por deliberação da Assembleia Intermunicipal, por iniciativa de um terço dos seus membros ou por proposta do Conselho Intermunicipal.

### Artigo 48.º

### **Reação contenciosa**

As deliberações dos órgãos da Comunidade Intermunicipal e decisões dos respetivos titulares são suscetíveis de reação contenciosa, nos mesmos termos das deliberações dos órgãos municipais.

### **Artigo 49.º**

### **Regime subsidiário**

O funcionamento da Comunidade Intermunicipal regula -se, em tudo o que não estiver previsto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e nos presentes estatutos, pelo regime jurídico aplicável aos órgãos municipais.

### **Artigo 50.º**

### **Casos omissos**

Os casos omissos nos presentes estatutos serão resolvidos por deliberação do Conselho Intermunicipal.

### **Artigo 51.º**

### **Entrada em vigor**

Os presentes estatutos entram em vigor no dia seguinte ao da sua aprovação pela Assembleia Intermunicipal.

28 de janeiro de 2014. — O Presidente do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria, *Raúl Miguel de Castro*.

307712086

## **MUNICÍPIO DE AMARES**

### **Aviso n.º 4517/2014**

Manuel da Rocha Moreira, Presidente da Câmara Municipal de Amares, ao abrigo da competência constante da alínea a), n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, torna público que, por deliberação da Câmara Municipal tomada na sua reunião ordinária de 10 de março de 2014, foi determinado submeter a apreciação pública, ao abrigo do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, o projeto de regulamento municipal de exercício de atividade de comércio a retalho não sedentária exercida por feirantes e vendedores ambulantes do Município de Amares

Assim, e para os efeitos legais, a seguir se publica o Projeto de Regulamento de exercício de atividade de comércio a retalho não sedentária exercida por feirantes e vendedores ambulantes do Município de Amares.

11 de março de 2014. — O Presidente da Câmara, *Manuel Rocha Moreira*.

### **Projeto de Regulamento de exercício de atividade de comércio a retalho não sedentária exercida por feirantes e vendedores ambulantes do Município de Amares**

### **Preâmbulo**

O quadro normativo que rege a atividade de comércio a retalho não sedentária exercida por feirantes e vendedores ambulantes foi estabelecido pela Lei n.º 27/2013, de 12 de abril, que revogou o anterior regime constante do Decreto-Lei n.º 42/2008, de 10 de março. A nova regulamentação legal prevê diversas diretrizes e imposições dirigidas aos Municípios, a que cumpre dar resposta. O novo diploma, v. g., a Lei n.º 27/2013, de 12 de abril, introduziu profundas alterações na regulamentação das atividades de comércio a retalho não sedentárias, tendo igualmente procedido à fusão do regime das atividades exercidas por feirantes e por vendedores ambulante cumpre, ainda, não esquecer que a criação do balcão do empreendedor pelo Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, introduziu mudanças acentuadas na criação e tramitação dos processos de licenciamento relativos a determinadas atividades económicas. O novo quadro legislativo impõe, por isso, a revisão da anterior regulamentação municipal nesta matéria, designadamente pela adoção de um novo regulamento que corresponda às exigências agora impostas, com a consequente revogação do atual Regulamento de Atividades de Comércio a Retalho em Feiras e Mercados no Município de Amares. De resto, a necessidade de criação

de nova disciplina regulamentar é expressamente exigida pelo disposto no artigo 31.º, n.º 1, da Lei n.º 27/2013, de 12 de abril, que impõe às autarquias a aprovação de regulamentos de comércio a retalho não sedentários adequados à nova disciplina, disponibilizando para tal o prazo de 180 dias contados da sua entrada em vigor. Complementarmente, estabelece o n.º 8 do artigo 20.º do mesmo diploma que a aprovação dos novos regulamentos deve ser precedida de audiência prévia das entidades representativas dos interesses em causa, designadamente associações representativas de feirantes, vendedores ambulantes e consumidores. Assim, e considerando o que supra se disse, ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, no artigo 20.º da Lei n.º 27/2013, de 12 de abril, e tendo ainda presente a disciplina vertida no Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, e respetivas alterações, na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e ainda o disposto na alínea g) do n.º 1, do artigo 25.º, em conjugação com a alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º ambas da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro,

## **CAPÍTULO I**

### **Disposições Gerais**

### **Artigo 1.º**

### **Norma Habilitante**

O presente regulamento tem como normas habilitantes o artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, o artigo 20.º, da Lei n.º 27/2013 de 12 de abril, o Decreto-Lei n.º 433/82 de 27 de outubro e ulteriores alterações, a Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro e as alíneas k) do n.º 1 do artigo 33.º, e g), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

### **Artigo 2.º**

### **Âmbito de aplicação**

1 — O presente Regulamento estabelece a disciplina a aplicar à organização e ao funcionamento das feiras do concelho de Amares, designadamente:

- a) As condições de admissão dos feirantes, os seus direitos e obrigações;
- b) Os critérios de atribuição dos espaços de venda;
- c) As normas de funcionamento e o horário de funcionamento das feiras;
- d) As condições para o exercício da venda ambulante, nomeadamente a indicação das zonas e locais autorizados ao seu exercício;
- e) Os horários e as condições de ocupação do espaço, colocação dos equipamentos e exposição dos produtos.

2 — Estão excluídos do âmbito de aplicação do presente Regulamento:

- a) Os eventos de exposição e de amostra, ainda que nos mesmos se realizem vendas a título acessório e utilizem a denominação de feira;
- b) Os eventos, exclusiva ou predominantemente, destinados à participação de agentes económicos titulares de estabelecimentos, que procedam a vendas ocasionais e esporádicas fora dos seus estabelecimentos;
- c) As mostras de artesanato, predominantemente destinadas à participação de artesãos;
- d) Os mercados municipais regulados pelo Decreto-Lei n.º 340/82, de 25 de agosto;

## **Anexo 7. Estatutos da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro**

### **Aviso n.º 3915/2014**

A Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, EPE, criada pelo Decreto- Lei n.º 183/2008, de 4 de setembro, que também aprovou os Estatutos que constam em anexo, pretende recrutar um(a) auditor(a) interno(a) para o exercício das funções previstas nos artigos 17.º e seguintes do anexo ao Decreto- Lei n.º 244/2012, de 9 de novembro, pelo que aceita candidaturas no prazo de 10 dias consecutivos, após a data desta publicação.

Os candidatos devem ter disponibilidade para desempenhar funções em qualquer estabelecimento da Unidade Local de Saúde.

Oferece -se:

Contrato de Trabalho em comissão de serviço, nos termos dos artigos 161.º e seguintes do Código do Trabalho e artigos 17.º e seguintes do anexo ao Decreto -Lei n.º 244/2012, de 9 de novembro;

Regime Jurídico de Trabalho — Código do Trabalho e legislação conexa.

Horário de trabalho de 40 horas semanais; Remuneração

mensal líquida: 2530,00 €.

Exige -se:

Licenciatura preferencial em Economia ou Gestão.

Inscrição no organismo nacional que regula a atividade de auditoria.

Experiência profissional em auditoria, contabilidade, geral e analítica, e em administração.

Critérios de avaliação:

Os critérios de avaliação serão definidos pelo júri, antes do termo do prazo para apresentação das candidaturas, compreendendo uma fase de avaliação curricular e uma entrevista profissional de seleção.

Júri:

Presidente: Dra. Margarida Fernanda Coelho Murta Rebelo da Silveira

1.º Vogal Efetivo: Dr. José Gaspar Monteiro Rodrigues

2.º Vogal Efetivo: Dra. Maria Joaquina Rodrigues Sobral de Matos

1.º Vogal Suplente: Dra. Marina Mamede Guerreiro Machado Gomes



### **UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DE CASTELO BRANCO, E. P. E.**

#### **Deliberação (extrato) n.º 756/2014**

Por deliberação de 27 de fevereiro de 2014, do Conselho de Administração da ULS- Castelo Branco, E. P. E., foi autorizada a dispensa da prestação de serviço urgência, ao abrigo do n.º 11 do artigo 24.º do Decreto -Lei n.º 73/90, de 6 de março, sucessivamente alterado e aplicável por força do disposto na alínea a) do artigo 36.º do Decreto -Lei n.º 177/2009, de 4 de agosto e Circular Informativa n.º 6/2010, de 6 de junho, da ACSS, a partir de 27 de fevereiro de 2014, à Dr.ª Glória Maria Pereira Valadas Costa Madeira Santos, Assistente Graduada de Medicina Geral e Familiar, da Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E. P. E., a exercer funções na Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Vila de Rei. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

11 de março de 2014. — O Presidente do Conselho de Administração, *Dr. António Vieira Pires.*

207686612

### **UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO NORTE ALENTEJANO, E. P. E.**

#### **Deliberação (extrato) n.º 757/2014**

Por deliberação de 19 de fevereiro de 2014 do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE:

Carlos Fernandes Baeta, assistente graduado sénior hospitalar, área de medicina interna, autorizada a redução do seu horário semanal (para 38 horas), ao abrigo do n.º 10 do artigo 31.º do Decreto- Lei n.º 73/90, de 6 de março, alterado pelo n.º 15 do artigo 31.º do Decreto -Lei n.º

### **Anúncio n.º 72/2014**

Torna- se público para os devidos efeitos, com a publicação da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, que a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, deliberou em 16 de dezembro de 2013 aprovar a alteração aos estatutos, os quais se transcrevem e publicam:

#### **Alteração aos Estatutos da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro**

Para os efeitos do disposto no artigo 1.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova os estatutos das entidades intermunicipais e nos termos do Anexo I e Anexo II que fazem parte integrante à referida lei, e ainda nos termos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, apresenta -se a

de Sousa

2.º Vogal Suplente: Dr. António Armando Sousa Duarte

As candidaturas deverão ser formalizadas mediante preenchimento do formulário desta Unidade Local de Saúde, acompanhado de *curriculum vitae* devidamente assinado, fotocópia dos documentos comprovativos das habilitações literárias, de inscrição no organismo nacional que regula a atividade de auditoria e outros que o candidato considere relevantes para apreciação do seu mérito, fotocópia do bilhete de identidade e cartão de contribuinte ou cartão de cidadão, que deverão ser entregues no Serviço de Recursos Humanos ou remetido pelo correio para Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, EPE, Rua Dr. António Fernando Covas Lima — 7801- 849 Beja.

Este aviso e formulário de candidatura é publicado em <http://www.hbeja.min-saude.pt/>.

13 de março de 2014. — O Vogal Executivo do Conselho de Administração, *José Gaspar.*

207688313

do seu articulado para subsequente aprovação:

### **Estatutos da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro**

## **CAPÍTULO I**

### **Disposições Gerais**

#### **Artigo 1.º**

#### **Natureza, Composição, Designação e Sede**

1 — A Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro é uma pessoa coletiva de direito público de natureza associativa e âmbito territorial e

44/2007, de 23 de fevereiro e alínea c) do artigo 5.º do Decreto- Lei n.º 266 -D/2012, de 31 de dezembro.

5 de março de 2014. — A Presidente do Conselho de Administração, *Dr.ª Dorinda Maria Carvalho Gomes Calha.*

207691075

visa a realização de interesses comuns aos Municípios que a integram, regendo- se pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pelos presentes Estatutos e pelas demais disposições legais aplicáveis.

2 — A Comunidade Intermunicipal é composta pelos Municípios de Águeda, Albergaria -a -Velha, Anadia, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar, Sever do Vouga e Vagos e adota a designação de Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro e a sigla de CIRA (que adiante se utiliza para a referenciar).

3 — A CIRA corresponde à Unidade Territorial Estatística de Nível III (NUT III) do Baixo Vouga.

4 — A CIRA tem sede em Aveiro, podendo ser criadas delegações por deliberação da Assembleia Intermunicipal, sob proposta do Conselho Intermunicipal.

## Artigo 2.º

### Princípios gerais

A prossecução das atribuições e o exercício das competências da CIRA respeita os princípios da descentralização administrativa, da subsidiariedade, da complementaridade, da prossecução do interesse público e da proteção dos direitos e interesses dos cidadãos e a intangibilidade das atribuições do Estado.

## Artigo 3.º

### Atribuições

1 — A Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro tem por fim a prossecução dos seguintes fins públicos:

- a) Promoção do planeamento e da gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido;
- b) Articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal;
- c) Participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, designadamente no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional — QREN;
- d) Planeamento das atuações de entidades públicas, de carácter supramunicipal.

2 — Cabe à CIRA assegurar a articulação das atuações entre os Municípios e os serviços da Administração Central, nas seguintes áreas:

- a) Redes de abastecimento público, infraestruturas de saneamento básico, tratamento de águas residuais e resíduos urbanos;
- b) Rede de equipamentos de saúde;
- c) Rede educativa e de formação profissional;
- d) Ordenamento do território, conservação da natureza e recursos naturais;
- e) Segurança e proteção civil;
- f) Mobilidade e transportes;
- g) Redes de equipamentos públicos;
- h) Promoção do desenvolvimento económico, social e cultural;
- i) Rede de equipamentos culturais, desportivos e de lazer.

3 — Cabe ainda à CIRA exercer as atribuições transferidas pela administração estadual e o exercício em comum das competências delegadas pelos Municípios que as integram, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

4 — Cabe igualmente à CIRA designar os representantes das autarquias locais em entidades públicas e entidades empresariais sempre que a representação tenha natureza intermunicipal.

## Artigo 4.º

### Direitos dos Municípios Integrantes

Constituem direitos dos Municípios integrantes na CIRA:

- a) Auferir os benefícios da atividade da CIRA;
- b) Apresentar propostas e sugestões consideradas úteis ou necessárias à realização dos objetivos estatutários;
- c) Participar nos órgãos da Comunidade Intermunicipal;
- d) Exercer os demais poderes e faculdades previstos na lei, nestes estatutos e nos regulamentos internos da Comunidade.

## Artigo 5.º

### Deveres dos Municípios Integrantes

Constituem deveres dos Municípios integrantes da CIRA:

- a) Prestar à CIRA a colaboração necessária para a realização das suas atividades;
- b) Cumprir e fazer cumprir as disposições legais regulamentares respeitantes à Comunidade, bem como os estatutos e as deliberações dos órgãos da mesma;

c) Efetuar as contribuições financeiras, nos termos estabelecidos na lei e nos presentes estatutos.

## Artigo 6.º

### Impedimento

Os Municípios que constituem a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro não podem fazer parte de qualquer outra associação de Municípios de fins múltiplos.

## CAPÍTULO II

### Organização e competências

## SECÇÃO I

### Disposições Gerais

## Artigo 7.º

### Órgãos

1 — A Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro é constituída pelos seguintes órgãos:

- a) Assembleia Intermunicipal;
- b) Conselho Intermunicipal;
- c) Secretariado Executivo Intermunicipal;
- d) O Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal.

## Artigo 8.º

### Mandato

1 — O mandato dos membros do Conselho Intermunicipal coincide com o que legalmente estiver fixado para os órgãos das autarquias locais.

2 — A perda, a cessação e a renúncia ao mandato de Presidente de Câmara Municipal determina o mesmo efeito no mandato detido no órgão referido no número anterior.

3 — O mandato dos membros do Secretariado Executivo Intermunicipal tem início com a tomada de posse e cessa com a eleição de novo Presidente da Assembleia Intermunicipal, na sequência da realização de eleições gerais para os órgãos deliberativos dos Municípios, sem prejuízo do disposto no artigo 30.º

4 — Os membros do Secretariado Executivo Intermunicipal mantêm-se em funções até à tomada de posse dos novos membros.

## Artigo 9.º

### Quórum

1 — As reuniões dos órgãos da Comunidade apenas terão lugar quando esteja presente a maioria do número legal dos seus membros.

2 — Quando o órgão não possa reunir por falta de quórum, o Presidente designa outro dia para nova sessão ou reunião, que tem a mesma natureza da anterior, a convocar nos termos previstos na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

3 — Das sessões ou reuniões canceladas por falta de quórum é elaborada ata na qual se registam as presenças e ausências dos respetivos membros, dando estas lugar à marcação de falta.

## Artigo 10.º

### Deliberações

1 — As deliberações dos órgãos da CIRA vinculam os Municípios integrantes, não carecendo de ratificação dos órgãos respetivos.

2 — As deliberações do Conselho Intermunicipal consideram-se aprovadas quando os votos favoráveis dos seus membros correspondam, cumulativamente, a um número igual ou superior ao dos votos desfavoráveis e à representação de mais de metade do universo total de eleitores dos Municípios integrantes da CIRA.

3 — Para efeitos do número anterior, considera-se que o voto de cada membro é representativo do número de eleitores do Município de cuja Câmara Municipal seja Presidente.

## Artigo 11.º

### Formas de votação

1 — A votação é nominal, salvo se o regimento estipular ou o órgão deliberar, por proposta de qualquer membro, outra forma de votação. 2 — As deliberações que envolvam a apreciação de comportamentos ou de qualidades de qualquer pessoa são tomadas por escrutínio secreto e, em caso de dúvida, o órgão delibera sobre a forma da votação.

3 — Havendo empate em votação por escrutínio secreto, procede-se imediatamente a nova votação e, se o empate se mantiver, adia-se a deliberação para a sessão ou reunião seguinte, procedendo-se a votação nominal se na primeira votação desta sessão ou reunião se repetir o empate.

4 — Não podem estar presentes no momento da discussão nem da votação os membros do órgão que se encontrem ou se considerem impedidos.

#### Artigo 12.º

##### Atas

1 — De tudo o que ocorrer nas reuniões dos órgãos da CIRA será lavrada ata que contenha um resumo do que de essencial nela se tiver passado, indicando, designadamente, a hora, a data e o local da reunião, os membros presentes e ausentes, os assuntos apreciados, as decisões e deliberações tomadas e a forma e o resultado das respetivas votações e, bem assim, o facto da ata ter sido lida e aprovada.

2 — As atas ou textos das deliberações mais importantes podem ser aprovadas em minuta, desde que tal seja decidido pela maioria dos membros presentes, caso em que a sua assinatura será efetuada no final da reunião.

## SECÇÃO II

### Assembleia Intermunicipal

#### Artigo 13.º

##### Constituição e funcionamento

1 — A Assembleia Intermunicipal é constituída por membros de cada Assembleia Municipal dos Municípios que integram a CIRA, eleitos de forma proporcional, nos seguintes termos:

- a) Dois nos Municípios até 10 000 eleitores;
- b) Quatro nos Municípios entre 10 001 e 50 000 eleitores;
- c) Seis nos Municípios entre 50 001 e 100 000 eleitores;
- d) Oito nos Municípios com mais de 100 000 eleitores.

2 — A eleição ocorre em cada Assembleia Municipal pelo colégio eleitoral constituído pelo conjunto dos membros das Assembleias Municipais, eleitos diretamente, mediante a apresentação de listas que não podem ter um número de candidatos superior ao previsto no artigo anterior e que devem apresentar, pelo menos, um suplente.

3 — Os mandatos são atribuídos, em cada Assembleia Municipal, segundo o sistema de representação proporcional e o método da média mais alta de Hondt.

#### Artigo 14.º

##### Mesa da Assembleia Intermunicipal

1 — Os trabalhos da Assembleia Intermunicipal são dirigidos por uma mesa, constituída pelo Presidente, um Vice-presidente e um Secretário, a eleger pela assembleia, por voto secreto, de entre os seus membros.

2 — O presidente será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo Vice-presidente.

3 — Na ausência de todos os membros da mesa, a assembleia elegerá uma mesa *ad hoc* para presidir à reunião.

4 — Enquanto não for eleita a mesa da Assembleia Intermunicipal, a mesma é dirigida pelos eleitos mais antigos.

#### Artigo 15.º

##### Reuniões da Assembleia Intermunicipal

1 — A Assembleia Intermunicipal reúne ordinariamente duas vezes por ano, sendo a primeira destinada à apresentação e aprovação do relatório de atividades e dos documentos de prestação de contas do ano anterior e a última, que decorrerá em novembro, destinada à aprovação das opções do plano e do orçamento para o ano seguinte.

2 — A Assembleia Intermunicipal poderá realizar uma terceira reunião ordinária para apreciação dos documentos de prestação de

contas consolidadas, que ocorrerá em junho do ano seguinte àquele a que respeitam.

3 — A Assembleia Intermunicipal pode ainda reunir-se extraordinariamente por iniciativa da respetiva mesa ou quando requerida:

a) Pelo Presidente do Conselho Intermunicipal, em execução de deliberação deste;

b) Por um terço dos seus membros.

4 — As reuniões, ordinárias ou extraordinárias, realizam-se na sede da CIRA, salvo se a Assembleia Intermunicipal houver decidido de outro modo em sessão anterior.

5 — O Presidente do Conselho Intermunicipal, na qualidade de representante institucional da CIRA, tem assento nas reuniões da Assembleia Intermunicipal, sem direito a voto.

6 — Os restantes membros do Conselho Intermunicipal e do Secretariado Intermunicipal podem igualmente assistir às reuniões da Assembleia Intermunicipal, sem direito a voto, podendo intervir desde que para tanto solicitados pelos presidentes dos órgãos da Comunidade.

#### Artigo 16.º

##### Competências da Assembleia Intermunicipal

São competências da Assembleia Intermunicipal: a)

Eleger a mesa da Assembleia Intermunicipal;

b) Aprovar, sob proposta do Conselho Intermunicipal, as opções do plano, o orçamento e as suas revisões, bem como apreciar o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação e, ainda, apreciar e votar os documentos de prestação de contas;

c) Eleger, sob proposta do Conselho Intermunicipal, o Secretariado

Executivo Intermunicipal;

d) Aprovar o seu regimento e os regulamentos, designadamente de organização e funcionamento;

e) Exercer os demais poderes que lhe sejam conferidos por lei, pelos estatutos ou pelo regimento;

f) Aprovar moções de censura ao Secretário Executivo Intermunicipal.

g) Fixar anualmente as contribuições dos Municípios que integram a

Comunidade Intermunicipal;

h) Aprovar, sob proposta do Conselho Intermunicipal, o mapa de

peçoal da Comunidade;

i) Aprovar e alterar os estatutos.

#### Artigo 17.º

##### Competências do Presidente da Assembleia Intermunicipal

São competências do Presidente da Assembleia Intermunicipal:

a) Dirigir os trabalhos da assembleia;

b) Convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias;

c) Elaborar a ordem do dia das reuniões e proceder à sua distribuição;

d) Abrir e encerrar os trabalhos das reuniões;

e) Proceder à marcação e justificação de faltas dos membros da assembleia;

f) Exercer os demais poderes que lhe sejam conferidos por lei, pelos estatutos, pelo regimento ou pela assembleia.

#### Artigo 18.º

##### Senhas de presença

1 — Os membros da Assembleia Intermunicipal têm direito a uma senha de presença pela participação nas reuniões ordinárias e extraordinárias, calculada nos termos aplicáveis ao pagamento das senhas de presença abonadas aos membros das Assembleias Municipais.

2 — Os membros da Assembleia Intermunicipal não têm direito a ajudas de custo pela sua participação nas reuniões deste órgão.

## SECÇÃO III

### Conselho Intermunicipal

#### Artigo 19.º

##### Constituição

1 — O Conselho Intermunicipal é constituído pelos Presidentes das Câmaras Municipais dos Municípios que integram a CIRA. 2 — O Conselho Intermunicipal tem um Presidente e dois Vice-presidentes, eleitos por aquele, de entre os seus membros.

3 — Ao exercício de funções no Conselho Intermunicipal não corresponde qualquer remuneração, nem são devidas ajudas de custo.

#### Artigo 20.º Competências

##### do Conselho Intermunicipal 1 — Compete ao

Conselho Intermunicipal:

- a) Eleger o seu Presidente e Vice- presidentes, na sua primeira reunião;
- b) Definir e aprovar as opções políticas e estratégicas da CIRA;
- c) Submeter à Assembleia Intermunicipal a proposta do Plano de Ação da CIRA e o orçamento e suas revisões;
- d) Aprovar os planos, os programas e os projetos de investimento e desenvolvimento de interesse intermunicipal, cujos regimes jurídicos são definidos em diploma próprio, incluindo:
  - i) Plano intermunicipal de ordenamento de território;
  - ii) Plano intermunicipal de mobilidade e logística;
  - iii) Plano intermunicipal de proteção civil;
  - iv) Plano intermunicipal de gestão ambiental;
  - v) Plano intermunicipal de gestão de redes de equipamentos de saúde, educação, cultura e desporto;
- e) Propor ao governo os planos, os programas e os projetos de investimento e desenvolvimento de interesse intermunicipal;
- f) Pronunciar- se sobre os planos e programas da administração central com interesse intermunicipal;
- g) Acompanhar e fiscalizar a atividade do Secretariado Executivo Intermunicipal, das empresas locais e de quaisquer outras entidades que integrem o perímetro da administração local;
- h) Apreciar, com base na informação disponibilizada pelo Secretariado Executivo Intermunicipal, os resultados da participação da CIRA nas empresas locais e em quaisquer outras entidades;
- i) Conhecer e tomar posição sobre os relatórios definitivos resultantes de ações tutelares ou de auditorias executadas sobre a atividade dos órgãos e serviços da CIRA;
- j) Tomar posição perante quaisquer órgãos do Estado ou entidades públicas sobre assuntos de interesse para a CIRA;
- k) Discutir e preparar com os departamentos governamentais e com as Câmaras Municipais contratos de delegação de competências, nos termos previstos na lei;
- l) Aprovar a celebração de contratos de delegação de competências com o Estado e com os Municípios, bem como a respetiva resolução e revogação;
- m) Autorizar a Comunidade Intermunicipal a associar -se com outras entidades públicas, privadas ou do setor social e cooperativo, a criar ou participar noutras pessoas coletivas e a constituir empresas locais;
- n) Propor a declaração de utilidade pública para efeitos de expropriação;
- o) Deliberar sobre a existência e o número de secretários intermunicipais, no limite máximo de dois, e se os mesmos são remunerados, nos termos da lei;
- p) Aprovar o seu regimento;
- q) Aprovar, sob proposta do Secretariado Executivo Intermunicipal, os regulamentos com eficácia externa;
- r) Deliberar sobre a forma de imputação material aos Municípios

- s) Apresentar à Assembleia Intermunicipal, para aprovação, os documentos de prestações de contas da CIRA;
- t) Aprovar a constituição da entidade gestora da requalificação das autarquias, bem como o regulamento específico.

2 — Compete ao Conselho Intermunicipal comparecer nas Assembleias Municipais para efeitos da alínea a) do n.º 5 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com faculdade de delegação no Secretariado Executivo Intermunicipal.

3 — Compete ainda ao Conselho Intermunicipal deliberar sobre a demissão do Secretariado Executivo Intermunicipal.

#### Artigo 21.º

##### Representação externa

É da competência do Conselho Intermunicipal a representação da CIRA perante quaisquer entidades externas, com faculdade de delegação no Secretariado Executivo Intermunicipal.

#### Artigo 22.º

##### Competências do Presidente do Conselho Intermunicipal

1 — Compete ao Presidente do Conselho Intermunicipal:

- a) Representar em juízo a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro;
- b) Assegurar a representação institucional da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro;
- c) Convocar as sessões ordinárias e extraordinárias;
- d) Dirigir os trabalhos do Conselho Intermunicipal;
- e) Conferir posse aos membros do Secretariado Executivo Intermunicipal;
- f) Dar início ao processo de formação do Secretariado Executivo Intermunicipal;
- g) Exercer as demais competências previstas na lei e no regimento.

#### Artigo 23.º

##### Reuniões do Conselho Intermunicipal

- 1 — O Conselho Intermunicipal tem doze reuniões anuais com periodicidade mensal.
- 2 — O Conselho Intermunicipal reúne extraordinariamente por iniciativa do seu Presidente ou após requerimento de um terço dos seus membros.
- 3 — As reuniões do Conselho Intermunicipal são públicas.
- 4 — A primeira reunião tem lugar no prazo de 30 dias após realização de eleições gerais para os órgãos deliberativos dos Municípios e é convocada pelo Presidente da Câmara Municipal do Município com maior número de eleitores.
- 5 — As reuniões do Conselho Intermunicipal podem realizar - se na circunscrição territorial de qualquer dos Municípios que integrem a CIRA.
- 6 — O Presidente do Conselho Intermunicipal pode convocar, sempre que entender necessário, os membros do Secretariado Executivo Intermunicipal para as reuniões daquele órgão.
- 7 — As reuniões do Conselho Intermunicipal devem ter lugar em dia e hora certos, cuja marcação é objeto de deliberação na última reunião ocorrida, sendo objeto de publicitação no sítio da Internet da CIRA, considerando-se convocados todos os membros do Conselho Intermunicipal, conforme disposto na n.º 3 do artigo 40.º da Lei n.º 75.º/2013, de 12 de setembro.
- 8 — Quaisquer alterações ao dia e hora objeto da deliberação prevista no número anterior, devem ser devidamente justificadas e comunicadas a todos os membros do órgão com, pelo menos, três dias de antecedência, conforme disposto na n.º 4 do artigo 40.º da Lei n.º 75.º/2013, de 12 de setembro.
- 9 — A reunião extraordinária é marcada com, pelo menos, dois dias úteis de antecedência, por meio de comunicação escrita dirigida aos membros do Conselho Intermunicipal.

## SECÇÃO IV

### Secretariado Executivo Intermunicipal

#### Artigo 24.º

##### Constituição

O Secretariado Executivo Intermunicipal é constituído por um Primeiro- secretário e, mediante deliberação unânime do Conselho Intermunicipal, até dois Secretários Intermunicipais.

#### Artigo 25.º

##### Eleição

1 — Na sua primeira reunião, o Conselho Intermunicipal aprova, à pluralidade de votos, a lista ordenada dos candidatos a membros do Secretariado Executivo Intermunicipal a submeter a votação e comunica- a ao Presidente da Assembleia Intermunicipal.

2 — O Presidente da Assembleia Intermunicipal desencadeia todos os procedimentos necessários para assegurar a reunião regular da Assembleia Intermunicipal num dos 30 dias subsequentes à comunicação a que se refere o número anterior, tendo em vista a deliberação sobre a lista dos candidatos a membros do Secretariado Executivo Intermunicipal.

3 — A votação realiza- se por sufrágio secreto, sob pena de nulidade.

4 — Caso a lista submetida a votação não seja eleita, o Conselho Intermunicipal, tendo em conta os resultados das eleições gerais para as Assembleias Municipais e ouvidos os partidos, coligações e grupos de cidadãos nelas representados, aprova e submete a eleição uma nova lista, aplicando- se o disposto nos números anteriores, com as necessárias adaptações.

#### Artigo 26.º

##### Tomada de posse dos membros do Secretariado Executivo Intermunicipal

Os membros do Secretariado Executivo Intermunicipal tomam posse perante a Assembleia Intermunicipal, no prazo máximo de cinco dias após as eleições a que se refere o artigo anterior.

#### Artigo 27.º

##### Reuniões

1 — O Secretariado Executivo Intermunicipal tem uma reunião ordinária quinzenal e reuniões extraordinárias sempre que necessário.

2 — As reuniões do Secretariado Executivo Intermunicipal não são públicas.

3 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, o Secretariado Executivo Intermunicipal deve assegurar a consulta e a participação das populações sobre matérias de interesse intermunicipal, designadamente através da marcação de datas para esse efeito.

4 — As atas das reuniões do Secretariado Executivo Intermunicipal são obrigatoriamente publicitadas no sítio da Internet da CIRA.

#### Artigo 28.º

##### Competências 1 — Compete

ao Secretariado Executivo Intermunicipal:

- a) Elaborar e submeter à aprovação do Conselho Intermunicipal os planos necessários à realização das atribuições intermunicipais;
- b) Participar na gestão de programas de desenvolvimento regional e apresentar candidaturas a financiamentos através de programas, projetos e demais iniciativas;
- c) Preparar para o Conselho Intermunicipal a proposta do plano de ação e a proposta do orçamento, assim como as respetivas propostas de alteração e revisão;
- d) Executar as opções do plano e o orçamento;
- e) Aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa se encontre abaixo do limite definido pelo Conselho Intermunicipal;

f) Alienar bens imóveis em hasta pública, por autorização do Conselho Intermunicipal;

g) Preparar para o Conselho Intermunicipal a norma de controlo interno, bem como o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais da Comunidade Intermunicipal e respetiva avaliação e ainda os documentos de prestação de contas;

h) Elaborar e submeter à aprovação do Conselho Intermunicipal projetos

de regulamentos com eficácia externa da Comunidade Intermunicipal;

i) Proceder à aquisição e locação de bens e serviços, cuja autorização de despesa se encontre abaixo do limite definido pelo Conselho Intermunicipal;

j) Dirigir os serviços intermunicipais;

k) Alienar bens móveis, dependente de autorização quando o valor se encontre acima do limite definido pelo Conselho Intermunicipal;

l) Enviar ao Tribunal de Contas as contas da Comunidade Intermunicipal;

m) Executar projetos de formação dos recursos humanos dos Municípios;

n) Executar projetos de apoio à gestão municipal;

o) Exercer as competências delegadas nos termos dos contratos previstos no artigo 120.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

p) Assegurar o cumprimento das deliberações do Conselho Intermunicipal;

q) Apresentar propostas ao Conselho Intermunicipal sobre matérias da competência deste;

r) Exercer as demais competências legais.

2 — O Conselho Intermunicipal pode delegar no Secretariado Executivo Intermunicipal o exercício das seguintes competências:

a) Participar, com outras entidades, no planeamento que diretamente se relacione com as atribuições da Comunidade Intermunicipal, emitindo parecer a submeter a apreciação e deliberação do Conselho Intermunicipal;

b) Assegurar a articulação entre os Municípios e os serviços da administração central;

c) Colaborar com os serviços da administração central com competência no domínio da proteção civil e com os serviços municipais de proteção civil, tendo em vista o cumprimento dos planos de emergência e programas estabelecidos, bem como nas operações de proteção, socorro e assistência na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe;

d) Colaborar no apoio a programas e projetos de interesse intermunicipal, em parceria com entidades da administração central;

e) Participar em órgãos de gestão de entidades da administração central;

f) Participar em órgãos consultivos de entidades da administração central.

3 — O Secretariado Executivo Intermunicipal pode delegar as suas competências no primeiro- secretário, com faculdade de subdelegação nos secretários intermunicipais.

#### Artigo 29.º

##### Estatuto dos membros do Secretariado Executivo Intermunicipal

1 — A remuneração do primeiro -secretário é igual a 45 % da remuneração base do Presidente da República.

2 — A remuneração dos Secretários Intermunicipais é igual à remuneração base de vereador a tempo inteiro, em regime de exclusividade, de Câmara Municipal de Município com um número de eleitores superior a 10 000 e inferior a 40 000.

3 — O Primeiro -secretário e os Secretários Intermunicipais têm direito a despesas de representação, respetivamente, no valor de 30 % e de 20 % das suas remunerações base.

4 — O cargo de Primeiro -secretário é remunerado.

5 — O Conselho Intermunicipal delibera, por unanimidade, sobre a existência e o número de secretários intermunicipais, no limite máximo de dois, e se os mesmos são remunerados.

1 — Os membros do Secretariado Executivo Intermunicipal remunerados exercem funções em regime de exclusividade.

2 — Aos membros do Secretariado Executivo Intermunicipal está vedado o exercício de quaisquer cargos nos órgãos de soberania ou das autarquias locais.

3 — Os membros do Secretariado Executivo Intermunicipal não podem ser prejudicados na respetiva colocação ou emprego permanente por virtude do desempenho dos seus mandatos.

4 — Durante o exercício do respetivo mandato não podem os membros do Secretariado Executivo Intermunicipal ser prejudicados no que respeita a promoções, gratificações, benefícios sociais ou qualquer outro direito adquirido de caráter não pecuniário.

5 — O tempo de serviço prestado como membro do Secretariado Executivo Intermunicipal é contado como se tivesse sido prestado à entidade empregadora.

6 — As remunerações base e as despesas de representação devidas aos membros do Secretariado Executivo Intermunicipal são suportadas pelo orçamento da CIRA.

7 — Aos membros do Secretariado Executivo Intermunicipal é aplicável o disposto nos artigos 78.º e 79.º do Estatuto da Aposentação, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro.

#### Artigo 30.º

##### **Demissão do Secretariado Executivo Intermunicipal**

1 — Qualquer dos seguintes factos determina a demissão do Secretariado Executivo Intermunicipal:

a) A aprovação de moções de censura pela maioria das Assembleias

Municipais dos Municípios que integram a CIRA;

b) As deliberações do Conselho Intermunicipal e da Assembleia Intermunicipal previstas, no n.º 3 do artigo 20.º e na alínea f) do artigo 16.º

2 — Na sequência da demissão do Secretariado Executivo Intermunicipal nos termos do número anterior é aplicável, com as devidas adaptações, o disposto no artigo 25.º

#### Artigo 31.º

##### **Vacatura**

1 — A vacatura do cargo de Primeiro -secretário por morte, renúncia, perda de mandato ou qualquer outro motivo atendível legalmente previsto determina a dissolução do Secretariado Executivo Intermunicipal e a realização de novo ato eleitoral.

2 — A vacatura do cargo de Secretário do Secretariado Executivo Intermunicipal por morte, renúncia, perda de mandato ou qualquer outro motivo atendível legalmente previsto determina a realização de um novo ato eleitoral limitado à eleição de um novo membro.

3 — Os membros eleitos na sequência de dissolução do Secretariado Executivo Intermunicipal ou de vacatura do cargo de secretário completam os mandatos antes iniciados na decorrência da realização de eleições gerais para os órgãos deliberativos dos Municípios.

4 — Os atos eleitorais previstos nos n.ºs 1 e 2 realizam -se de acordo com as disposições do artigo 25.º com as devidas adaptações.

### SECÇÃO V

#### **Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal**

#### Artigo 32.º

##### **Natureza e Constituição**

1 — O Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal é um órgão de natureza consultiva destinado ao apoio ao processo de decisão dos restantes órgãos da Comunidade Intermunicipal.

2 — O Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal é constituído por representantes das instituições, entidades e organizações com relevância e intervenção no domínio dos interesses intermunicipais.

3 — Compete ao Conselho Intermunicipal deliberar sobre a composição em concreto do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal.

#### Artigo 33.º

##### **Funcionamento**

1 — Compete ao Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal aprovar o respetivo regimento de organização e funcionamento.

2 — O regimento previsto no número anterior é válido após a ratificação pelo Conselho Intermunicipal.

3 — Ao exercício de funções no Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal não é atribuída qualquer remuneração.

### CAPÍTULO III

#### **Estrutura e funcionamento**

#### Artigo 34.º

##### **Serviços municipais**

1 — A CIRA pode criar serviços de apoio técnico e administrativo.

2 — A natureza, estrutura e funcionamento dos serviços referidos no número anterior são definidos em regulamento interno, aprovado pelo Conselho Intermunicipal, sob proposta do Secretariado Executivo Intermunicipal.

#### Artigo 35.º

##### **Pessoal e requalificação dos trabalhadores**

1 — A CIRA dispõe de mapa de pessoal próprio, privilegiando -se o recurso ao seu preenchimento através dos instrumentos de mobilidade geral legalmente previstos, preferencialmente de trabalhadores oriundos dos mapas de pessoal dos Municípios que as integram.

2 — Aos trabalhadores da CIRA é aplicável o regime jurídico do contrato de trabalho em funções públicas.

3 — Sempre que o recurso aos instrumentos de mobilidade referidos no número dois não permitir o preenchimento das necessidades permanentes da Comunidade Intermunicipal, as admissões ficam sujeitas ao regime do contrato individual de trabalho.

4 — O exercício das competências previstas para a entidade gestora do sistema de requalificação compete à Entidade Gestora da Requalificação da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, (EGRA — CI Região de Aveiro) relativamente aos respetivos processos de reorganização e trabalhadores.

5 — A constituição e o funcionamento da EGRA — CI Região de Aveiro, são determinados em regulamento específico, o qual, sem prejuízo das demais formalidades, é submetido, igualmente, a parecer prévio do membro do Governo responsável pela área da Administração Pública.

### CAPÍTULO IV

#### **Gestão Financeira e Orçamental**

#### Artigo 36.º

##### **Ano Económico**

O ano económico corresponde ao ano civil.

#### Artigo 37.º

##### **Contabilidade**

A contabilidade da CIRA rege -se pelas regras previstas no Plano de Contas em vigor para o setor local.

#### Artigo 38.º

##### **Receitas**

1 — A CIRA dispõe de património e finanças próprios.

2 — O património da CIRA é constituído pelos bens e direitos para ela transferidos ou adquiridos a qualquer título.

3 — Os recursos financeiros da CIRA compreendem:



- a) O produto das contribuições e transferências dos Municípios que a integram, incluindo as decorrentes da delegação de competências;
- b) As transferências decorrentes da delegação de competências do Estado ou de qualquer outra entidade pública;
- c) As transferências decorrentes de contratualização com quaisquer entidades públicas ou privadas;
- d) Os montantes de cofinanciamentos europeus;
- e) As dotações, subsídios ou participações;
- f) As taxas devidas à CIRA;
- g) Os preços relativos aos serviços prestados e aos bens fornecidos;
- h) O rendimento de bens próprios, o produto da sua alienação ou da atribuição de direitos sobre eles;
- i) Quaisquer acréscimos patrimoniais, fixos ou periódicos, que, a título gratuito ou oneroso, lhes sejam atribuídos por lei, contrato ou outro ato jurídico;
- j) As transferências do Orçamento do Estado, nos termos do artigo seguinte;
- k) Quaisquer outras receitas permitidas por lei.
- 4 — Constituem despesas da CIRA os encargos decorrentes da prossecução das suas atribuições.

#### Artigo 39.º

##### Transferências do Orçamento do Estado

- 1 — A CIRA recebe as transferências Orçamento do Estado previstas no artigo 69.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.
- 2 — Ao disposto no número anterior acresce um montante para distribuição em função do ISDR (Índice Sintético de Desenvolvimento Regional), resultante da dedução de 0,25 % do montante do FEF, determinado nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e de 0,25 % do montante que caiba a cada Município por via da participação variável de IRS, nos termos do n.º 1 do artigo 26.º, do mesmo diploma legal.

#### Artigo 40.º

##### Contribuições Financeiras

- 1 — As transferências das contribuições financeiras dos Municípios associados são fixadas pela Assembleia Intermunicipal, sob proposta do Conselho Intermunicipal.
- 2 — As contribuições financeiras dos Municípios associados são exigíveis a partir da aprovação do orçamento da CIRA, constituindo-se os Municípios em mora quando não seja efetuada a transferência no prazo fixado pelo Conselho Intermunicipal.

#### Artigo 41.º

##### Cooperação Financeira

A CIRA pode beneficiar dos sistemas e programas específicos de apoio financeiro previstos para os Municípios, nomeadamente no domínio da cooperação técnica e financeira.

#### Artigo 42.º

##### Endividamento

- 1 — A CIRA pode contrair empréstimos.
- 2 — A CIRA não pode contrair empréstimos a favor dos Municípios.
- 3 — A CIRA não pode conceder empréstimos a favor de quaisquer entidades públicas e privadas, salvo nos casos expressamente previstos na lei.
- 4 — É vedado ainda à CIRA a celebração de contratos com entidades financeiras com a finalidade de consolidar dívida de curto prazo, bem como a cedência de créditos não vencidos.

#### Artigo 43.º

#### Plano de Ação e Orçamento

- 1 — O Secretariado Executivo Intermunicipal prepara, para o Conselho Intermunicipal, a proposta do Plano de Ação e a proposta do Orçamento, bem como as respetivas propostas de alteração e revisão.
- 2 — O Conselho Intermunicipal aprova as alterações e submete à aprovação da Assembleia Intermunicipal, as propostas do Plano de Ação e de Orçamento, assim como as suas revisões.

#### Artigo 44.º

##### Apreciação dos documentos de prestação de contas individuais e consolidadas

- 1 — Os documentos de prestação de contas individuais da CIRA são apreciados pelos seus órgãos deliberativos, reunidos em sessão ordinária durante o mês de abril do ano seguinte àquele a que respeitam.
- 2 — Os documentos de prestação de contas consolidadas são elaborados e aprovados pelo órgão executivo de modo a serem submetidos à apreciação do órgão deliberativo durante a sessão ordinária do mês de junho do ano seguinte àquele a que respeitam.
- 3 — Os documentos de prestação de contas da CIRA quando obrigada, nos termos da lei, à adoção de contabilidade patrimonial, são remetidos ao órgão deliberativo para apreciação juntamente com a certificação legal das contas e o parecer sobre as mesmas apresentados pelo revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas, nos termos previstos no artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

#### Artigo 45.º

##### Certificação legal de contas

- 1 — As contas anuais da CIRA, quando detentora de participações de capital social em fundações ou entidades do setor empresarial local, são verificadas por um auditor externo, nomeado por deliberação da Assembleia Intermunicipal, sob proposta do Conselho Intermunicipal, de entre revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas.
- 2 — As funções a exercer e os atos a praticar pelo auditor externo para revisão legal das contas da CIRA são os constantes no artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

#### Artigo 46.º

##### Consolidação de contas

Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, a CIRA deve apresentar contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas, nos termos previstos no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

#### Artigo 47.º

##### Fiscalização e julgamento das contas

- 1 — As contas da CIRA estão sujeitas a apreciação e julgamento pelo Tribunal de Contas, nos termos da lei.
- 2 — As contas são enviadas pelo Secretariado Executivo Intermunicipal ao Tribunal de Contas, dentro dos prazos estabelecidos para as Autarquias Locais, após a respetiva aprovação pela Assembleia Intermunicipal.

#### Artigo 48.º

##### Deveres de informação

Para efeito de prestação de informação a CIRA rege-se pelo previsto no artigo 78.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

#### Artigo 49.º

##### Publicidade

- 1 — A CIRA disponibiliza no seu sítio eletrónico os documentos previsionais e de prestação de contas, nomeadamente:
- a) A proposta de orçamento apresentada pelo Conselho Intermunicipal à Assembleia Intermunicipal;
- b) Os planos de atividades e os relatórios de atividades dos últimos dois anos;

- a) Os planos plurianuais de investimentos e os orçamentos, os quadros plurianuais de programação orçamental, bem como os relatórios de gestão, os balanços e as demonstrações de resultados, inclusivamente os consolidados, os mapas de execução orçamental e os anexos às demonstrações financeiras, dos últimos dois anos;
- b) Os dados relativos à execução anual dos planos plurianuais.

#### Artigo 50.º

##### **Isenções Fiscais**

A CIRA beneficia das isenções fiscais previstas na lei para os Municípios.

## CAPÍTULO V

### **Disposições Finais**

#### Artigo 51.º

##### **Alterações Estatutárias**

- 1 — Os presentes estatutos podem ser alterados por deliberação da Assembleia Intermunicipal, por iniciativa de um terço dos seus membros ou por proposta do Conselho Intermunicipal.
- 2 — A deliberação referida no número anterior só pode ser tomada por maioria de dois terços dos membros presentes na reunião e a alteração aprovada pelas Assembleias Municipais da maioria absoluta dos Municípios que integram a CIRA.

#### Artigo 52.º

##### **Duração**

A Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro é constituída por tempo indeterminado, sem prejuízo da sua extinção nos termos da lei.

#### Artigo 53.º

##### **Reação Contenciosa**

As deliberações dos órgãos da CIRA e decisões dos respetivos titulares são suscetíveis de reação contenciosa, nos mesmos termos das deliberações dos órgãos municipais.

#### Artigo 54.º

##### **Abandono de associações de autarquias locais**

- 1 — As autarquias locais integrantes da CIRA podem a todo o tempo abandoná-la, mediante deliberação à pluralidade de votos do respetivo órgão deliberativo.
- 2 — Sem prejuízo do disposto do número anterior, as autarquias locais que abandonem a CIRA nos três anos seguintes à data em que nela ingressaram perdem todos os benefícios financeiros e administrativos que tenham recebido em virtude da sua pertença à mesma e ficam impedidas, durante um período de dois anos, de integrar outras associações com a mesma finalidade.

#### Artigo 55.º

##### **Regime subsidiário**

O funcionamento da CIRA regula-se, em tudo o que não estiver previsto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e nos presentes estatutos, pelo regime jurídico aplicável aos órgãos municipais.

#### Artigo 56.º

##### **Norma revogatória**

Nos termos do n.º 2 do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os artigos 23.º a 30.º da Lei n.º 45/2008, de 27 de agosto, mantêm-se em vigor até 31 de dezembro 2013.

10 de março de 2014. — O Presidente do Conselho Intermunicipal,  
*José Agostinho Ribau Esteves.*

307677662

##### **Aviso n.º 3916/2014**

Para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12 -A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, após aprovação de Proposta pelo Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, em reunião de 29 de outubro de 2013 e deliberação da Assembleia Intermunicipal de 16 de dezembro de 2013, foi eleito, nos termos dos artigos 100.º e 101.º, n.ºs 1, 2 e 3 da

Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Senhor José Eduardo Alves Valente de Matos, para o cargo de Primeiro Secretário Executivo Intermunicipal, com efeitos a 2 de janeiro de 2014.

10 de março de 2014. — O Presidente do Conselho Intermunicipal,  
*José Agostinho Ribau Esteves.*

307679209

## MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

##### **Aviso n.º 3917/2014**

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho datado do dia 10 de janeiro de 2014, procedi, ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 35º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, conjugado pelo n.º 1 do artigo 59º da Lei n.º 12 -A/2008, de 27 de fevereiro, na sua atual redação, à mobilidade interna, na categoria, da Técnica Superior (Jurista), Maria Adelaide Montenegro Cardoso Salvador Coelho, da Câmara Municipal de Castanheira de Pera para a Câmara Municipal de Condeixa - a - Nova, a partir do dia 1 de fevereiro de 2014.

17 de fevereiro de 2014. — O Presidente da Câmara, *Nuno Moita da Costa.*

307679914

##### **Aviso (extrato) n.º 3918/2014**

Para os devidos efeitos se torna público que foi autorizada a cedência de interesse público da técnica superior Carla Maria Madeira Lopes